



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

IX Legislatura

Número: 82

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 25 de Janeiro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para o primeiro ponto da **Agenda da Reunião**.

1. Interpelação ao Governo Regional sobre “A conceptualização e a operacionalização de uma estratégia açoriana para a protecção e exploração do Mar dos Açores”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a introdução pelo Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), José Rego (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), António Pedro Costa (*PSD*), José Gaspar Lima (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Mário Moniz (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), o Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*), o Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*) e o Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

2. Projecto de Resolução n.º 31/2010 – “Uniformização das bolsas de estudo na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Piedade Lalanda (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), Cláudio Almeida (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Cláudia Cardoso (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e o Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

3. Projecto de Resolução n.º 30/2010 – “Regulamentação da atribuição de bolsas de estudo complementares, previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/A”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Piedade Lalanda (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Cláudio Almeida (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

4. Petição n.º 3/2010 – “Contra a instalação na Rua de Lisboa do edifício pretendido edificar pelo Grupo Pestana, contra a localização da central de camionagem de Ponta Delgada e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade”, apresentada por Silvério Manuel de Sousa, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), José San-Bento (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Paulo Estevão (*PPM*).

5. Petição n.º 7/2010 – “A favor da central de camionagem em Ponta Delgada”, apresentada por Luís Paulo Elias Pereira, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*) e Piedade Lalanda (*PS*).

6. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/2010 – “Cria a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores”.

A apresentação do diploma coube à Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), após a qual os trabalhos foram suspensos, transitando o debate para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia. Vamos dar início ao nosso período legislativo de Janeiro de 2011 e vamos começar com a chamada feita pelo Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 06 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da **Graça Lopes Teixeira**

Maria da **Piedade Lima Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder então ao início dos nossos trabalhos com a agenda, porque temos como primeiro ponto uma interpelação. De acordo com o nosso Regimento, quando temos uma interpelação não há PTAP. Trata-se de uma interpelação apresentada pela Representação Parlamentar do PPM, sobre **“A conceptualização e a operacionalização de uma estratégia açoriana para a protecção e exploração do Mar dos Açores”**.

A Conferência de Líderes organizou esta interpelação com os seguintes tempos: interpelante, Partido Socialista e Governo, 30 minutos cada um e respectivamente; PSD, 20 minutos; PP, 15 minutos; BE, 13 minutos e PCP, 10 minutos.

De acordo com o Regimento, para abrir o debate, dou a palavra ao interpelante.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Senhor Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Esta interpelação ao Governo Regional sobre a conceptualização e operacionalização de uma estratégia açoriana para a protecção e exploração do Mar dos Açores surge no contexto da extensão da plataforma continental portuguesa. No melhor dos cenários, poderá ser acrescentada, a curto prazo, uma área de 2.150.000 km² à jurisdição marítima portuguesa. Neste cenário, o contributo açoriano será de 1.400.000 Km². **Se somarmos o espaço da ZEE açoriana (953.633km²) com a área da plataforma continental açoriana**

reivindicada, podemos concluir que o espaço marítimo açoriano atingirá, dentro de poucos anos, a impressionante área total de 2.353.000km². Ou seja, 60,75% do espaço marítimo sobre jurisdição nacional.

A simples constatação da dimensão esmagadora destes números seria suficiente, só por si, para justificar que esta Assembleia dedique uma manhã a discutir as imensas potencialidades do Mar dos Açores. Foi por isso que decidimos provocar este debate. Fizemo-lo, também, na sequência do discurso aqui proferido pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, no âmbito da discussão do último Plano e Orçamento da Região. Não temos, nesta matéria, uma visão estratégica muito diferente da que tem sido seguida pelo Governo Regional e pela grande maioria dos partidos aqui representados.

Consideramos, aliás, que esta é uma das matérias em que é essencial convergir e juntar esforços. O pluralismo político, ideológico e de projecto é vital para a qualidade da democracia. No entanto, o conflito político artificial e a quezília partidária permanente não são saudáveis quando estão em causa matérias de natureza claramente unificadora da nossa identidade e destino colectivo. **Eu diria que o Mar dos Açores é uma daquelas matérias em que a história e o futuro legitimam e aconselham uma postura de unidade democrática - de partilha de ideias e de responsabilidades.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo

Esta iniciativa está, por isso, imbuída desse espírito de generosidade em prol do desenvolvimento de um sector fundamental para a economia dos Açores. Não se procurou colocar o Governo Regional em dificuldades perante um debate marcado em cima da hora.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nem se podia!

O Orador: Aliás, nunca, na História parlamentar dos Açores, uma interpelação foi agendada com tanto tempo de antecedência. O Governo Regional, e todos os partidos representados neste Parlamento, tiveram 57 dias para preparar este debate.

Alguns dirão que esta iniciativa, agendada em condições tão vantajosas para o Governo Regional, constitui uma autêntica boleia potencial para o executivo. Não hesito em dizer que sim. Pretendi, desde o início, que o Governo Regional pudesse alcançar um desempenho de qualidade nesta matéria e que aqui pudesse desenhar uma estratégia coerente e informada para a protecção e exploração do imenso potencial do Mar dos

Açores. O prémio político que procuramos é a qualidade do debate e sentir-nos-emos realizados se essa qualidade for alcançada pelos diversos intervenientes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo

A primeira questão que coloco tem uma natureza essencialmente geopolítica. Portugal não é apenas uma mera nação peninsular – de regresso à dimensão territorial do século XIV – devido, em grande parte, aos Açores.

Somos nós que permitimos que este país alcance uma área de soberania de quase 4.000.000 km².

A simples constatação deste facto está longe de estar plenamente assimilado pelos políticos da República, pelos órgãos de comunicação social do continente e pela população em geral. A ideia geral, instalada em muitos sectores de opinião, é que as regiões autónomas são apenas um fardo orçamental. Esta ideia deve ser eficazmente combatida pelos órgãos de governo próprio da Região.

Nos nossos documentos, nas nossas propostas e nas nossas tomadas de posição públicas, a real importância dos Açores para o futuro do país deve ser repetidamente salientada. Como já disse em ocasiões anteriores, nós não somos apenas uma parte do país. Nós somos a grande parte do país. No deve e haver desta nação, os Açores não são, de todo, a parte devedora.

É certo que, de forma esporádica, alguns agentes políticos e económicos açorianos afloram esta questão. **O que propomos, no entanto, é a consagração institucional deste discurso. A plena e permanente reivindicação da grandeza marítima da nossa Região e do papel ímpar e decisivo que ela desempenha na projecção geopolítica deste país.** Consideramos esta questão fundamental, nem que seja apenas para iluminar os cérebros daqueles que teimam em nos minorizar, nomeadamente na questão das transferências do Orçamento de Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo

A segunda questão que queremos aqui levantar tem a ver com a forma como, no futuro, os imensos recursos da nossa ZEE e da plataforma continental adjacente serão explorados pelo Estado e que contrapartidas e mecanismos de segurança a Região poderá activar.

Vejamos o caso da política de conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum de pescas da União Europeia. Nesta área, Portugal cedeu, efectivamente, os seus direitos de soberania à União

Europeia. Os resultados, observados em perspectiva, não podem ser considerados positivos. O país perdeu cerca de 50% da sua capacidade de captura e tornou-se deficitário, na mesma percentagem, em relação ao consumo de peixe. Neste contexto, os Açores foram a Região do país mais prejudicada. **Enquanto a ZEE do território continental ficou blindada, pelo menos 2013, a ZEE dos Açores sofreu uma intrusão em cerca de 50% da sua área. Fomos, verdadeiramente, a moeda de troca no âmbito da Política Comum de Pescas.**

Ora, é previsível, ou pelo menos expectável, – dados os antecedentes na Política Comum de Pescas – que os enormes recursos não biológicos dos fundos marinhos da ZEE açoriana e da plataforma continental adjacente venham a ser, no futuro, explorados em parceria com outros Estados e grandes empresas internacionais.

Neste âmbito, os órgãos de governo próprio dos Açores terão de passar a ter um papel decisivo e incontornável em qualquer acordo que o Estado português venha a assumir no âmbito da exploração da nossa ZEE e da respectiva plataforma continental. **A nossa proposta é simples: os recursos não biológicos do Mar dos Açores não serão cedidos sem o nosso consentimento e contrapartidas aceitáveis para a Região.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo

A terceira questão, que queremos relevar neste debate sobre o Mar dos Açores, prende-se com as políticas de preservação e protecção dos ecossistemas marinhos localizados nas nossas áreas de jurisdição marítima.

Nesta área, a posição do PPM é claramente conservacionista. Estamos alarmados com algumas posições científicas que sustentam a possibilidade de ruptura do equilíbrio de alguns ecossistemas marinhos. Reconhecemos e acompanhamos o esforço que tem sido realizado pelo Governo Regional no âmbito da criação de Áreas Marinhas Protegidas.

Mas queremos ir mais longe e preparar a Região para multiplicar o esforço que tem sido levado a cabo nesta área. Queremos mais celeridade nas medidas conservacionistas e a criação de uma comunidade científica regional mais vasta, capaz de executar mais depressa. Neste âmbito, espero que o Governo Regional explique detalhadamente o que pretende fazer a curto e médio prazo.

Em termos de estratégia global, o nosso objectivo é dotar os frágeis ecossistemas marinhos dos Açores de uma ampla rede legal de protecção.

Queremos que a Região seja uma referência mundial nesta área e que o nosso exercício de jurisdição marinha se caracterize pela extrema responsabilidade e rigor na criação e fiscalização de medidas de preservação ambiental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nada disso é novo!

O Orador: A quarta questão que seleccionámos para este debate está relacionada com o conhecimento científico e a instalação das infra-estruturas e da tecnologia necessária para dar um sentido prático à criação de riqueza originada nas diferentes vertentes da chamada economia do mar. Nesta área, o conhecimento científico é fulcral para o desenvolvimento do enorme potencial existente.

É necessário conhecer de forma mais pormenorizada os recursos minerais e em combustíveis fósseis que se encontram no nosso leito do mar e no respectivo subsolo. Para isso, preconizamos a utilização nacional e regional dos recursos já existentes, nomeadamente os relacionados com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. Para isto será necessário adaptar as valências e a capacidade tecnológica deste grupo de investigação, sendo que assim se lhe dará uma vida útil mais longa.

Para além disto é necessário, de uma forma geral, apostar na qualificação dos recursos humanos nas áreas da prospecção e extracção de recursos. É do conhecimento geral que o Governo Regional tem realizado um esforço renovado nesta área, nomeadamente no apoio a projectos de investigação e na criação de bolsas de pós-doutoramento e doutoramento. O que se solicita no âmbito desta interpelação é que o Governo Regional descreva de forma mais pormenorizada o que se está a fazer nesta área e que caminhos perspectiva para o futuro.

Defendemos precisamente os mesmos princípios em áreas como a biotecnologia marinha e o desenvolvimento das energias renováveis associadas ao mar. Nesta última área temos, há muito, instalado um sistema de coluna de água oscilante na Ilha do Pico. Trata-se de uma tecnologia de 1.^a geração. Neste âmbito, o que solicito ao Governo é a descrição das prioridades e de projectos concretos para o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo

Deixo, para uma próxima intervenção, outras questões relacionadas com outras actividades relacionadas com a economia do mar. Falo da função de lazer e turismo, da

função de transportes e logística e da função pesca e alimentação. Estas são áreas mais tradicionais – e não menos importantes – da economia do mar. No entanto, existe uma muito maior visibilidade e conhecimento público em relação ao que está a ser feito e perspectivado nestas áreas. Por isso, e só por isso, centrei a minha intervenção nas questões que acabei de referenciar.

Disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão na galeria a assistir aos nossos trabalhos os formandos dos cursos Técnicos de Contabilidade e de Construção Civil, variante Topografia, da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Vamos prosseguir o nosso debate. Estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos o Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Para uma interpelação, faça favor.

***Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Tinha o entendimento de que a seguir à primeira intervenção do Deputado interpelante haveria uma intervenção automática do Governo. Muito obrigado.

Presidente: É uma interpretação que me parece razoável do Regimento, que efectivamente diz que o debate é aberto e encerrado com as intervenções de um dos deputados interpelantes e de um Membro do Governo Regional. Assim será feito, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O tema que foi trazido nesta interpelação é um tema que é obviamente caro ao Governo. Basta ver que é uma das áreas mais desenvolvidas do programa do Governo que foi aqui debatido e aprovado, nesta Câmara; foi o tema que serviu de encerramento à intervenção do Sr. Presidente do Governo na discussão do último Plano e Orçamento e é uma das áreas em que legislação mais avançada tem vindo a ser produzida. Lembro, concretamente, as questões que dizem respeito às pescas e à

regulamentação da pesca, que de facto constituiu um avanço muito grande do ponto de vista das áreas de intervenção dos órgãos de governo próprio desta Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: De facto as questões do mar são questões caras ao Governo, são questões caras aos órgãos de governo próprio da Região, são uma das questões essenciais para o futuro da Região.

Os Açores são essencialmente mar. A área marinha em muito ultrapassa a área terrestre e os recursos que essa área marinha encerra são em muito superiores aos recursos que a área terrestre contém. Daí que seja importante discutir estas matérias, daí que seja importante, particularmente agora, abordar esta matéria com uma nova energia. E particularmente agora porque a intervenção dos órgãos de governo próprio no mar sofreu uma profunda alteração com a última revisão constitucional e com a última, com a consequente, revisão estatutária. De facto, até à última revisão constitucional a intervenção da Região no mar era ténue, agora, embora ainda mantendo uma situação de gestão partilhada, fica bem mais claro que a Região pode e deve intervir do ponto de vista legislativo e do ponto de vista administrativo nas questões que dizem respeito ao mar e às suas diversas componentes.

Nesse contexto, e aproveitando esses novos poderes, a Região já legislou em diversas áreas, desde as questões de licenciamento do domínio público-marítimo, à questão da extracção de areias, às questões da arqueologia subaquática, às questões (e talvez essa mais importante) das pescas e está neste momento em discussão pública, no âmbito do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, a criação do Parque Marinho dos Açores, que é também uma profunda intervenção em matéria do mar que vem coroar todo um processo que foi longo e difícil de criação de Áreas Marinhas Protegidas no Mar dos Açores.

O Mar dos Açores foi pioneiro em duas áreas: foram criadas as primeiras Áreas Marinhas Protegidas com reconhecimento da Rede Natura 2000 da União Europeia na ZEE dos Açores, as duas áreas de fontes hidrotermais a sul do Grupo Central e uma no nosso mar; no interior dele e na zona adjacente foram criadas as primeiras Áreas Marinhas Protegidas do alto mar, no âmbito da OSPAR. Aliás, essa deliberação, tomada em Bergen em Novembro passado, entra em vigor em 12 Abril de 2011 e cria, pela primeira vez na história desta zona do Atlântico (eu diria mesmo

na história do Atlântico), Áreas Marinhas Protegidas situadas em águas internacionais e 3 dessas áreas marinhas – o Altair, o Antialtair e o MARNA – foram colocadas sob a gestão da Região Autónoma dos Açores. Uma dessas áreas, só para vos dar uma ideia, tem uma área que é superior à área do território do país. Tem cerca de 95.000 Km² e fica situada fora da Zona Económica Exclusiva. Corresponde de facto, e ainda antes da decisão, sobre a gestão dos fundos marinhos à colocação sob a nossa gestão de uma parcela considerável do Atlântico Central.

Tudo isso são avanços importantes na presença dos Açores no mar a que se junta também aquilo que é o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Departamento de Oceanografia e Pescas que criou na nossa Região um pólo de referência a nível internacional na investigação marinha. De facto, os Açores nestas matérias, quer no que diz respeito à conservação do mar e em particular ao pioneirismo na criação de Áreas Marinhas Protegidas, quer no interior, quer no exterior da sua Zona Económica Exclusiva, quer no que diz respeito à investigação científica na área do mar, os Açores têm-se destacado a nível internacional. Basta ir à internet e ver as referências que aparecem aos Açores e são largos milhares quando se procura por questões de investigação oceânica ou de conservação do fundo do mar.

É neste contexto que o Governo Regional dos Açores vê com agrado este debate e considera um momento importante para que se reflecta sobre estas questões e também se analise o que foi feito e o que falta fazer, e que se veja este novo caminho que a última revisão estatutária nos abriu, caminho esse que nós queremos trilhar e queremos consolidar em termos do nosso posicionamento, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este tema da economia do mar, a concepção e operacionalização de estratégias para a sua protecção, estudo e aproveitamento económico entrou, em definitivo, no léxico comum dos políticos, dentro e fora da Região.

Sobre este assunto, muito se ouve agora falar: ele é clusters e mega-clusters, super estratégias, anúncios bombásticos de extensões do território nacional e muita,

muita prosa poética, bem polida e a propósito sobre o desígnio marítimo de Portugal e dos portugueses.

Para além da importância que todos lhe reconhecemos, este assunto tem ainda outro raro mérito: o de gerar um total consenso entre todos os quadrantes partidários. Todos, da esquerda, do centro e da direita, queremos proteger o nosso mar, estudá-lo, potenciá-lo, torná-lo um factor de atracção e desenvolvimento económico, numa palavra: um verdadeiro desígnio nacional.

Perante tanta declaração apaixonada, tanto anúncio, tanto consenso seria de esperar que Portugal se afirmasse já como uma das grandes potências marítimas do mundo ocidental!

A realidade não é assim, todos os sabemos. Porque é preciso ir para lá das palavras sonoras e das afirmações grandiloquentes para percebermos o que foi feito e o que falta fazer para que se possa conceber uma efectiva estratégia de protecção dos nossos recursos marinhos. É para aí que queremos que este debate se encaminhe.

E ir para lá do estrondo das palavras implica questionar:

Onde é que estavam os que agora apregoam a nossa vocação marítima, quando um processo de integração europeia, mal conduzido, mal negociado desmantelou a nossa pesca, a nossa construção naval, a nossa capacidade mercante?

Onde estava a importância do desígnio do mar quando, num vergonhoso processo de capitulação, os nossos governantes, em Lisboa, entregaram a nossa zona económica exclusiva à voragem de rapina das frotas estrangeiras?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Há perguntas e temas incontornáveis para abordarmos com seriedade esta questão.

Como podemos orientar o nosso país para as actividades de marítimas se não temos o controlo dos nossos mares, se a gestão dos nossos stocks, frotas e esforço de pesca se encontra em mãos alheias?

O processo de entrega dos direitos de pesca na zona económica exclusiva dos Açores foi um dos mais vergonhosos processos de capitulação e, direi mesmo, traição aos interesses nacionais da nossa história. Uma página negra de que as gerações futuras pagarão a factura e que julgarão, certamente, com a severidade que merece.

Entretanto, mesmo dentro da nossa zona de acesso exclusivo, a fiscalização no mar é uma verdadeira anedota. O nosso mar tornou-se uma espécie de “far-west”

onde, fora da vista de costa, tudo é possível e nenhuma regra é respeitada, com a tranquila impunidade de quem sabe que os meios de fiscalização pura e simplesmente não existem!

Apresenta agora Portugal a pretensão de ver reconhecida internacionalmente a extensão da sua plataforma continental, processo a que não nos opomos e que aliás apoiamos. Perguntamos para quê, quando nem sequer somos capazes de fiscalizar com um mínimo de eficiência a área actualmente sob nossa responsabilidade!

Não vale a pena discursarmos sobre grandes estratégias se não formos capazes de resolver este primeiro problema. E essa solução terá de passar forçosamente por uma renegociação de tratados a nível europeu e paralelamente por um fortíssimo investimento nos meios de fiscalização do que é, afinal, o nosso território. Sem estas condições, todo o discurso e todo o esforço serão um mero exercício de futilidade.

Como podemos inverter a crescente degradação dos rendimentos dos nossos pescadores, esmagados entre a concorrência de frotas maiores e melhor apetrechadas, por um lado, e a ganância especulativa de intermediários sem escrúpulos, por outro?

As primeiras vítimas da redução do esforço de pesca, do contínuo e indiscriminado abate de embarcações que se tem verificado a nível nacional nos últimos anos, foram as comunidades piscatórias ligadas à pesca artesanal. A pauperização dos homens do mar tornou-se a regra continuamente seguida por todos os governos, na República, como nos Açores, como via de os forçar ao abandono da actividade.

Entramos assim no círculo vicioso, quanto menos pescamos, mais pescadores se afastam desta actividade basilar da nossa economia. E alguém ganha com este ciclo, mas não é com certeza Portugal ou os portugueses.

Nos Açores, os custos e dificuldades de transporte, a par da desadequação de algumas artes e de algumas capturas acrescentam ainda maiores obstáculos à que já é uma actividade difícil e incerta.

Para o PCP a questão essencial é a do aumento dos rendimentos dos pescadores, que só pode ser conseguido através da melhoria das suas condições laborais e pela efectiva aplicação do seu estatuto profissional, por um lado, mas também através de uma actuação directa dos poderes públicos no mercado, limitando as margens de lucro dos intermediários e garantindo o escoamento do pescado.

É decisivo que se entenda o papel social estruturante que a pesca, seja como actividade principal ou complementar, tem nas nossas comunidades e que se abram possibilidades de aumentar a capacidade da nossa frota artesanal, bem como melhorar o seu apetrecho. É neste sentido que os apoios e ajudas públicas devem ir. Não no sentido da continuação do desmantelamento do nosso sector das pescas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Também do ponto de vista da investigação científica e da protecção dos recursos marinhos temos interrogações e perplexidades.

Interrogações sobre a utilidade de andar a criar regimes jurídicos de protecção, de forma desarticulada e mesmo casuística, quando não existem quaisquer meios para os fiscalizar.

Interrogações sobre a pressão para a contenção de capturas pela frota artesanal, ao mesmo tempo que se permitem que embarcações de maior porte continuem a utilizar artes de que hoje se conhece cada vez melhor o potencial destrutivo.

Interrogações sobre a continuação da aposta na miragem atuneira de massa, de baixo valor acrescentado, inconstantes resultados e difícil sustentabilidade ambiental, em vez de se apostar na especialização das capturas, mais selectivas, mais sustentáveis e sobretudo mais rentáveis. Reconhecendo a necessidade de alimentar uma indústria conserveira que é estrutural para o emprego e para a economia regional, não deixamos de levar em linha de conta a necessidade da sua modernização e da diversificação dos seus produtos.

Perplexidades sobre uma investigação científica feita sem meios, por universidades e institutos depauperados, usada como um adorno por dirigentes políticos, mas faltando-lhe a essencial substância do investimento necessário.

Perplexidades sobre a valorização pública que se faz da investigação científica, ao mesmo tempo que se mantêm os investigadores numa precariedade absoluta e crónica, à mercê de bolsas reduzidas e incertas, deixando partir para outras paragens os nossos melhores cérebros.

Para o PCP, a dimensão dos nossos recursos é forçosamente acompanhada pela irrecusável responsabilidade do seu estudo, protecção e conservação: o inverso das políticas seguidas até agora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Para além das questões que já trouxemos ao debate, queremos também registar algumas contradições e paradoxos.

E o primeiro paradoxo é ouvirmos os mesmos que, a nível nacional, aplaudiram o desmantelamento da nossa indústria de construção naval, que possuía, à data, exemplos de excelência tecnologicamente avançada, virem agora falar de “clusters do mar”, como uma prioridade para o país. Sem os investimentos necessários para recuperar essa capacidade produtiva, de que cluster falamos, afinal?

Nesta área, também na Região faltam os esclarecimentos do Governo Regional sobre o fim do negócio com os estaleiros navais de Peniche e a sua eventual ligação com o concurso para a construção de embarcações para as ligações entre as ilhas do triângulo. Sejam quais forem as razões, externas ou internas, nebulosas ou cristalinas, o resultado, para os Açores, foi só um: mais uma oportunidade perdida. Mais tempo desperdiçado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor não lê a imprensa.

O Orador: Também o campo da actividade portuária nos traz múltiplos paradoxos.

E talvez o mais significativo seja o continuado apetite para a centralização demonstrado pelo Governo Regional.

Primeiro quis centralizar o tráfego de mercadorias para plataformas logísticas e, se recuou nesse intento, foi pela fortíssima oposição de múltiplas instituições e sectores da população.

Agora, pretende centralizar as administrações portuárias, extinguindo as entidades existentes e fundindo-as numa única mega-entidade, que terá de gerir realidades tão díspares e complexas como o porto comercial de Ponta Delgada ou o porto da casa em Vila do Corvo!

Duvidamos muito das vantagens desta centralização, independentemente da bondade das suas intenções, porque pensamos o conhecimento e proximidade à realidade local é o primeiro pilar de uma gestão eficiente, algo que não deve ser sacrificado apenas para poupar uma mão cheia de euros. Esperamos, também sobre esta matéria, os necessários esclarecimentos do Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Resta-nos ainda registar mais um paradoxo, no campo do aproveitamento turístico dos nossos recursos marinhos.

Como é que é possível potenciar o poder de atracção singular que possuímos quando na observação de cetáceos, por exemplo, se permite o aumento descomedido da lotação das embarcações, com óbvia perda de qualidade e insustentável pressão sobre o recurso?

Como é que se pode apostar na multiplicação incontrolada de empresas do ramo das actividades marítimas e de eco-turismo, gerando uma concorrência selvagem e a consequente quebra da qualidade dos serviços, na qual todos perdem, a começar pelo turista que visita os Açores?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vão ser sinalizadas agora!

O Orador: A riqueza dos nossos mares e a multiplicidade da sua oferta é incompatível com um modelo de atracção turística massificado, descaracterizado e de baixa qualidade, vítima da continuada multiplicação de entidades, com a ausência de uma visão estratégica enquadradora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não fale do passado!

Deputado João Costa (PSD): Eles não têm passado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não têm passado!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, quero dizer que o PCP Açores reconhece a importância e oportunidade da interpelação do PPM, tal como proposta, em termos gerais.

Mas os esboços de solução que aqui traçarmos terão forçosamente de abranger alterações profundíssimas nas políticas seguidas e nas estratégias aplicadas, sob pena de este debate que hoje realizamos não passar de mais um vazio exercício académico que infelizmente vemos tantas vezes repetido. Esperamos que assim não seja, desta vez.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos tem a palavra.

***Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos (José Contente):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Governo eu gostaria também de trazer alguns esclarecimentos a este debate, uma vez que foram aqui levantadas algumas questões que têm a ver com a investigação científica. E dizer quatro ou cinco coisas que me parecem importantes, para que de algum modo a Câmara possa também conhecer o trabalho do Governo em matéria de investigação e de apoios a essa investigação.

Há neste momento 16 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento que são apoiadas pelo Governo com temáticas única e exclusivamente subordinadas à investigação científica ligada ao mar e às problemáticas dos oceanos (e isso é um contributo forte para que em termos de investigação fundamental e aplicada para que possamos conhecer bem as nossas características e também as nossas potencialidades).

O Departamento de Oceanografia e Pescas neste momento é considerado pelo Governo um centro de excelência para as tecnologias e exploração dos oceanos e foi por isso que o Governo Regional apoiou a construção deste departamento em 4,3 milhões de euros...

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso é a desculpa para não se fazer o Centro Tecnológico.

O Orador: ...assumindo a totalidade dessa construção. É por isso também que o Governo está a equipar esse departamento com uma verba de 620 mil euros para que tenha as melhores condições.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já está feito!

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso é conversa! Isso é violino!

O Orador: Mas é também por isso que o Governo Regional nos Açores tem bolsas de investigação que são superiores às bolsas da Fundação da Ciência e Tecnologia no Continente, em matéria de bolsas de pós-doutoramento, de doutoramento, bolsas para licenciados e bolsas para investigação científica de iniciados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é verdade!

O Orador: É sim senhor! Isso já foi esclarecido várias vezes. O senhor quando for comparar as bolsas que estão publicadas vai ver que é verdade. Antes disso não sabe o que está a dizer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é poesia!

O Orador: Depois também é verdade que o Governo Regional tem admitido que é fundamental nesta fase haver uma ligação mais estreita entre a investigação e o

contexto empresarial, dizendo aos investigadores que está na hora de haver essa capacidade de transferência de conhecimento para as empresas, para que se processe a inovação empresarial e para que isso esteja ligado também a essa economia do conhecimento.

Por outro lado, também é verdade que com a instalação da ESA em Santa Maria e depois da Edisoft, que é uma empresa ligada à Empresa Portuguesa de Defesa, em Santa Maria hoje existe (e não é muito conhecido) um Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico que tem várias potencialidades, nomeadamente com os equipamentos que essa empresa comprou que permite, por exemplo, entre outros dados, colher matéria que tem a ver com o fitoplâncton das nossas águas, ou seja, com aquilo que faz parte do início da cadeia alimentar dos oceanos; é permitido também, com esse equipamento, e já há países que utilizam essas imagens de satélite, ver derrames de hidrocarbonetos nas águas territoriais; é permitido também, com este tipo de imagens de satélite que têm um atraso de uma hora, resolver situações de presença ilegal nessas águas, ou seja, há um manancial e um dispositivo à disposição das forças de segurança para que elas possam nesta fase utilizar essa tecnologia espacial que é também um contributo forte em matéria da economia do mar.

Por isso, o Governo Regional sabe que esta caminhada é uma caminhada que se está fazendo com intensidade e cada vez tem que ter maior empenhamento de todos. Mas também nós sabemos que temos feito um grande esforço na aplicação dos recursos em matéria de investigação científica ligado à exploração do mar e dos oceanos e que tem sido o Governo Regional o principal suporte financeiro do nosso centro de excelência de exploração dos oceanos que é o Departamento de Oceanografia e Pescas, que está sediado na Horta, no Faial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Portugal quando se virou para o mar cresceu e foi uma potência mundial.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi com o Infante D. Henrique!

O Orador: Acontece que sempre que virou as costas ao mar empobreceu literalmente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isso deveu-se ao facto dos decisores políticos, após a adesão à União Europeia, terem privilegiado a Europa em detrimento daquilo que eram as fortíssimas capacidades desenvolvidas ao longo de séculos: o mar.

Quando nós hoje e trazido pela Representação Parlamentar do PPM, que saúdo, temos o tema do mar para discussão nesta Assembleia, várias abordagens podiam ser identificadas, algumas das quais os colegas de outros partidos que me precederam já o referiram, nomeadamente a questão dos transportes, da pesca, do turismo, da construção naval, da energia e da ciência e tecnologia.

O Grupo Parlamentar do PSD vai privilegiar nesta discussão, nesta intervenção, não invalidando que outras intervenções possam também abordar outros temas, a questão da ciência e da tecnologia.

Quando nós tanto ouvimos falar da riqueza das nossas fontes hidrotermais ao nível dos microrganismos que podem ser recolhidos nas amostras de pesquisa subaquática, nas próprias enzimas que têm princípios activos e que podem ser utilizados em variadíssimos campos (no campo da genética, no campo da biologia, na investigação, inclusive da vulcanologia e da mineralogia), vemos e constatamos que temos de facto um manancial enorme debaixo do nosso nariz.

Mas é preciso rapidamente passar das palavras aos actos. Já aqui foi dito que não é difícil encontrarmos centenas e milhares de páginas que falam sobre as potencialidades do mar. Já foram feitos estudos nacionais por reputados economistas, equipas muito capazes que identificaram que no mar português, no mar dos Açores, existem potencialidades enormes. Mas existem também enormes constrangimentos. Os constrangimentos têm a ver com a dependência dos financiamentos que naturalmente a investigação desta natureza acarreta. Em Portugal e nos Açores existem duas fontes de financiamento privilegiadas. Em Portugal no seu todo com Regiões Autónomas, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e no caso dos Açores a DRCT.

Ao contrário daquilo que o Sr. Secretário Regional disse, são os próprios investigadores que se queixam que a relação entre as bolsas da FCT nacional e da RCT regional estão na relação de 1 para 5.

Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos (José Contente): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Ou seja, com prejuízo evidente para as bolsas que são atribuídas pela DRCT.

Mas deixando esta parte para outro ponto desta minha intervenção...

Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Onde estão os papéis?

O Orador: ...eu gostaria também de referir que outro dos constrangimentos é a inexistência de capacidades próprias ao nível dos equipamentos e das infra-estruturas, para que sejam os nossos próprios investigadores a poderem desenvolver essa investigação própria, endógena que a capacidade dos Açores existe e é reconhecida pela comunidade científica internacional.

Não basta dizer que nós temos riscos em abrir as portas a missões internacionais, condicionar eventualmente e limitar o acesso dessas missões internacionais às fontes hidrotermais sempre com a presença de investigadores açorianos, mas que têm um estatuto muito limitado, um estatuto quase de observadores, porque a seguir surge um problema para o qual até agora não foi encontrada solução: o que é que acontece com as amostras? Perde-se o rastro. Em linguagem científica, não existe a rastreabilidade das amostras colhidas pelos investigadores internacionais. A partir do momento que as amostras saem da Região os investigadores e as equipas de investigação dizem-nos, devolvem-nos alguma informação, aquela informação que querem, e não temos garantias nenhuma de que possamos participar naquilo que também se chama a cadeia de valor dessas amostras, dessas colecções de amostras que já existem casos, e referirei mais à frente, de sucesso já praticados por equipas de investigação nacionais. Ou seja, é preciso investimento para o desenvolvimento de capacidades próprias, nomeadamente ao nível ou da aquisição de navios com essas valências (reconheço que o investimento é vultuosíssimo) ou então o aluguer e subcontratação de navios oceanográficos para essa pesquisa e investigação subaquática que existem e que estão disponíveis no mercado para poderem ser subcontratados e trabalhados, utilizados por equipas de investigadores nacionais ou equipas de investigadores açorianos.

Falta também desenvolvimento de laboratórios de biotecnologia e plataformas de rastreabilidade desses microrganismos recolhidos nas amostras que eu atrás identifiquei. Porque essas amostras não são investigação pura. Essas amostras, esses microrganismos, as bactérias e as enzimas que lá existem, e que no caso das fontes

hidrotermais são identificadas e reconhecidas como sobreviventes em condições extremas, têm capacidade de utilização empresarial muitíssimo importante. No mar dos Açores, mesmo a baixa profundidade, existe uma riqueza bacteriológica fantástica. Existem enzimas com potencial para a medicina, para a cosmética e para a energia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Em 95 o mar era o mesmo, o Governo é que era outro!

O Orador: Ainda a preparar esta intervenção deparei-me com uma recente descoberta no campo da energia com a utilização de uma enzima descoberta no Atlântico. Uma empresa americana que vai passar a produzir *bioetanol* com base em enzimas descobertas no oceano Atlântico.

Ainda em 2002, uma missão científica totalmente portuguesa, utilizando um navio francês, realizou uma missão no oceano Atlântico e nas águas açorianas. Desta missão foram identificadas centenas de amostras que actualmente através de uma empresa, também ela portuguesa - a BIOALVO -, acordou com a equipa cientista para a comercialização dessa colecção de amostras. Ou seja, para além da própria BIOALVO desenvolver a plataforma de rastreabilidade dos microrganismos em parceria com a multinacional Hewlett-Packard, está também agora a licenciar, naturalmente com a autorização e com a mais-valia que será também atributo e retribuída à equipa de investigação, a utilização da colecção de amostras que naturalmente são identificadas como de altíssimo valor para aplicação empresarial. Inclusive, essa empresa, a BIOALVO, já identificou actividades nos microrganismos com potencial para tratamento de doenças degenerativas.

Ficam aqui evidentes 3 exemplos daquilo que pode ser feito no mar dos Açores ao nível da ciência e tecnologia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já existia quando os senhores estavam no Governo.

O Orador: Mas não basta apenas limitar o acesso às fontes hidrotermais. Não basta apenas querermos condicionar o acesso às fontes hidrotermais. Se esse acondicionamento e se essa limitação do acesso é importante para a sua preservação, muito mais importante de modo a que possamos transformar mar em euros é podermos potenciar a riqueza enorme que existe mesmo dentro do mar dos Açores. É

necessário passar das palavras aos actos, é necessário que deixemos de retórica e de encher páginas e páginas de artigos científicos, programas do governo, intervenções que aqui da nossa parte podem até ser muito interessantes: é preciso passar à acção. É preciso investimento e esse investimento até pode ser rapidamente recuperado se nós conseguirmos participar naquilo que é a cadeia de valor internacional dos microrganismos, bactérias e enzimas que têm um valor acrescentado enormíssimo, fazendo fé na expectativa que o Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos tem repetidamente dito que “agora os financiamentos são para potenciar a investigação com aplicação empresarial”.

Sr. Secretário, as fontes hidrotermais, a investigação científica são uma maneira que os Açores têm de poderem potenciar o seu próprio ouro, o seu próprio petróleo. É essa a capacidade que está por aproveitar. Não basta dizer que os nossos cientistas acompanham as missões internacionais porque isso não chega. As missões internacionais levam o que lhes interessa e devolvem e informam aos Açores aquilo que naturalmente tem menos valor acrescentado. Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre uma estratégia para o mar dos Açores, temos que começar por colocar a questão primordial: existe pensamento estratégico regional em relação do mar dos Açores?

A resposta infelizmente só pode ser NÃO!

O mar não é encarado como um activo valioso; o mar é o meio que separa e une as Ilhas; do mar tira-se o sustento de algumas famílias.

Ao retirar-se o sustento, não se encara o mar como um bem de investimento. Adopta-se uma atitude “passiva” de recollecção. Embora com meios modernos, a recollecção é uma actividade ancestral. Estamos em pensamento e atitude anquilosados em práticas do passado, o que é sintomático de uma sociedade cultural, científica e tecnologicamente pouco evoluída.

Os *stocks* pesqueiros do nosso mar dos Açores têm sido preservados pelos pescadores, apesar de alguns locais ou algumas espécies sobre-exploradas. Politicamente o argumento da preservação dos *stocks* tem sido usado com o intuito de

enaltecer a actividade pesqueira regional. Mas a realidade expõe a fragilidade deste argumento. É o caso dos protestos dos pescadores das Flores e do Corvo em relação à pesca realizada por embarcações de outras Ilhas na costa destas Ilhas. Se os pesqueiros não demonstrassem erosão os pescadores não sentiriam necessidade de rumar a outras ilhas para irem pescar.

O mar é encarado como uma fonte económica de algumas famílias e fonte de alimento da sociedade açoriana. Mas também deveria ser encarado como uma área de negócio altamente especializada e rentável, o que não é!

A actividade marítimo-turística é incipiente; não existem empresas Açorianas de biotecnologia ligadas ao mar; não há indústria naval; não há indústria de aquacultura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As empresas de pesca são de pequena dimensão, os seus quadros têm baixas qualificações profissionais e académicas, a estrutura de comercialização do pescado é frágil, assente e dependente de empresas públicas (LOTAÇOR, SATA e TAP), o que com indesejável frequência provoca a perda do valor comercial do pescado que não chega fresco aos mercados externos, nem sequer ao interno, causada por falta de planeamento e capacidade de transporte, muito por causa da inércia e desorganização das políticas e das empresas públicas nos Açores.

O mercado regional de pescado de pequena dimensão bem como toda a estrutura industrial associada, nomeadamente a rede de frio que esgotou a sua capacidade com a safra de atum deste ano.

Sendo a maior parte do território açoriano constituído por oceano, seria expectável que as actividades do mar tivessem maior peso no PIB regional.

Teria sido expectável que os auto-proclamados pais da autonomia tivessem tido uma política do mar.

Termino citando o Almirante Vieira Matias: “Portugal, nas últimas três décadas, deixou de ter um rumo para definir uma política marítima e, de certa forma, foi enjeitando o património moral da sua vocação marítima, enquanto que permitia, sem reagir, o definhamento das actividades económicas ligadas ao mar.” Permitam-me que acrescente: pior foi a autonomia não o ter feito e os auto-proclamados pais da autonomia falharam redondamente nesta matéria. Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Mar dos Açores define-se hoje como uma área com cerca de um milhão de quilómetros quadrados e com a pretensão do prolongamento da jurisdição nacional solicitada o ano passado à ONU dos fundos contíguos em torno do arquipélago, a área de responsabilidade açoriana ficará substancialmente alargada. O Mar dos Açores é pela sua dimensão, pela sua biodiversidade, pelas suas potencialidades económicas um pilar importante para a viabilidade e o desenvolvimento dos Açores.

O Mar dos Açores representa um constante desafio estratégico, não só para a nossa prosperidade económica, mas também para o nosso abastecimento e a nossa segurança alimentar, pelo que tem sido alvo de um conjunto de políticas sectoriais de modo a obter-se um desenvolvimento sustentável marítimo, que garanta, ao mesmo tempo, a preservação dos respectivos recursos. Por isso o Programa do X Governo Regional, na senda dos anteriores Governos da responsabilidade do Partido Socialista, definiu um conjunto de medidas que têm sido desenvolvidas através de diversas acções espelhadas nos respectivos planos anuais nos domínios dos portos, dos transportes, das pescas, dos recursos marinhos inertes, da aquacultura, do turismo, do lazer, do emprego e das ciências do mar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a revisão constitucional de 2004, as competências da Região foram alargadas, permitindo que hoje possamos agilizar e fortalecer o exercício das actividades marítimas relacionadas com os transportes, pesca, turismo e náutica de recreio.

O Mar dos Açores tem sido e continuará a ser encarado em duas vertentes: uma relacionada com a economia marítima e outra com a protecção do ambiente marinho, a articulação entre estes dois clusters do mar são os garantes da sustentabilidade de toda a nossa política marítima regional.

Para esta legislatura o Programa do Governo Regional dos Açores apontou como principais objectivos:

- Consolidar o papel do Mar como pilar fundamental para viabilidade futura dos Açores;
- Desenvolver e modernizar o sector portuário e dos transportes marítimos;
- Valorizar economicamente o sector das pescas e aquicultura;
- Garantir a sustentabilidade da actividade da pesca;
- Valorizar as profissões da fileira da pesca;
- Requalificar a frota e infra-estrutura de apoio;
- Desenvolver o sector marítimo-turístico e náutico;
- Proteger o ambiente marinho;
- Desenvolver as ciências e tecnologias do Mar.

O Mar dos Açores representa para o Partido Socialista e para o seu Governo e assim para todos os açorianos um dos seus maiores desafios estratégicos do presente e do futuro.

É com a nossa Universidade e com outras instituições científicas que poderemos conhecer melhor todas as suas potencialidades. Hoje, verificamos que se fazem dezenas de expedições científicas e de exploração tecnológica às nossas águas e aos fundos marinhos, para que os apoios financeiros às nossas instituições científicas se tornam cada vez mais importantes, de modo a que não nos vermos confrontados com a gestão dos nossos principais recursos marinhos por outros. A Região participou activamente aquando da elaboração do “livro verde” da política marítima europeia, um instrumento que tratou os assuntos do Mar europeu de forma transversal e global. Hoje, a Região faz parte de uma “bacia” intitulada “RUP”, ou seja, regiões Ultra Periféricas, dentro das bacias que foram constituídas dentro da União Europeia, pelo que muitas das nossas políticas marítimas futuras passarão pela PMI (Política Marítima Integrada) dentro da UE, onde se espera que se possam desenvolver abordagens regionais, respondendo assim aos interesses dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem prescindir de outras intervenções e também de algumas questões a levantar ao Governo Regional, gostaríamos neste momento de dar um contributo para este debate, no sentido de evitar que ele se transforme numa coisa muito habitual nesta casa que é um jogo de pingue-pongue entre o Governo e o partido que o suporta e os partidos das oposições. Em que o Governo diz que está a fazer e que já fez tudo e os partidos das oposições dizem que o Governo ainda nem começou.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Aliás, por muito que se faça parece que é sempre pouco.

A Oradora: E dando este contributo, gostaria de levantar a seguinte questão e deixá-la em aberto para os Membros do Governo que muito bem entenderem, responderem ou não. E a questão é esta: em vez de perguntarmos ao Governo o que é que fez no sentido de transformar a economia do mar numa fonte de riqueza e de desenvolvimento sustentável, nós perguntaríamos - segundo a opinião e a avaliação do Governo Regional sobre as potencialidades que nós temos, as estratégias que o Governo afirma ter, mas que não são aos nossos olhos assim tão evidentes – o que é que ainda falta fazer relativamente a acções concretas, grandes e ousadas sobre esta matéria?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Até parece que o Governo ainda não disse nada.

A Oradora: Talvez depois desse contributo, se o Governo entender dar resposta a esta nossa solicitação, nós possamos com mais discernimento falar, debater, partindo daquilo que falta.

Gostaríamos muito de ouvir o Governo sobre esta matéria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos tem a palavra.

***Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para mais algumas informações. Penso que o Governo Regional já demonstrou que não só tem uma política para esta área, como está a investir e reforçou novamente o investimento, por exemplo, em matéria de investigação e desenvolvimento em contexto empresarial no Plano para 2011. Mas foi o Governo, e é preciso dizê-lo, que mesmo sem ter essa responsabilidade directa, construiu o Departamento de Oceanografia e Pescas que era uma aspiração de muitos anos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Essa agora!

O Orador: Está equipando com o dinheiro da Região esse departamento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Era para ser uma discussão séria!

O Orador: E está exactamente também a investir na investigação que tem a ver com assuntos que aqui foram falados. Portanto, isso é um caminho certo.

Gostaria de dizer também ao não meu colega de biologia/geologia, mas o Sr. Deputado Macedo, que nós temos de facto em matéria deste tipo de investigação alguns cuidados. Porque uma coisa é conhecermos esse tipo de microrganismos e sabermos que essa transferência de conhecimento para exploração comercial e empresarial leva muitos anos aqui e em qualquer parte do mundo. E por exemplo, também gostaria de informá-lo que mesmo países como os Estados Unidos estão neste momento a arranjar concessões de áreas em determinadas zonas do Pacífico para um dia explorarem esses recursos hidrotermais e minerais que existem nos fundos do mar. Portanto, não é matéria que se pense que de um dia para o outro nós vamos alcançar essas mais-valias que são importantes e que devem ser desde já estudadas e planeadas para que a tecnologia de extracção no futuro a possa usar como uma mais-valia para as regiões e para os países. Mas é preciso termos também a noção das distâncias e dessas situações.

Por outro lado, queria esclarecer a Câmara de uma coisa muito rápida. As bolsas de doutoramento nos Açores são 1.160 euros, da Fundação de Ciência e Tecnologia são 980; pós-doutoramento, nos Açores, 1.750, no Continente, 1.495; os licenciados, 800 euros, no Continente, 745; os jovens de iniciação que não são licenciados recebem 400 e no Continente, 385.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agora com alguma réplica neste debate, começo pelo Sr. Secretário Álamo Meneses. Dizer-lhe que efectivamente o DOP tem uma excelente produção científica, é reconhecido a nível internacional e mundial. Não temos nenhuma dúvida sobre isso.

A questão que nós colocamos, Sr. Secretário, é: dessa investigação qual dela, ou melhor, quanta dela trouxe benefícios aos pescadores açorianos, à economia açoriana aplicada directamente nos Açores? Essa é que é a questão que nós temos de colocar. E é essa a questão que nós temos de dar resposta.

Apoiamos com certeza e felicitamos o DOP pelo seu excelente trabalho, mas é preciso ir além do excelente trabalho. É preciso que esse trabalho tenha aplicabilidade prática, que os nossos pescadores tirem daí ensinamentos, que se possa melhorar a pesca, que se possa, enfim, evoluir e explorar melhor o nosso mar que de facto não tem sido explorado devidamente.

Mas, a culpa não é só deste Governo. É preciso também que se diga que não é só deste Governo e o Almirante Vieira Matias di-lo claramente. É também do pai, do primeiro pai, pois há um segundo pai, da autonomia, do pai social-democrata. O Sr. Deputado Jorge Macedo, vem aqui, fazendo-se virgem nestas matérias, mas escondendo as suas responsabilidades como membro do governo, de vários governos do Partido Social-Democrata e que tem grandes responsabilidades nisso.

Onde é que estava a sua investigação científica? Onde é que estava o seu apoio aos jovens, quando o senhor foi Director Regional da Juventude? Onde é que se importou com isso?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não se lembra!

O Orador: É isso que é preciso o senhor esclarecer e não vir aqui “dar uma de Madre Teresa de Calcutá”, que não tem nada a ver para o assunto, que o senhor tem grandes responsabilidades no assunto. Portanto, explique-se primeiro e exija explicações depois.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Agora nessa matéria nós exigimos explicações a si, dessa bancada como membro de um governo social-democrata, e exigimos ao Governo que nos explique agora porque é que não avança, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Não vale vir aqui esconder o passado. Traga o seu passado, orgulhe-se dele e assumo os seus erros, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O “orgulhe-se dele” vai ser mais difícil!

O Orador: Porque o senhor vem aqui fazer uma intervenção micro-orgânica de profundidade, tentando esconder as coisas, mas não esconde. A profunda tem de vir à tona, à frente do seu nariz. Sair debaixo de água e vir para a frente do nariz de nós todos.

Ficamos à espera das suas explicações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As pescas são um vector que quanto a nós deve ser também trazido aqui a este debate.

Com efeito, as pescas constituem um dos sectores mais tradicionais da nossa economia, que importa estimular, em ordem ao incremento e à modernização desta actividade tão importante para a nossa capacidade exportadora e para garantir o sustento da nossa população ligada ao mar.

A pesca tem de ser vista como um sector cujos recursos são esgotáveis, e o princípio do desenvolvimento sustentável, apregoado pela Europa, impõe que nos Açores não devemos permitir a transferência de embarcações entre diferentes áreas geográficas marinhas, para não colocarmos em risco a garantia da sustentabilidade das pescarias, com o aumento de esforço de pesca.

Como se sabe, com a entrada em funcionamento do regulamento das Águas Ocidentais, a zona de protecção da frota de pesca dos Açores foi reduzida, situação que necessariamente originou um aumento de esforço de pesca, e que notoriamente veio por em causa a sustentabilidade da nossa ZEE.

Felizmente, a Comissão Europeia reconhece a existência de uma região biogeográfica marinha específica para a Macaronésia, o que constitui um passo importante e um instrumento vital de gestão das pescarias na nossa ZEE.

Por outro lado, a aprovação do quadro legal da pesca açoriana que aqui foi aprovado alargou as nossas competências no âmbito da gestão e controlo do Mar dos Açores, vem permitir que o sector das pescas contribua para a viabilidade económica e se possa garantir a sustentabilidade das pescarias. Trata-se de uma matéria que deverá continuar a merecer uma atenção especial por parte das nossas autoridades regionais. É dever do Estado fazer a defesa da nossa ZEE e de preservar os seus recursos piscícolas nas águas sob a jurisdição e gestão nacionais.

O Estado Português tem sido negligente para os mares dos Açores e para os seus recursos haliêuticos.

Apesar das boas práticas de pesca, que temos assumido na Região, a verdade é que os nossos escassos recursos piscícolas têm sido delapidados por quem usurpa os nossos domínios, sem que haja qualquer fiscalização efectiva ou impedimento adequado.

O Governo da República tem falado por diversas vezes sobre o assunto e não é por palavras que se defendem os nossos recursos. Faltam os meios para o fazer e a responsabilidade efectiva é do Estado.

Das oportunidades perdidas não reza a história, mas da vitória nesta oportunidade podemos assegurar a viabilidade das pescas nos Açores e o sucesso social e económico dos pescadores açorianos e suas famílias.

O facto é que se deu um passo grande com o novo quadro legal de pescas, no âmbito da fiscalização, ficando a Inspeção Regional das Pescas a ter papel reforçado, passando a deter competências em todo o mar dos Açores, o que permitirá um maior poder de fiscalização, em articulação com o Estado Português.

Temos que continuar a pugnar pela melhoria das condições do sector da pesca, com equipamentos, portos, lotas, etc, que possam permitir incrementar a actividade e os rendimentos do sector, bem como a modernização e valorização de todas as actividades respeitantes às pescas.

Por outro lado, com os *stocks* haliêuticos em declínio, pelo esforço de capturas, importa encontrar alternativas para a nossa pesca tradicional, como por exemplo a aquicultura já aqui falada ou mesmo o arresto de peixe de espada, em que os *stocks* nos Açores, segundo dizem os especialistas, está praticamente virgem, o que pode representar uma reorientação da actividade da pesca e a modernização da nossa frota.

O Governo Regional tem dado passos na valorização e apoio ao sector, mas têm sido a conta gotas, o que poderá ser prejudicial para quem vive do sustento arrancado ao mar.

Vivemos muitas vezes de costas viradas para o mar e o reforço da nossa ligação ao mar é eminentemente importante para a valorização dos nossos produtos de pesca e para o desenvolvimento económico dos Açores, através da exploração sustentável do mar dos Açores.

O mar, para nós, é um desígnio regional e as pescas uma das suas fontes de riqueza, pelo que é muito importante manter a jurisdição na nossa ZEE, até porque a inexistência de plataforma continental faz com que a área dos bancos de pesca nos Açores seja muito reduzida, por isso a nossa atenção redobrada que deve merecer esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A linha estratégica que há pouco defini não tem nenhuma novidade. Que o mar é importante para o futuro deste país, que é importante para a definição da nossa identidade, é uma verdade que tem 600 anos. Portanto, não há nada de novo a inventar aqui.

Ainda bem que percebeu Sr. Secretário, porque se não percebesse seria o único!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faço um esforço!

O Orador: Também lhe quero dizer que em relação àquelas que são as linhas para o aproveitamento estratégico destes recursos, também não existe verdadeiramente nenhuma novidade.

Estas são temáticas amplamente exploradas, com gente muito competente na área científica que já fez doutoramentos sobre estas áreas, que fez descrições sobre o aproveitamento destes recursos e portanto, também não há verdadeiramente muito

para inovar nesta matéria. Eu diria que a inovação aqui é a acção concreta, ou seja, fazer-se coisas concretas para aproveitar o potencial que é reconhecido por todos. Essa é que é a grande novidade, como por exemplo, vou-lhe já dizer. É reconhecido que o nosso leito do mar tem grande potencialidade do ponto de vista dos recursos minerais. A questão directa que coloco ao Governo é se temos contactos com empresas ligadas ao ramo, no sentido de se poder vir a explorar este potencial, porque também nós sabemos que nenhum governo o faz directamente. Não existe esse potencial do ponto de vista dos governos nacionais, muito menos de um governo regional. As despesas associadas a esse tipo de prospecção são tão elevadas que nenhum país o faz directamente. Evidentemente que o faz em associação a grandes empresas internacionais. Como por exemplo, também sabem que em Portugal, na Zona Económica Exclusiva de Portugal Continental, existe neste momento um conjunto vasto de prospecções em relação a combustíveis fósseis. É evidente que o país não o pode fazer porque isto significa um esforço financeiro de milhões de euros. Mas pode, de facto, associar-se, se existir interesse por parte dessas empresas. Portanto, a questão que lhe coloco é: existem contactos com empresas no sentido de explorar este potencial?

Outra questão muito directa: que conhecimento é que tem o Governo em relação ao potencial em termos de recursos minerais do nosso leito do mar e do respectivo subsolo? Qual é o conhecimento?

Eu sei que não é muito grande...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor sabe!

O Orador: ...que estamos no início, mas gostaria de ter uma descrição o mais factual possível sobre o estado em que estamos em relação ao conhecimento sobre esta matéria.

Também uma outra ideia concreta que apresentei: como sabem a missão para a extensão da plataforma continental tem resultados muito positivos e está, do ponto de vista tecnológico, muito bem equipada. Tanto é assim que neste momento alguns desses recursos foram solicitados pelo Brasil, por exemplo, que como sabem também tem neste momento um projecto de extensão da sua plataforma continental. Portanto, nesse sentido foram solicitados os serviços desta missão exactamente porque lhe é

reconhecida grande capacidade tecnológica. A questão muito concreta que eu coloco, sabendo-se que será desactivada quando a missão terminar...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Já terminou! Já foi extinta a missão.

O Orador: ... - mesmo ontem tive a oportunidade de falar com os responsáveis desta missão e portanto, neste momento ainda está a trabalhar e continuará nos próximos anos – é se o Governo Regional pode de facto aproveitar, localizar parte destes recursos? Não todos, evidentemente, que é uma infra-estrutura pesada, mas a parte mais importante para os nossos objectivos.

A terceira questão concreta que coloco é em relação às Áreas Marinhas Protegidas. Tem sido feito um trabalho nesta área, tem, de facto. A questão muito concreta que coloco é: o que é que pensa fazer o Governo em relação à expansão desta política de criação de zonas protegidas? O que é que está programado a curto e a médio prazo por parte do Governo Regional?

Finalmente, uma última questão, depois volto a colocar mais questões concretas. Estou absolutamente convencido que o acesso à Zona Económica Exclusiva do território continental vai ser recolocada a partir de 2013, quando deixam de estar a funcionar as blindagens actuais de acesso àquelas águas. Considero que será talvez um momento importante para que a Região Autónoma dos Açores possa recolocar o assunto da nossa Zona Económica Exclusiva e das políticas da União Europeia em relação ao acesso do nosso mar entre as 100 e as 200 milhas.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Subsecretário Regional das Pescas tem a palavra.

***Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão das pescas o Governo Regional tem pautado a sua actuação a 3 níveis: a nível comunitário...

Deputado João Costa (*PSD*): E o FUNDOPESCA?

O Orador: ...a nível de gestão interna das pescas e a nível da investigação.

Estamos hoje a falar na gestão das pescas a nível comunitário e até a nível interno, porque existiu um regime que foi alterado em 2003 e que entrou em vigor em 2004, que foi o Regulamento das Águas Ocidentais. Até essa altura a Zona Económica

Exclusiva dos Açores, o mar dos Açores, estava perfeitamente blindado por regulamentos comunitários à entrada de frotas comunitárias de grande capacidade pesqueira nas nossas águas. Nesse sentido, hoje as dificuldades que crescem na gestão dos mares dos Açores é por via de um regulamento que teve uma actuação negativa para uma gestão dos nossos mares, dado que não é possível impor determinadas regras aos nossos pescadores, quando as regras que existem entre as 100 e as 200 milhas são regras que não podemos impor na frota comunitária. Neste sentido, a nossa estratégia é recuperar as 200 milhas de exclusividade para a nossa frota baseada na sustentabilidade dos recursos e baseada na gestão por territórios marinhos diferenciados...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Magia! Os senhores criticaram os outros, agora façam!

O Orador: ...que agora a Comissão Europeia com a aprovação das regras da Macaronésia, criação de uma entidade chamada Macaronésia que tem as águas dos Açores, da Madeira e das Canárias, permitirá um maior desenvolvimento em termos científicos.

Nesse sentido, é preciso acreditar e crer que todos os partidos dêem as mãos no sentido de lutar para uma defesa da nossa Zona Económica Exclusiva, situação que em 2003 não aconteceu.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade! É falso!

O Orador: Não aconteceu, porque houve dois partidos na Região Autónoma dos Açores que se aliaram ao Governo da República que reduziu a nossa Zona Económica Exclusiva.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Seja sério! É falso!

Deputado Luís Garcia (PSD): É mentira!

O Orador: E é tanto verdade...

Deputado João Costa (PSD): Diga a verdade! O senhor nunca diz a verdade nesta casa. Diga o que é que os senhores propuseram.

O Orador: ...que o próprio Governo da República assinou um acordo de pescas para as águas do continente em Outubro de 2003, no qual limitou a entrada de embarcações da pesca no continente português e esqueceu-se dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores é que se esqueceram.

O Orador: Em Novembro de 2003, o Regulamento das Águas Ocidentais foi publicado e no mês anterior o próprio governo português...

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores só queriam 50 milhas.

O Orador: ...que era o governo PSD/CDS, assinou um acordo com Espanha, no qual reduziu o número de embarcações a partir das 12 milhas.

Estamos a falar de um acordo de pescas que se aplicou na zona entre as 12 e as 200 milhas do território (vou-lhe entregar o acordo de pescas, Sr. Deputado!) que de facto não teve em conta os interesses regionais.

Deputado António Pedro Costa (PSD): O senhor volta a ter o desprante de dizer uma coisa dessas!

Deputado João Costa (PSD): Há falta de estratégia sobre as pescas para dizer uma coisa dessas!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Seja sério!

O Orador: É um pouco ter lágrimas de crocodilo falar agora na protecção do mar dos Açores!

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Hoje estamos com uma certa dificuldade...

Deputado Rui Ramos (PSD): Notam-se as dificuldades!

O Orador: ...na gestão das nossas águas a nível comunitário, porque houve uma actuação e houve uma história que permitiu que a nossa ZEE fosse reduzida e da qual fazem parte, negativamente, o PSD e o CDS.

Deputado António Pedro Costa (PSD): O senhor não sabe o que está a dizer!

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Srs. Deputados, nesta matéria queria dizer que nós actuámos nesta oportunidade que aparece da reforma da Política Comum de Pescas com um

contributo açoriano, no qual defendemos a gestão dos territórios marítimos de forma diferenciada consoante a sua capacidade pesqueira...

Deputado João Costa (PSD): Já nem sequer o seu Grupo Parlamentar o apoia nessa matéria.

O Orador: ...e com as outras regiões ultra-periféricas também fizemos um documento comum onde tentamos manter e recuperar as 200 milhas para as nossas regiões ultra-periféricas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como é que vai fazer?

Deputado Rui Ramos (PSD): Então porque apresentaram uma proposta que defendia as 50 milhas?

O Orador: Através do Regulamento das Águas Ocidentais e através dos regulamentos ... Há dois tipos de regulamentos. Há o Regulamento das Águas Ocidentais, que regulam o acesso das nossas águas, e há o regulamento das nossas pescarias.

Nós conseguimos duas grandes vitórias nesta matéria.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é que é patinar!

O Orador: Conseguimos impedir a entrada das artes de arrasto e das artes de emalhar de profundidade, que são as artes mais depredadoras da actividade da pesca, e conseguimos evitar que embarcações que utilizassem essas artes pudessem entrar no mar dos Açores. E isso está feito de uma forma definitiva.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nota-se!

O Orador: No que respeita ao Regulamento das Águas Ocidentais e ao regulamento que faz a gestão das pescarias de profundidade, estamos a actuar e a tentar recuperar a nossa Zona Económica Exclusiva através de mecanismos de gestão desse tipo de pescarias. Achamos também que é altura de existir uma alteração na Política Comum de Pescas Europeia e que para tal seja criado um Conselho Consultivo das Regiões Ultra-Periféricas.

Deputado João Costa (PSD): O senhor já não sabe do que está a falar.

O Orador: Hoje em dia, as regiões ultra-periféricas dos Açores, da Madeira e das Canárias estão incluídas nas águas ocidentais e fazem parte de um Conselho Consultivo das Águas Ocidentais do Sul. Nós consideramos que o Conselho Consultivo das Regiões Ultra-Periféricas deve ser criado porque as parecências que

existem entre as regiões ultra-periféricas são muito maiores que a distância que nos separa.

Mas esta actuação no âmbito da Política Comum de Pescas também é baseada na investigação pesqueira. O Governo Regional tem dois navios de investigação pesqueira, duas embarcações: a embarcação “Arquipélago” e a “Águas Vivas”. Anualmente faz protocolos com o Departamento de Oceanografia e Pescas para que essas embarcações operem nas nossas águas em cruzeiros das pescas e de outras de natureza de investigação marinha.

No caso concreto das pescas, nós efectuamos protocolos e temos projectos. Temos o programa de Observação das Pescas dos Açores que todos os anos é executado, que nos garante o estatuto “Dolphin Safe” e “Friend of the Sea” das nossas pescarias dos atuns e de algumas espécies de profundidade, que são fundamentais para a colocação no mercado da pesca desses produtos.

No que respeita ao projecto de demersais, também temos um projecto anual que faz sempre a investigação pesqueira dos recursos de profundidade, os recursos mais sujeitos à sub-exploração. Fazemos também o programa de recolha de dados da pesca que também promove uma informação muito completa sobre a situação do nosso estado das pescas e contribui decisivamente para uma boa gestão das pescas nos Açores.

A nível regional fizemos diplomas da pesca no âmbito do Quadro Legal da Pesca Açoriana, Quadro Legal da Pesca Lúdica, Quadro Legal da Pesca de Turismo. Vamos apresentar ao Parlamento Regional (já aprovámos em Conselho de Governo) o Quadro Legal da Aquicultura e temos gerido em parceria sempre com as associações da pesca e com os cientistas, as artes de pesca. Temos regulamentos sobre as artes de pesca de armadilhas, redes de emalhar, artes com linhas e anzóis e artes de cerco para pequenos pelágicos. Temos regulamentado em parceria com o sector, no sentido de garantir uma maior sustentabilidade na pesca dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos fazer um intervalo. Retomamos às 12 horas os nossos trabalhos. Até já.

(Eram 11 horas e 36 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos no ponto onde os deixámos.

(Eram 12 horas e 03 minutos)

Estávamos no debate da interpelação apresentada pelo PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

***Deputado José Gaspar Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O mar continua a ser o nosso grande meio estratégico e um elemento essencial da nossa identidade regional. Somos ilhas, relativamente pequenas, e é o mar que nos circunda, um dos pilares fundamentais da nossa sustentabilidade económica e social, além de fonte provável de recursos do solo e subsolos marinhos do futuro.

O mar para além da sua dimensão económica tem uma importância fundamental para a coesão regional na vertente do desenvolvimento sustentável, sendo também valorizado na sua potencialidade como uma das principais fontes de riqueza, de oportunidade de desenvolvimento, tendo um papel importantíssimo na economia açoriana.

Hoje, não há dúvidas que os nossos recursos marinhos são finitos. Por isso, é que os governos regionais do Partido Socialista têm vindo a implementar políticas de gestão a fim de criar maior sustentabilidade dos recursos existentes nos nossos mares.

É também importante referir que a nossa projecção externa, cultural e política depende de todos esses vectores que são inerentes à nossa insularidade e que nos colocam face à maioria europeia como região ultra-periférica.

A estratégia do Partido Socialista relativamente ao mar tem sido investir no desenvolvimento de uma política integrada, articulando todas as políticas do Governo Regional nas actividades que lhes estão associadas.

Na implementação desta estratégia a participação de outras entidades públicas e privadas que operem na sua definição é fundamental para que a implementação dessa estratégia em causa traga mais desenvolvimento, crescimento económico e riqueza às populações que vivem do sector das pescas e dependem da sua sustentabilidade.

Neste sector, o grande objectivo dos governos regionais do Partido Socialista tem sido a implementação de políticas que continuam a promoção e a mobilização dos sectores científicos empresariais e da sociedade civil em geral.

Nesta perspectiva os governos regionais do PS procuram fomentar e aprofundar os estudos e planos sobre as políticas relativas às pescas, procurando ao mesmo tempo a sua rentabilização e sustentabilidade.

Por todas essas razões, os governos regionais do Partido Socialista têm vindo ao longo dos últimos anos apostando nas políticas da pesca, na diversificação do sector, através do desenvolvimento de várias medidas das quais se destacam as seguintes: exploração da Zona Económica Exclusiva, estudando os nossos fundos marinhos ao serviço do seu desenvolvimento sustentável; estudo do papel do mar nas interdependências climáticas; planeamento e ordenamento das nossas zonas ribeirinhas; planeamento e ordenamento de espaços para actividades marítimas; reforço da capacidade regional na investigação científica, criando melhor vigilância, segurança e defesa do mar de modo a que sejam implementadas condições para uma pesca mais sustentável; estudo das áreas protegidas marinhas e criação de zonas temporariamente interditas, como o banco Condor; criação de condições para a implementação da aquicultura no quadro dos pequenos pesqueiros disponíveis, pensando sempre na valorização económica dos Açores; desenvolvimento das actividades marítimo-turísticas e náuticas; simplificação processual e licenciamento das actividades marítimas; defesa intransigente das 200 milhas para a nossa Zona Económica Exclusiva; sistema de informação para a biodiversidade marinha; elaboração de campanhas de sensibilização e de promoção sobre a importância do nosso mar; criação e reforço de mecanismos de protecção social, Fundo de Pescas, o que tem vindo a acontecer nos últimos anos, promovendo cursos de valorização e requalificação profissional; apoiar financeiramente jovens e armadores na aquisição de embarcações da frota regional que estejam já em actividade; apoiar financeiramente os abates de embarcações que não tenham condições de trabalho e de segurança; renegociar com a banca os protocolos de concessão de empréstimos reembolsáveis aos armadores de forma a prolongar os prazos de pagamento dos 7 para os 10 anos; implementação de um novo regime de apoio aos pescadores passando o Governo a participar nos custos com os seguros de acidentes de

trabalho e de acidentes pessoais até ao montante de 200 euros por tripulante e por ano; reforço à bonificação de juros do mecanismo de adiantamento financeiro da Lotação no âmbito da aquisição de pescado em primeira venda; elaboração do manual de segurança social adaptado ao sector das pescas para entregar a cada tripulação de todas as embarcações regionais de pesca, contendo as regras e procedimentos que permitem orientar os profissionais da pesca; promover a reorientação para pescarias de espécies ainda não exploradas como o peixe-espada preto, o camarão e outras, cedendo temporariamente artes e equipamentos; reforçar as parcerias da empresa regional da comercialização de pescado; agilizar o processo de embarque dos tripulantes nas embarcações de pesca; garantir o acesso à progressão de pescador de quem não tem a escolaridade obrigatória; publicação de legislação sobre a pesca com armadilhas com a constituição de áreas de reserva para o uso dessas artes destinadas a embarcações da pesca da própria ilha e ainda a criação de espaços entre as 3 e as 6 milhas para protecção da frota local; proibição do arrasto e das redes de emalhar de grande profundidade nas nossas águas; melhoria de todas as infra-estruturas portuárias com a criação de casas de aprestos; recuperação de entrepostos frigoríficos; obras de melhoramento e abrigo em todos os portos de pesca da Região...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Mas isso não está feito ainda? Medidas de emergência!

O Orador: ...colocação de pórticos de varagem e guias em diversos portos; modernização e conversão da frota com novas embarcações, com melhores condições de trabalho e de habitabilidade e com novos equipamentos electrónicos.

Quer dizer que os Açores e o Governo Regional têm um rumo na sua definição marítima. É a região do país que mais tem apostado na valorização do mar.

Queria fazer uma pergunta aos Srs. Deputados: se se lembram de quem era o ministério que foi condenado pelo Tribunal Administrativo de Ponta Delgada por omissão ilícita e culposa do dever de fiscalização das águas açorianas entre 2002 e 2004, cujo tribunal decidiu a favor da acção que tinha sido movida por várias associações de pescas açorianas? Vejam se se lembram quem era.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E as medidas de emergência? Onde é que estão?

O Orador: As medidas eu já lhes disse e ainda tenho muitas mais para dizer.

Deputado João Costa (PSD): Não se tem notado isso!

O Orador: Pela sua saúde! Nesta área o senhor é zero.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Vejam o catedrático! Muito bem!

O Orador: Aproveito esta oportunidade para questionar o Sr. Subsecretário Regional das Pescas sobre o seguinte.

O senhor não me deixe dizer-lhe mais alguma, que de repente o senhor ainda vai ficar mal!

Vou fazer a pergunta, deixe-me fazer a pergunta...

Deputado António Pedro Costa (PSD): O senhor fez uma pergunta!

O Orador: ...e se o senhor souber até me pode responder, já que os senhores são muito entendidos nesta matéria, não é?

Deputado António Pedro Costa (PSD): O senhor disse que eu estava a zero!

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que é!

O Orador: Já que os senhores andaram durante muitos anos a governar esta Região e desenvolveram a pesca o máximo que podiam nela. Criaram mundos e fundos para os pescadores durante os anos todos que andaram a governar a Região.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E no tempo das caravelas?

O Orador: O senhor olhe para si e olhe para o que fizeram anteriormente.

Deputado António Pedro Costa (PSD): O senhor não olhe para trás, olhe para a frente.

O Orador: Os senhores deram cabo das pescas nesta Região.

Sr. Subsecretário, a pergunta para o senhor: dentro das políticas de sustentabilidade já implementadas pelo Governo, que outras medidas futuras serão necessárias tomar de modo a não diminuir o rendimento da classe piscatória?

É só isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Está a ver-se que o senhor pesca muito disto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Costa (PSD): Até o Sr. Secretário se ri!

O Orador: A questão teve apenas a ver com a inversão na ordem das intervenções.

De qualquer maneira gostaria, já que chegou a minha vez de intervir, de colocar perante a Câmara um conjunto de questões que creio que este nosso debate tem passado ao lado.

Para começar há uma questão que é essencial a todo este debate, e que não vi infelizmente ainda referida, que é a questão da multilateralidade nas questões do mar. Ao contrário daquilo que acontece em terra, no mar a soberania plena do estado português exerce-se até às 12 milhas da costa. A partir daí entramos numa área em que de facto estamos em águas internacionais, estamos em águas em que existe alguma forma de jurisdição, mas estamos numa área que é essencialmente multilateral e uma área que cada vez mais está regulada por acordos multilaterais. Para começar pela Convenção das Nações Unidas que regula e que enquadra praticamente tudo isto, mas há outras convenções extremamente importantes. A Convenção para a Diversidade Biológica que regula questões como a bio-prospecção e a utilização dos genomas que sejam retirados do fundo do mar (aí é que é o caminho e é por aí que a Região tem que participar na gestão desse seu património, não é por questões unilaterais, é por questões multilaterais, no âmbito das Nações Unidas).

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão da mineração no fundo do mar que foi criada uma autoridade do fundo do mar que funciona no âmbito das Nações Unidas e que é a entidade competente para autorizar a mineração, ou mesmo a recolha de amostras no fundo do mar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão, já que nós fazemos parte da União Europeia, da Directiva Quadro para a Estratégia Marinha que enquadra todas estas questões e que a Região já está dando execução através da elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marinho dos Açores, que é um plano que visa exactamente criar uma estrutura unificadora e coordenadora de todas estas actividades.

As questões que têm a ver com a nossa própria coordenação enquanto nação, já que as questões do mar são áreas de responsabilidade partilhada entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio da Região, e as questões que depois também resultam do facto de Portugal ser membro da União Europeia e que tem a ver

com a discussão que neste momento ainda se cinge aos recursos haliêuticos, ou seja, às pescas, mas que eventualmente se alargará a outras áreas, que tem a ver com partilha de recursos no âmbito da União Europeia.

Portanto, meus senhores, temos estado aqui a discutir um conjunto de questões em torno de coisas internas, quando de facto o mar não é isso. O mar é algo que é património da humanidade, é um património que é partilhado e temos que participar num processo muito mais alargado que começa no âmbito das Nações Unidas, mas que depois se propaga por um conjunto de organizações regionais das quais nós somos membros. E é aí que temos de assumir as nossas responsabilidades e é aí que a discussão da estratégia do mar se coloca.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Até consola ouvir!

Deputado Costa Pereira (PSD): Que diferença!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós registamos que o Governo não quis, ou não soube responder à pergunta primeira que formulámos. Nós indagámos na opinião do Governo o que é que falta fazer em termos de uma política integrada do mar. O Governo respondeu-nos que o está a fazer de forma fragmentária. Não respondeu à nossa pergunta.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Ainda não acabou!

A Oradora: Mas está no seu direito. Mas nós insistimos e vamos fazer mais duas ou três, mais concretas talvez, para ver se agora poderemos obter algum tipo de resposta. Em 2009 foi divulgado um estudo da autoria do professor Ernâni Lopes, que todos com certeza conhecemos, chamado “Hypercluster da Economia do Mar”. Neste estudo, e de acordo com as contas deste ex-ministro das finanças, a construção de um verdadeiro cluster no mar pode vir a representar, ou podia vir a representar na altura, 12% do PIB do país. Mais recentemente um outro economista, António Nogueira Leite, calcula que o mar representa para o país 11% do PIB, 12% do emprego, 17% dos impostos indirectos e 15% das margens comerciais geradas na economia portuguesa.

A pergunta concreta é: o Governo Regional já fez estas contas para a Região Autónoma dos Açores? Ou seja, o desenvolvimento do tão falado cluster do mar na Região corresponderá a um aumento da nossa riqueza colectiva de quanto? Esta é uma pergunta concreta.

A outra é indagar qual foi o papel da Região na elaboração da política marítima integrada, que já tem 3 anos de lançamento.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mais!

A Oradora: Foi lançada, como todos sabemos, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, qual foi o papel da Região, qual foi o contributo que nós demos para esta política marítima integrada? E também para o ordenamento do espaço marítimo, que esteve em consulta pública, como também sabemos mais ou menos em Setembro de 2010, qual foi também o nosso contributo justo e mais do que evidente da sua necessidade para esta política integrada?

E a última, retomando uma afirmação feita pelo Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia, penso que na sua primeira intervenção, chamando a atenção (e bem!) para o papel pioneiro da nossa Região na identificação e na organização das áreas marítimas protegidas dentro e fora da nossa Zona Económica Exclusiva. Sabendo bem que essas áreas marítimas protegidas ou são protegidas, isto é, ou são fiscalizadas ou então são uma mera figura retórica, gostaria de perguntar, também ao Governo, como é que concilia esta preocupação pelos recursos e esta alergia justa por nós termos em vastidão e em profundidade tantas Áreas Marinhas Protegidas, ou um tão grande património de águas marinhas protegidas, com o facto de em Fevereiro de 2009 o Bloco de Esquerda ter apresentado, nesta Câmara, um Projecto de Resolução que pretendia tão só recomendar ao Governo Regional que reivindicasse junto do Governo da República a renegociação dum regime de excepção para a Zona Económica Exclusiva dos Açores? Excepção ou regime de excepção que não é longe disso único na União Europeia. Muito outros países o têm, nomeadamente no texto do Tratado de Lisboa. A maioria parlamentar chumbou esta nossa proposta, porque evidentemente o Governo Regional se opunha a ela.

Neste momento concreto gostaria de perguntar ao Governo, em nome do Bloco de Esquerda, se mantém essa recusa e se acha que ela é conciliável com todas as

preocupações, aliás muito bem evidenciadas e enunciadas pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar nesta sua última intervenção.

Para já é só. Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

***Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para também participar neste debate dando conta de aspectos nos quais me parece que a chamada economia do mar, e sobretudo em aspectos que estão no âmbito da tutela da Secretaria Regional da Economia, acaba por revestir-se de uma importância grande.

Falo não apenas daquilo que são sectores emergentes da nossa economia como é o caso do turismo que tem, quer na sua génese, quer no âmbito dos produtos turísticos que apresenta, uma ligação profunda com o mar...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ...e desse ponto de vista a rentabilização que pretendemos fazer destes aspectos é também uma forma de criar riqueza, de criar emprego, de criar desenvolvimento à volta daquilo que é a nossa relação com o mar, mas sobretudo em dois outros aspectos: um relativo aos transportes marítimos e outro relativo ao sistema portuário regional.

Em primeiro lugar, no que diz respeito aos transportes marítimos, retirando dessa consideração, aquilo que foi o retomar em 1998 do transporte marítimo de passageiros. Primeiro numa perspectiva mais ligada ao âmbito turístico, mas progressivamente pode e deve caminhar para um factor fundamental de desenvolvimento da nossa economia e de criação de um verdadeiro mercado regional, sobretudo nas ilhas do Grupo Central que há partida têm um maior potencial ou melhores condições para conseguir essa ligação, mas também naquilo que é um conjunto de outras matérias ligadas a esse aspecto dos transportes marítimos que acabam por ter relevância para o debate que hoje estamos a ter.

Gostava também a este propósito dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares que não tem qualquer motivo para perder a sua prospectiva em relação à economia do mar. Não tem razões para a perder, porque o Governo aqui está para lhe dar resposta não

apenas a si, como à Câmara, como aos açorianos sobre aquilo, que sobretudo neste âmbito pelo qual eu sou responsável no âmbito governativo, interessa ainda fazer.

Nós temos um grande desafio do ponto de vista da relação que se estabelece entre transportes marítimos, nomeadamente no âmbito da carga e aquilo que é o nosso sistema portuário. Temos que ganhar uma maior flexibilidade e agilidade na utilização desse meio de transporte. É um desafio que ainda temos pela frente, sobretudo para conseguir que não seja exactamente igual do ponto de vista da operação portuária envolvida mandar um contentor de São Miguel para Santa Maria ou de São Miguel para a China. Portanto, do ponto de vista da agilidade e do funcionamento de todo o sistema há passos que nós ainda estamos a dar, que temos de dar, e que estamos a trabalhar para dar, para conseguir, que visam exactamente fortalecer essa fluidez e essa flexibilidade no âmbito da utilização daquela que é na nossa via de comunicação por natureza, que é exactamente o mar.

Tudo isto se consegue com intervenções que, por pequenas que sejam, acabam por ter um efeito multiplicador, um efeito reprodutivo na adaptação do sistema que pode ser muito interessante.

Já foi referido nesta casa, creio que pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Deputado Lizuarte Machado disse muita coisa interessante nesta casa.

O Orador: ...a importância do simples facto de estarmos a preparar os nossos portos ou estarmos a meio de um processo de preparação dos nossos portos para a utilização de novas metodologias de carga e descarga de determinado tipo (não de todas) de mercadorias, a importância que isso pode ter na reconfiguração do nosso sistema logístico. Obviamente que isso não resolve por si só todos os problemas, mas é nesse âmbito e com essa visão estratégica que temos noção daquilo que devemos fazer, no âmbito do sistema portuário e no âmbito das infra-estruturas portuárias, que estamos a agir.

Em segundo lugar, gostava também de lhe dizer que, relativamente àquilo que é a interacção que se estabelece entre o turismo, entre a economia em termos mais gerais e essas duas áreas, essa relação tende a ser cada vez mais forte. Cada vez mais forte não apenas porque dela decorre, pois é pelo mar que nos chega o abastecimento da nossa economia, mas sobretudo porque estamos apostados e é possível criar, com

maior intensidade, com maior veemência, as condições para que surja o verdadeiro mercado regional.

Referi há pouco que isso acontece, ou terá condições para acontecer, em primeira medida ou em primeiro momento naquilo que é o Grupo Central, por razões históricas, por razões de proximidade. É por isso também que as opções de construção dos navios que vão servir o triângulo estão capacitados para o transporte de viaturas e isso pode exactamente ajudar este processo.

Gostava de aproveitar esta oportunidade para clarificar dois aspectos que foram trazidos a esta Câmara e que me parece fundamental não haver a mínima dúvida sobre eles.

O primeiro tem a ver com a questão da desistência dos estaleiros navais de Peniche, da reactivação dos estaleiros navais da Madalena.

O Sr. Deputado Aníbal Pires utilizou daquela tribuna a expressão sobre se esse processo estaria ligado com um negócio menos claro, relativo à construção dos novos navios. Eu gostava de lhe dizer com toda a frontalidade e com toda a franqueza, porque consciente ou inconscientemente aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez foi lançar uma suspeita, que rejeito terminantemente qualquer ligação que possa existir entre dois processos. Estou em condições de fazer isso porque acompanhei de perto quer um, quer outro e se o Sr. Deputado, em qualquer altura, em qualquer momento, por qualquer forma, quiser esclarecer mais este assunto do que apenas lançar da tribuna desta Assembleia, numa figura regimental que tem tempos limitados para a intervenção do Governo, uma acusação tão grave quanto essa, desafio aqui e agora o Sr. Deputado Aníbal Pires a debater esse assunto para que ele fique cabalmente explicitado.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista não resta mínima dúvida quanto a esta questão. A entidade que teve interesse na reactivação dos estaleiros da Madalena desde o início soube as condições e os termos em que esse assunto da construção de novos navios deveria ser colocado pelo Governo Regional. O Governo Regional teve o cuidado de questionar essa entidade desde a fase inicial deste processo sobre se os dois assuntos tinham ligação.

Deputado João Costa (PSD): Já tinha tido a ligação do Atlântida!

O Orador: O que nos foi dito é que não tinham. Obviamente que não agrada e que não é motivo de satisfação para o Governo não ter sucesso aquele processo, mas mais importante do que isto, mais importante isso sim, porque só não tem sucesso quem tenta construir algo, é nós continuarmos à procura dum parceiro para reactivar aqueles estaleiros.

Em segundo lugar, no que diz respeito à fusão das administrações portuárias, Sr. Deputado remeto-o para as minhas declarações da passada sexta-feira em que a autonomia operacional de cada porto, sendo salvaguardada, está exactamente clarificada.

Por último, Sra. Deputada Zuraida Soares, recomendo-lhe a consulta no âmbito do surgimento da Política Marítima Europeia e do debate que foi lançado aqui, nesta cidade da Horta, o contributo escrito que a Região Autónoma dos Açores apresentou à Comissão Europeia e que lá está claramente dito qual é a nossa participação e qual o nosso parecer.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ainda gostava de ouvir do Sr. Secretário. Não faça como o outro que mandava para o site!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sra. Deputada tenha a santa paciência, mas não temos tempo para estar a ler coisas que já estão publicadas.

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

***Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas do mar são um campo muito vasto e se exceptuarmos três subsectores, dois deles explorados pelo homem desde os primórdios da humanidade – refiro-me à pesca e aos transportes – e mais recentemente a exploração *off-shore* de hidrocarbonetos, tudo o resto tem sido ao longo da nossa existência uma miragem.

É certo que estamos a chegar a tempos em que a evolução tecnológica e científica nos permite pensar, ter a certeza de que outro tipo de explorações dos fundos oceânicos poderá vir a ser feita. Mas não é justo, nem é correcto, dada a vastidão imensa de matérias que aqui estamos a falar, apontar o dedo a este Governo, àquele governo, ou outro governo, a um governo desta cor, duma outra cor qualquer, ou de cores mistas,

por algum tipo de responsabilidade por não termos avançado mais. Basta vermos o que se passa em países muito desenvolvidos e com muito poder económico o ponto de situação em que eles se encontram, relativamente a estas matérias, neste momento. Mas uma coisa é certa: o que podemos afirmar hoje com toda a certeza é que os conhecimentos que temos neste momento nos permitem garantir que o mar vai ser o campo de batalha deste século. Entenda-se batalha científica, tecnológica, em suma, entenda-se batalha económica.

E a nós importa, julgo eu, sabermos, ponderarmos e pensarmos como é que vamos encarar esse problema, porque no fundo isto reside em saber se os oceanos serão usados de forma racional em proveito da humanidade, ou se serão, digamos, um *far west* sem lei utilizados apenas em proveito de alguns, dos mais poderosos. E isto encaixa em absoluto nas afirmações do Sr. Secretário do Ambiente e do Mar e nas questões da multilateralidade e da forma como estas questões devem ser colocadas. Porque, como sabemos, o direito internacional nestas matérias tem tido uma evolução muito lenta e muito complicada.

As quatro convenções de 1958, saídas da primeira conferência sobre direito marítimo reunidas em Genebra, sobre a égide da ONU, constituíram um avanço muito significativo mas não deram resposta às questões fundamentais e deixaram de fora algumas questões que precisavam de definições claras, como as questões do mar territorial e a imprecisão do limite exterior da plataforma continental, bem como a definição do que se passará na exploração dos mares para além daquilo que são os espaços de jurisdição nacional.

Na sequência de todas essas dificuldades do direito internacional e dos avanços dessas matérias nesse mesmo direito, a apropriação unilateral de vastos espaços dos oceanos começou há muito. Esta questão não é nova, começou há muito. Começou precisamente em 1945 com as declarações do presidente Truman. Entre 45 e 50 foram feitas mais 30 reivindicações unilaterais, 28 entre 51 e 58 e 230 entre 67 e 73. Portanto, esta questão não é pacífica, nunca foi pacífica e porque provavelmente nunca o será, tem tido avanços e recuos, com tomadas de posição unilaterais, que são permanentemente geradoras de conflitos.

Só após a terceira conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar que decorreu entre 73 e 82, e que desembocou na convenção das Nações Unidas sobre o direito do

mar aberto, a assinatura em Montego Bay em 10 de Dezembro de 82, consagrou, pela primeira vez também, um seu capítulo a uma outra área fundamental e até aqui esquecida, o capítulo XII, a “Protecção e Preservação do Meio Marinho”. Foi pela primeira vez consagrado no direito internacional a questão fundamental da preservação e da protecção do meio marinho e isto aconteceu só em 82, estamos a falar de épocas muito recentes.

Naturalmente, com a entrada em vigor desta convenção entramos numa época em que novos conceitos, e que acima de tudo, o estabelecimento de uma nova ordem na apropriação e utilização dos oceanos e dos seus recursos se começou a impor.

Portugal, naturalmente, foi seguindo todo este percurso. Foi tomando as posições que em cada circunstância podia e devia tomar e em 11 de Maio de 2009 submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental a solicitação de alargamento da sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, o que indiscutivelmente corresponde à afirmação estratégica de mais território, mais controle marítimo, mais projecção internacional, e supostamente, maior desenvolvimento científico, o que tudo conjugado poderá corresponder a um melhor futuro para todos nós.

Mas não tenhamos ilusões. As políticas do mar são para investir hoje e recolher daqui a décadas. Não são imediatas, não se fazem por decreto, não têm resultados imediatos. São para investir hoje e recolher daqui a décadas, muitas décadas, em algumas circunstâncias.

E por isso as afirmações do Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia fazem todo o sentido. Uma Região como a nossa, que é uma Região autónoma, dum país da dimensão de Portugal, que é um país pequeno, só tem um caminho: investir na formação, formação, formação; investigação, investigação, investigação e munir-se dos técnicos e dos conhecimentos necessários para no momento oportuno poder no mercado internacional fazer as parcerias que nos tragam mais-valias.

Esse é o único caminho, é o único percurso que a Região pode fazer. A Região não tem outro caminho, não tem outra saída. Essa é a única saída. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer em primeiro lugar que a última intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado e do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar acho que colocaram as questões no ponto certo e foram um bom contributo ao fim e ao cabo para aquilo que se pretende, na minha opinião, neste debate, que é enriquecer, reflectir sobre o nosso posicionamento, as políticas que temos que ter para o mar. Aliás, estas intervenções foram duma latitude completamente diversa daquela do Sr. Subsecretário das Pescas, que veio aqui repetir uma ladainha...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que aprendeu na sua inauguração baptismal...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...quando entrou para a política e que está perfeitamente fora do contexto. Já foi desmentida sucessivas vezes, mas eu ainda assim posso recomendar para o Projecto de Resolução n.º 28/9, proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República e aprovado por unanimidade, que recomendava que Portugal defendesse as 50 milhas na negociação dos acordos para a União Europeia.

Deputado João Costa (PSD): Essa é que é a verdade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Estava esquecido!

O Orador: Seguindo para as coisas que são verdadeiramente importantes, gostava de deixar aqui duas ou três notas relativamente a esta temática que estamos a discutir.

Tem a ver com a investigação, com o ordenamento, com o licenciamento e com o financiamento.

Em relação à investigação, a verdade é que (diz-se e é verdade!) conhecemos menos dos fundos dos mares do que conhecemos da superfície lunar. Portanto, há muito a fazer e o Sr. Secretário da Ciência e Tecnologia também o referiu. Temos que fazer um grande trabalho a nível da investigação nos Açores, mas na comunidade global. Temos que fazer este trabalho para conhecer melhor o fundo do mar e assim protegê-lo e também aproveitar ao máximo os seus recursos. A este respeito está em acção o Sétimo Programa Quadro da União Europeia para a matéria de Investigação e

Desenvolvimento que pela primeira vez abriu uma sub-rúbrica destinada às pescas e aos oceanos. Portanto, há aqui também já algum caminho e algum espaço de trabalho. Em relação ao ordenamento e ao licenciamento. Quanto ao ordenamento já o Sr. Secretário do Ambiente também o referiu, mas é fundamental. É óbvio que temos de esperar em termos da investigação dezenas de anos, mas há coisas que podemos fazer já hoje e aqui, nos Açores.

O ordenamento e o mapeamento do espaço marítimo, aquilo que se pode usar, aquilo que se pode fazer...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É o que estamos a fazer.

O Orador: ...revelando também ele próprio (esse ordenamento) uma estratégia para a utilização dos recursos. É crucial. Temos que andar mais depressa e com mais convicção nesta matéria do ordenamento do espaço marítimo.

Em relação ao licenciamento, em Portugal e nos Açores, por consequência do sistema português, é um desastre. Aquilo que se passa com o domínio público marítimo em que precisa de dois anos praticamente para se obter um licenciamento, em que se tem de pagar 25% de taxa em função do investimento, é desastroso!

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É por isso que nós ocupamos cerca de um décimo do domínio público marítimo que outros países da União Europeia utilizam. Isto é crucial. Isto é desastroso!

Aquilo que se passa hoje em dia também no licenciamento das actividades marítimas, e nomeadamente numa área que o Sr. Deputado Lizuarte Machado conhece bem, em relação às embarcações, é desastroso. Hoje em dia para se licenciar uma actividade qualquer marítima, para licenciar um barco, é o mais próximo do processo *kafkiano* que se possa conhecer. É um desastre!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem! É uma vergonha!

O Orador: É vergonhoso! É inadmissível, aquilo que se passa em Portugal a este nível.

E nós nos Açores, dir-me-ão “Não se pode fazer muito.” Mas hoje em dia com o nosso estatuto actual, com a Revisão Constitucional, já podemos fazer mais. Temos que tentar fazer mais...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E estamos a fazer!

O Orador: ...temos que tentar ocupar as áreas de matéria legal para que vamos assumindo algumas dessas competências já que Portugal é tão desastroso nesta matéria. Portanto, em relação ao licenciamento é crucial também fazer algo.

A terminar, em relação ao financiamento destas actividades. Estamos perante, e face às próximas perspectivas financeiras de 2013-2020, pela primeira vez vão estar consubstanciadas nessas perspectivas financeiras apoios específicos no seguimento da Política Marítima Europeia. A Política Marítima Europeia é algo que diz muito a Portugal, porque foi durante a Presidência Portuguesa, porque foi um português – Durão Barroso, como Presidente da Comissão – que pela primeira vez criou um Comissário para as Pescas e Assuntos Marítimos, pela primeira vez se avançou na Agenda Europeia com a política marítima. Isso diz a Portugal respeito porque se não fosse por termos ido mais longe...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

...mais não fizesse Durão Barroso em prol de Portugal e em prol daquilo que é a génese da portugalidade, a questão da Política Marítima Europeia colocada na Agenda da Europa foi fundamental.

Temos que aproveitar agora as próximas perspectivas financeiras, porque a consubstanciação financeira das medidas e dos apoios para esta política marítima vai pela primeira vez estar nas perspectivas financeiras 2013-2020. Aqui também temos que fazer algo.

Portanto, para além daquelas dezenas de anos que temos de esperar, muito investimento temos que fazer para colher depois algumas coisas em matéria de ordenamento, de licenciamento e de financiamento que temos que fazer aqui e agora e que estão nas nossas mãos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: O PSD terminou o seu tempo.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas terminou muito bem!

Presidente: Ninguém disse o contrário, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): Era um aparte, Sr. Presidente. Não era para si!

Presidente: Não resisti! Tem razão.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Duarte Freitas já citou a dita resolução subscrita e proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República. Eu acrescento que na altura o Sr. Secretário Regional das Pescas, o Dr. Ricardo Rodrigues, concordava com essa resolução e dizia e cito que “um dos objectivos era alargar até às 50 milhas”.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem lembrado!

O Orador: E aqui entronca na falsidade das declarações do Sr. Subsecretário, na sua ladainha falsa...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que o senhor tem trazido a esta casa para defender a sua insuficiência à frente das pescas. Portanto, o senhor seja sério...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e vá ler aquilo que está escrito.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E aí vamos discutir que o que estava em causa era 200 para 12 e os senhores queriam 12 para 50. É isso que o senhor tem que dizer porque isto é que é a verdade e dizer como é que acabou.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E não vir aqui confundir e manipular a opinião pública, que aliás começa a ser vosso apanágio, que o senhor não consegue.

A verdade dos factos é esta, Sr. Secretário. Está aqui o processo todo para lhe oferecer, para o senhor ler, as coisas todas.

Portanto, os senhores têm que ser rigorosos e verdadeiros.

Quanto à outra questão que o Sr. Subsecretário aqui falou da sua defesa, das 200 milhas. Eu pergunto qual a consequência, Sr. Secretário?

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Eu já lhe explico.

O Orador: Os senhores vão-me responder uma coisa: quanto é que a Região já gastou em gabinetes de advogados milionários neste processo? Diga-me lá nesse processo das 200 milhas quanto é que a Região já gastou.

E vou-lhe dizer mais, Sr. Secretário...

Deputado Francisco César (PS): Gastou menos que o seu líder em submarinos e coisas semelhantes.

O Orador: ...o acórdão do Tribunal diz o seguinte relativamente à Região: “a Região não tinha argumentos que permitissem considerar que as disposições impugnadas teriam efeitos prejudiciais nos *stocks* de peixe e para o ambiente marinho dos Açores, e por conseguinte, para a sobrevivência do sector da pesca na Região.”

O que é isto, Sr. Secretário? Anda-se a pagar fortunas a advogados que não sabem sustentar uma causa? O Governo Regional não soube justificar a sua causa? O Governo Regional não soube defender os Açores? É o que está aqui, Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Essa argumentação é abaixo de cão. O senhor nem sequer conhece os termos em que os acórdãos foram feitos.

O Orador: Não é a argumentação, é do Tribunal. Não é minha. É o que está aqui e os senhores vão ter que ouvi-la. Está aqui, Sr. Secretário Regional. Está aqui o acórdão. Quem trouxe os tribunais para aqui foi o Sr. Subsecretário das Pescas para mais uma vez disfarçar a sua incompetência nessa matéria.

Portanto, fica provado e o senhor vai ter que explicar o que é que conseguiu de lá para cá, nestes 5 anos?

Deputado Rui Ramos (PSD): Zero!

Deputado João Costa (PSD): Tal como o Sr. Gaspar Lima.

O Orador: Zero! Rigorosamente nada! Ainda tem o distinto desprante de vir acusar os outros. O senhor vai ter que se explicar e muito bem explicadinho nesta casa.

De resto, não posso deixar também de fazer referência ao Sr. Deputado José Gaspar Lima que pergunta quem é o ministro em 2004.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Quem era o ministério?

Deputado Mark Marques (PSD): O ministério era do país!

O Orador: Era ministro da Defesa Nacional, Paulo Portas, Sr. Deputado.

Agora eu pergunto-lhe: quem era ministro em 2005? Quem era ministro em 2006? Quem era ministro em 2007? Quem era ministro em 2008? Quem era ministro em 2009? Quem era ministro em 2010? E quem é que é ministro em 2011, Sr. Deputado?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O seu mal explica-se pelo mal dos outros.

O Orador: É isso que o senhor tem que responder, ou as embarcações espanholas deixaram de 2005 para cá de vir a Portugal foi com medo de José Sócrates? Foi o Sócrates que os afugentou? Foi Sr. Deputado José Gaspar Lima? Ouça! Vai ouvir mais!

E agora é para si Sr. Secretário, com toda a consideração.

Deputado José Gaspar Lima (*PS*): Já foi a altura em que eram valorizadas.

O Orador: Na altura, por que é que as associações de pescas não puseram mais processos em tribunal? Zangaram-se as comadres! As comadres estão zangadas? Por que é que não houve mais processos em tribunal, Sr. Deputado? Isso é que o senhor vai ter de explicar, Sr. Deputado. É que se puseram em 2004, por que é que não puseram nestes anos todos? É isso é que os senhores não explicam.

Deputado José Gaspar Lima (*PS*): Já está controlado.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O que é que já está controlado? As Associações de Pesca? O Sr. Deputado José Gaspar diz que as associações estão controladas.

O Orador: Agora, Sr. Secretário Regional da Presidência eu vou citar o ex-ministro Paulo Portas se me permitem: “os meios de fiscalização estavam obsoletos, por isso é que eu mandei construir navios de patrulha oceânica e lanchas rápidas”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Onde é que eles estão?

(Risos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PSD)

O Orador: Boa pergunta, Sr. Secretário! Onde é que elas estão? Tiro no porta-aviões, Sr. Secretário. Onde é que estão os navios?

A incompetência socialista da República...

Deputado Francisco César (*PS*): Quem era o presidente dos estaleiros nessa altura?

O Orador: ...que não construiu os patrulhões oceânicos nem as lanchas rápidas. Aí é que está, Sr. Secretário, porque os senhores não os construíram.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas os submarinos construíram!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Incompetência pura da vossa parte, Sr. Secretário, porque é só propaganda, propaganda e não fazem rigorosamente nada nessa matéria. Portanto, os senhores não têm moral nenhuma para acusar ninguém. Os cinco patrulhões que ficaram encomendados, onde é que está o primeiro? Responda-me a seguir onde é que está o primeiro. Os senhores foram incompetentes. Quando é que começou a construção dos patrulhões? Em Novembro de 2005, quem é que era governo? José Sócrates e os senhores.

Deputado Francisco César (*PS*): Isso é demagogia pura!

O Orador: A incompetência toda! Herdaram os projectos todos feitos, multaram a direcção dos estaleiros, acabaram com aquilo tudo.

Portanto, responsáveis da não fiscalização da Zona Económica Exclusiva dos Açores tem uma cor, tem um nome: é cor-de-rosa e é socialista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os senhores nunca têm culpa de nada!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Subsecretário pede a palavra para a defesa da honra? Tem 3 minutos.

***Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A verdade é que o Regulamento das Águas Ocidentais entrava em vigor em Agosto de 2004 e foi o governo PSD e CDS que deixou de fazer fiscalização na nossa Zona Económica Exclusiva para que as embarcações espanholas...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): A partir de quantas milhas?

O Orador: ...viesses pescar dentro das 100 milhas dos Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): A partir de quantas milhas?

O Orador: A verdade é que as associações da pesca meteram o processo e ganharam esse processo. E Paulo Portas como Ministro da Defesa foi condenado por ter aberto as águas antes da entrada em vigor do Regulamento das Águas Ocidentais. A verdade é essa. Paulo Portas autorizou a entrada das embarcações espanholas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mentira! Não seja mentiroso!

O Orador: Para além disso nós temos a dizer que o Regulamento das Águas Ocidentais tinha as 200 milhas na sua proposta...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto é defesa da honra, Sr. Presidente?

O Orador: ...e foi a concertação entre o Governo da República e o Governo Espanhol que reduziu a nossa exclusividade das 200 para as 100 milhas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem 3 minutos querendo.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, não percebi porque é que o Sr. Subsecretário pediu a defesa da honra, porque se a tinha não a defendeu e portanto o senhor quando diz que é responsável o Ministro Paulo Portas está a mentir.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): É verdade!

O Orador: Porque a lei na altura não permitia a responsabilização dos funcionários de cargos políticos. Quer que lhe cite Ricardo Rodrigues, quando diz...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual é a diferença?

O Orador: A diferença é toda. Foi condenado o Ministério da Defesa, Sr. Secretário. Como os senhores nunca aceitaram que fosse responsabilizado Duarte Ponte no processo dos navios. A questão é a mesma, Sr. Secretário Regional.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nem o deixaram ir à comissão!

O Orador: Portanto, desonestidade mais uma vez do Sr. Secretário. E digo-lhe mais Sr. Subsecretário: o que diz é que foram condenados os barcos a partir das 100 milhas.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Não senhor! Dentro das 100 milhas.

O Orador: É o que está aqui a dizer. Portanto, o senhor não é verdadeiro. Por que é que o Governo Regional pede outra vez às associações para processarem o Governo da República? E o que é que o senhor me diz entre 2005 e 2011? 6 anos? Há fiscalização?

Portanto, o senhor veio aqui, faltou “atlanticamente” à verdade e ainda por cima se acha ofendido.

É isto que temos. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A falta de estratégia tem levado à multiplicidade de problemas no sector das pescas, bem como em actividades dele dependentes como, por exemplo, o ainda recente caso da fábrica da COFACO na Ilha do Faial.

A falta de definição dos tipos de pesca, da preservação dos recursos piscícolas economicamente mais valiosos e do esforço de captura de determinadas espécies, aliada a idêntica indefinição dos tipos de embarcações que devem operar nos nossos mares, conduz à atribuição de licenças de pesca, de forma indiscriminada, nuns casos, e discricionária noutros.

Esta amálgama de indefinições permite que, embarcações concebidas para um determinado tipo de pesca se dediquem, depois, a outros, delapidando os nossos já fracos recursos sem critério, sem qualquer respeito pela sustentabilidade do ecossistema e levando à falência os armadores locais, com embarcações e artes concebidas para pesca selectiva e facilitadora da renovação dos *stocks* piscícolas.

Esta falta de estratégia tem provocado diversas ondas de contestação entre os profissionais da pesca e a tutela, mas, também, quezílias entre os próprios pescadores, como as situações ocorridas na Ilha Santa Maria e na Ilha das Flores.

Porém, para o Governo, tudo está bem, mesmo que os pescadores por conta de outrem continuem sem contratos de trabalho que lhes garantam os seus direitos, e os subscritores do FUNDOPESCA continuem a discordar dos critérios de atribuição impostos pelo responsável do Governo no respectivo Conselho de Administração.

O sector degrada-se de forma paradoxal, uma vez que continua a ser considerado primordial para a nossa economia.

Não se incentivam, de forma eficaz, iniciativas complementares que diversifiquem a actividade das comunidades piscatórias, que possibilitem o pluriemprego e novos empregos, com a criação de investimentos relacionados com o mar, proporcionando,

assim, o aumento dos recursos económicos destas comunidades, o seu desenvolvimento social e a sua progressiva estabilidade financeira.

A preocupação do Governo está nos números, no aumento de capturas. Mas sem uma análise científica dos motivos, da razoabilidade do esforço, nem da probabilidade da sua manutenção.

Propaga o êxito da safra, mas não nos diz quem, na realidade, mais lucrou, uma vez que os pescadores continuam a queixar-se da inviabilidade económica da sua actividade.

Tarda uma estratégia para a viabilidade económica do sector e o reconhecimento da dignidade de quem nele trabalha.

É urgente definir o que pretende o Governo:

- Um sector estável, com trabalhadores devidamente contratualizados, informados, com formação específica e perspectivas do exercício digno duma actividade que contribua de forma significativa para a economia dos Açores?
- Uma pesca selectiva, orientada para a qualidade do produto, a sustentabilidade económica do sector e a preservação do nosso ecossistema?
- Ou uma pesca predatória, orientada para o lucro a curto prazo, em que o que conta são as toneladas de pescado capturado, “e quem vier depois que feche a porta”?

Convém que o Governo se defina porque as duas soluções são antagónicas.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados a interpelação continuará da parte da tarde. Vamos fazer agora um intervalo para almoço. Pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se cercarem da Mesa.

Os tempos o Sr. Secretário poderá anunciá-los.

Secretário: O Bloco de Esquerda dispõe ainda de 3 minutos e meio; o PS de 12 minutos; o CDS/PP mais 1 minuto; o Governo de meio minuto e o PPM 12 minutos e meio. PCP não tem tempo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para a defesa da honra tive de pagá-la em minutos? Está descrepando dos nossos tempos.

Presidente: Não conta Sr. Deputado, nem para si nem para os outros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Façam favor, senhores Líderes.

(Eram 12 horas e 54 minutos)

Presidente: Boa tarde. Temos quórum. Vamos reiniciar os nossos trabalhos continuando ou concluindo a interpelação que nos ocupou esta manhã.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

Tenho algumas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego. Prescinda.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que estou de alguma forma desiludido em relação à prestação do Governo Regional neste debate.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estaria sempre!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Devia ter ido à conferência da semana passada. Fazia-lhe bem!

O Orador: Tive a oportunidade de vos colocar diversas questões. Porque esta temática associada à exploração e à protecção do mar dos Açores é uma temática que necessariamente junto da opinião pública tem de ter resultados concretos. E tem de significar alguma coisa de substancial. Portanto, além de teorizarmos sobre a importância do mar nos Açores e de definirmos uma estratégia para a sua exploração, há também que ter um discurso sobre a realidade concreta.

Tive a oportunidade de colocar ao longo deste debate 6 questões concretas e nenhuma delas obteve resposta por parte dos Membros do Governo Regional

Devo dizer que isso de alguma forma enfraquece esta figura regimental, porque a perspectiva é que o partido que provoca esta discussão possa colocar algumas questões. O PPM teve, como disse no discurso inicial, hombridade de colocar a questão com 57 dias de antecedência, ou seja, há 57 dias que nós sabíamos que íamos ter este debate. Portanto, o que eu esperava é que o Governo Regional viesse munido de um desenho estratégico em relação ao desenvolvimento de uma estratégia para o

mar dos Açores, que tivesse portanto também respostas concretas em relação às diversas questões que tive oportunidade de colocar.

O que é que observámos? O Sr. Secretário do Ambiente e do Mar falou na comunidade internacional, na necessidade de contextualizar a nossa acção, do ponto de vista da soberania portuguesa em relação ao nosso mar, que tem de ser conjugada com os outros membros da comunidade internacional. Ora, isso é uma forma de “chutar” a questão para campo, porque isso é uma questão evidente que todos nós reconhecemos que as formas de soberania e de jurisdição são diferentes em relação àquela que é a realidade concreta do ponto de vista da soberania dos países sobre a sua área terrestre. É evidente que é diferente e é evidente que o direito internacional trata de forma diferente, conforme estamos a falar do mar territorial, da zona contígua, da Zona Económica Exclusiva ou, neste caso, da plataforma continental e os direitos soberanos dos estados são diferentes em cada uma destas realidades. Mas a verdade diz e aproveito - respondendo à sua interpretação sobre este assunto – para dizer, por exemplo, que em relação à plataforma continental os estados têm direitos de soberania, nomeadamente em relação a direitos exclusivos de autorização e regulamentação de perfurações e têm também direitos exclusivos de realização e de autorização de investigação científica marinha. Ou seja, fora do acordo internacional que é desejável, o Estado Português tem direitos de soberania sobre estas temáticas. Portanto, nesse sentido quando lhe coloquei a questão sobre o que é que o Governo Regional estava a pensar fazer em relação a uma nova realidade que a curto prazo irá colocar mais 1400 milhões de quilómetros quadrados sobre a jurisdição portuguesa, o que sucede é que não tem uma estratégia preparada. O que eu estava à espera era que me dissesse que vamos ter...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estava à espera do jornal?

O Orador: ...estes meios, vamos disponibilizá-los, vamos aumentar o corpo científico que temos disponível nos Açores, vamos aumentar o número de expedições científicas, vamos desenvolver uma série de acções concretas e isso era a resposta que eu estava à espera, que pudessem concretizar e que não concretizaram.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): O Governo é que aumentou o apoio científico.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O apoio científico é uma necessidade.

O Orador: Portanto, concluindo a minha intervenção sobre esta matéria eu diria que o Governo Regional tendo aqui e ali, como disse no discurso, desenvolvido algumas acções concretas de mérito, considero que ainda não tem um plano, uma estratégia devidamente articulada em relação ao futuro. Considero que ficou patente neste debate que não tem ainda esta visão de futuro, ainda não tem uma visão global em relação a este assunto.

Deputado José San-Bento (*PS*): Quando não sabe o que está a dizer fala na estratégia global!

O Orador: Penso que nos próximos anos temos a oportunidade de facto de estruturar uma ideia coerente sobre o que é que vamos fazer e é bom que esta discussão se faça com a participação de todos e neste debate o PPM penso que deu o exemplo. Não procurámos a quezília partidária...

Deputado Berto Messias (*PS*): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ...não procurámos encontrar aqui as divisões. O que tentámos foi de facto projectar uma ideia, uma estratégia global dos Açores para aproveitar as potencialidades do mar. Se este debate não foi mais profícuo foi porque o Governo Regional não tinha as respostas necessárias para tornar este debate mais objectivo.

Presidente: Estão entre nós, nas galerias, formandos do Curso Técnico de Energias Renováveis da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

***Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão, este debate, o tema em si, era profundamente interessante. O debate não o foi assim tanto. De qualquer modo o Sr. Deputado diz que ficou desiludido com a prestação do Governo porque colocou questões relativas à realidade concreta e não teve resposta. O problema, Sr. Deputado, é que nesta matéria o senhor não conseguiu perceber o que é a realidade concreta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O problema, Sr. Deputado, é que o direito internacional e o direito dos estados sobre as águas que lhes são adjacentes é uma questão muito complicada. Mas tentando centrar, para finalizar, o debate naquilo que é relevante, lembro que tradicionalmente o direito internacional assentava no conceito *res nullius*, que era o conceito de liberdade dos mares numa base puramente egoísta. E porquê?

Isto é quase tão velho como a humanidade. Porque era o conceito que permitia às grandes potências explorarem indiscriminadamente os mares dos pequenos países, dos países subdesenvolvidos. Os países subdesenvolvidos, que viam permanentemente os seus mares explorados pelas frotas das grandes potências, defendiam um outro conceito, talvez um tanto ao quanto altruísta, mas defendiam o conceito *res communis*, ou seja, mar herança comum da humanidade.

Mas obviamente não conseguiam impor esse conceito, já como sabem (e como sabe o Sr. Deputado, até pela sua formação sabe isso) que a sanção, característica essencial da norma jurídica, toma no direito internacional forma diferente da que tem nas outras formas de direito, já que no direito internacional não existe centralização da autoridade. Portanto, a imposição das penalizações e obrigação de as cumprir é muito complicada.

E tal só foi possível, e veio a ser espelhado na convenção de Montego Bay, por imposição de um grupo de países conhecido pelo Grupo dos 77. Era um grupo de países subdesenvolvidos que tiveram também o apoio do Canadá e da própria ex-União Soviética, embora com posições muito ambíguas, mas de certa forma para se colocar contra os Estados Unidos, acabou também, de alguma forma, por apoiar este Grupo dos 77, que assim na Convenção de Montego Bay, em 82, viu este conceito revertido para a convenção. Esta foi a viragem fundamental e principal no direito internacional nesta matéria.

Esta convenção fez de Portugal o estado da União Europeia com a maior área territorial marítima que no entanto passou a partilhar, e teve e tem de partilhar, em termos de Política Comum de Pescas, com a União Europeia por via da sua entrada nesta comunidade e dos próprios tratados.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Foi uma opção do país.

O Orador: Claro que foi uma opção portuguesa entrar na União Europeia. É óbvio! Mas se o Sr. Deputado é contra, com certeza não será neste debate que vamos discutir essa matéria.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não sou contra.

O Orador: A opção da União Europeia pela centralização da gestão da pesca e respectivos recursos foi de certa forma o retorno ao conceito *res nullius*, liberdade dos mares. Foi de certa forma porquê? Porque não foi feito tendo em conta a preservação das espécies, a subsistência dos *stocks* das comunidades piscatórias. Foi feita para defender as grandes frotas das grandes potências europeias e aqui Portugal obviamente foi profundamente penalizado, disso não há dúvida nenhuma.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Principalmente os Açores.

O Orador: Só que, Sr. Deputado, nesta matéria, na matéria da exploração do fundo dos mares...

Deputado Paulo Estevão (PPM): A exploração dos Açores.

O Orador: ...estamos a jogar no tabuleiro internacional e não podemos esquecer que a própria convenção de Montego Bay contém as regras e o organismo que licencia, e já licenciou, a exploração dos fundos oceânicos. E também que os mares dos Açores, como já anteriormente afirmei no que diz respeito à exploração dos fundos, não dão nem darão o retorno imediato, até porque como sabemos nos mares dos Açores não existem hidrocarbonetos, existem sim hidratos de metano naturalmente importantes, mas cujo retorno poderá acontecer e vir a acontecer não sabemos quando, mas provavelmente ainda daqui a algumas décadas. Portanto, será um retorno muito longínquo.

Por isso Sr. Deputado, o que eu sugeria é que nos centremos naquilo que é essencial, que é a defesa dos nossos mares, a defesa das nossas águas, a defesa dos nossos *stocks*, das nossas comunidades e terá que ser por essa via que teremos que ir se quisermos sobreviver como comunidade insular. Apostar na inovação, apostar na tecnologia, apostar na formação, apostar na investigação, adquirir conhecimento para nos momentos adequados nos podermos colocar no cenário internacional, fazendo de acordo com o país a que pertencemos, de acordo com a República, os acordos que a cada momento entendermos mais vantajosos.

Esse é o caminho. O resto Sr. Deputado não vale a pena. Não vale a pena ir por outras vias porque por outras vias não estamos a defender os nossos interesses. São tretas que não nos interessam para nada. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições, passaria para o encerramento do debate, em que tem direito a intervir, dentro dos tempos disponíveis para cada um, claro está, quer o interpelante, quer o Governo Regional para encerrar. Dava a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A última intervenção que fiz foi no sentido de assinalar uma peça deste debate. Quem o ouviu percebeu perfeitamente que, estando a globalidade dos partidos de acordo em muitas matérias e sinalizando todos a importância do mar dos Açores, há aqui uma matéria que faltou que são de facto acções concretas e foi isso que eu solicitei ao Governo.

Quero saber o que é que vamos fazer? É evidente que o PPM defende a cooperação internacional e em Portugal não pode ser de outra forma. Com um país que tem a nossa dimensão, o nosso poder económico e até a nossa força militar é evidente que a cooperação externa é fundamental. Além de ser a nossa perspectiva do ponto de vista das bolsas internacionais, que são as relações pacíficas entre estados e de cooperação, evidentemente até do ponto de vista aquela que é a realidade concreta, não pode ser de outra forma. Mas isso não está a acontecer em todo o mundo. Por exemplo, o Brasil, como sabem, agiu de forma unilateral, não viu reconhecido o aumento, pelo menos de forma integral, da sua plataforma continental. Além disso, como sabem, iniciou um projecto de construção de 22 submarinos, por exemplo.

Acho profundamente errado uma política deste tipo, de crescimento das despesas para fiscalização e para afirmação da soberania. É errado! Além de ser errado, Portugal não é uma potência emergente como o Brasil e não temos a possibilidade de o fazer e além disso não seria racional por parte da actuação do estado português.

Portanto, o que eu procurei neste debate foi de facto além de definir um caminho estratégico em que penso que estamos de acordo (valorização, apostar na investigação, de apostar na cooperação internacional), tentei saber se de facto já

tínhamos acordos com empresas internacionais, por exemplo, em relação à prospecção da riqueza do nosso leito do mar. Porque isto já está a acontecer, por exemplo, em relação à Zona Económica Exclusiva do território continental.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Nem era possível!

O Orador: Há neste momento prospecção por parte de empresas internacionais e portanto o que eu tentei perceber é se existia uma cooperação com as empresas internacionais, se existia cooperação com as grandes indústrias farmacêuticas, se existem contactos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E de petróleo!

O Orador: Porque aqui também há uma riqueza substancial e é necessário que o dinheiro que se gasta na investigação depois tenha resultados concretos, objectivos, para que a Região e a população possam, de facto, ter consciência que esta aposta custa muito dinheiro na investigação, mas que também traz resultados positivos para a Região.

O que eu estava à espera, é que me apresentassem dados concretos por parte do Governo Regional dos Açores: se já fez estes contactos, se está a tentar verificar se existem de facto possibilidades de parcerias nestas áreas, o que é que podemos fazer para conhecer melhor as potencialidades do nosso mar.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Está com a cabeça bem cheia, mas mal formada.

O Orador: Podemos aumentar a prospecção? Podemos aumentar a exploração? Podemos fazer isto? E se podemos, quantos milhões de euros em termos de investimento? Qual é o esforço? Vamos aumentar 10%, 20% do nosso esforço?

Eram estas as respostas que eu queria. Se há alguma coisa planificada, porque o alargamento da nossa zona de jurisdição está aí, está a curto prazo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para isso faça um requerimento. Quer discutir o mar ou quer saber quantas empresas há?

O Orador: Isso significa um alargamento enorme das responsabilidades do país, um alargamento enorme das responsabilidades da Região Autónoma dos Açores. O que eu esperava, era que neste contexto tão breve, em que dentro de 3 ou 4 anos vamos estar confrontados com o aumento da nossa jurisdição sobre uma área enormíssima, se o Governo Regional tinha respostas concretas para esta questão. Se tinha alguma

coisa planificada a curto prazo. O que eu verifiquei neste debate é que não tem. Navega à vista nesta matéria, como em muitas outras matérias, e por isso é que eu disse há pouco que a prestação do Governo Regional, tendo o PPM dado todas as condições para a preparação do debate de uma forma muito atempada, é uma desilusão profunda. Fiquei com a convicção que não têm uma ideia, não têm uma planificação estruturada para enfrentar o alargamento da jurisdição nacional nestas águas dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Governo, o Sr. Secretário Regional da Presidência.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque nos encontramos penalizados pela regra democrática da atribuição de tempos globais, que às vezes limita quem não tem nada para dizer, mas neste caso está a limitar quem tinha muito ainda para trazer ao debate.

Vou tentar fazer no curto espaço de tempo que tenho um remate por parte do Governo daquilo que nos parece ter sido importante salientar.

E se dúvidas existissem (e nós achamos que não devia haver razões para que elas existissem) sobre a existência e a execução duma estratégia integrada do Governo no âmbito da protecção e da potencialização do mar dos Açores, elas ficaram desfeitas pela clareza com que o Governo participou neste debate, pelos dados que aqui trouxe e que demonstraram claramente que existe delineada uma estratégia e aplicada de forma sucessiva e reforçada essa mesma estratégia na protecção, na valorização e no aproveitamento do mar enquanto património, enquanto recurso endógeno e enquanto oportunidade de desenvolvimento futuro dos Açores. Isso deve ser salientado.

Aliás, percebeu-se claramente que num primeiro momento o esforço foi no sentido do alargamento das competências constitucionais e estatutárias da Região em matéria de política marítima, percebeu-se claramente o papel que a Região tem desempenhado nessa matéria a nível europeu. Aliás, foi aqui, na cidade da Horta, que a Política Marítima Europeia, tal como a conhecemos agora, nasceu.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nasceu ou foi apresentada?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Nasceu, está certo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A concepção!

O Orador: Portanto, temos todas as razões para acreditar que os outros nos vêm dessa forma e que a Região conseguiu atingir uma projecção externa nesta matéria que nos torna interlocutores necessários das instâncias comunitárias para estes assuntos.

Diria só, já para terminar, que aqui se viu que a política marítima, tal como é encarada pelo Governo, é a interligação de uma série de vectores que nós temos em atenção e para os quais temos soluções, como a protecção e a preservação dos recursos e habitat, a investigação e a pesquisa avançada, a ligação deste esforço com eventuais interessados em termos de negócio, actividades económicas ligadas ao mar, como o turismo, o recreio e os transportes. Portanto, nada temos obviamente a temer, muito temos a partilhar com esta casa.

Termino fazendo recurso às palavras do poeta da liberdade e com certeza perceberão que neste caso com justificação puramente literária: “ *O Atlântico até onde chega o olhar / E o resto é lava / E flores. / Não há palavra com tanto mar / Como a palavra / Açores*”, *Manuel Alegre*.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: E com este poema que com certeza merece o nosso consenso, Sras. e Srs. Deputados terminámos o debate da interpelação, apresentada pelo PPM.

Passamos ao ponto seguinte da nossa agenda. Eu informo a Câmara que a Conferência de Líderes resolveu alterar a ordem dos nossos trabalhos. Portanto, aquilo que aparece na agenda como ponto 2, passou para ponto 6, a seguir às petições, e portanto todos os pontos até aí subiram. Por isso, entramos naquilo que era antes o ponto 3, o Projecto de Resolução n.º 31/2010 – “Uniformização das bolsas de estudo na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Lembraria que a Conferência de Líderes fixou para todas as iniciativas, resoluções e decretos legislativos regionais tempos globais. Tempos globais que são de 10 minutos para o PPM e para o PCP, cada um respectivamente; 11 minutos para o BE; 13

minutos para o CDS/PP; 19 minutos para o PSD; 25 minutos para o PS, Governo e para o proponente.

Assim sendo, para apresentar o diploma dou a palavra ao CDS/PP, ao Sr. Deputado Paulo Rosa.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa surgiu num contexto particular. Não quero obviamente ressuscitar este contexto nem voltar a trilhá-lo, a bem da credibilização dos agentes políticos e da serenidade. Esta é a postura que se recomenda.

A iniciativa nasceu, como todos se recordarão, da celeuma gerada pela questão dos cursos de aviação civil. Sobre isso os açorianos obviamente no momento certo farão o seu juízo e não nos compete a nós tecer mais comentários.

Para nós a postura séria é usar esta ilação como um móbil para melhorar e evitar cometer o mesmo erro, serenando a opinião pública, com uma oposição construtiva e que foi até reconhecida, em sede de comissão e aqui no Plenário, pelo Sr. Presidente do Governo como construtiva, e reconhecendo, já na altura, o mérito a esta iniciativa.

Assim, concretamente em relação ao Projecto de Resolução pretende-se introduzir maior transparência que achamos que é um critério fundamental na atribuição de bolsas de estudo através da sua publicação e publicitação no portal do Governo, de forma a que todos os interessados possam aceder facilmente à informação sem constrangimentos.

O outro critério que se pretende introduzir é a questão da uniformização à partida. Assim, uma resolução lata, dá latitude e que se baseia nestes dois princípios incontornáveis: a uniformização e a transparência. Só assim podemos escapar, nomeadamente o Governo Regional, a eventuais auras de suspeição que possam ocorrer doravante e foi parcialmente esse o espírito que impulsionou a iniciativa. Isso, obviamente, só se consegue com igualização e transparência.

Depois, esta iniciativa não é uma iniciativa hermética. Permite a possibilidade e a legitimidade a todos os Grupos Parlamentares e ao próprio Governo Regional de estabelecerem ou proporem critérios de atribuição de bolsas baseados, por exemplo, na condição socioeconómica dos candidatos ou em áreas carenciadas, desde que o ponto de partida seja igual para todos.

Não se fecham portas, estabelece-se a latitude necessária para que se possa construir um regime de bolsas mais justo à partida. Portanto, limitamo-nos a assegurar o ponto de partida: a uniformização, a necessidade de transparência absoluta. Depois, a partir daí temos toda a latitude para debatermos critérios específicos. Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Projecto de Resolução do CDS/PP e tendo em conta inclusive o debate que foi gerado na comissão sobre este diploma, destacamos o facto de se ter concluído que a uniformização das bolsas implica uma reavaliação dos critérios para a sua atribuição e também uma definição de contrapartidas por parte dos estudantes que a elas se candidatam. Desses critérios foram adiantados alguns que eu gostaria de destacar: as necessidades da Região em matéria de formação; o nível socioeconómico dos candidatos; o montante disponível por parte do Governo para a atribuição de bolsas; o valor máximo das bolsas; o mérito dos candidatos e o aproveitamento escolar.

Foi também referido pela Sra. Secretária do Trabalho e Solidariedade Social, aquando da sua audição em comissão, que há que respeitar um calendário que determine um período de candidaturas e de aceitação de um número limitado de bolsas a atribuir, articulando também com os serviços de emprego.

Por todos esses motivos, porque o Partido Socialista considera que é necessário realmente uniformizar o regime de atribuição de bolsas, de concessão de bolsas, o Partido Socialista votou favoravelmente esta iniciativa em sede de comissão.

Correspondendo à necessidade que foi manifestada de que era necessário resolver estes critérios dos quais citei alguns, foi já apresentado publicamente, e penso que já terá dado entrada nesta Assembleia, uma proposta de Decreto Legislativo Regional que concretiza esta revisão do regime de concessão de bolsas, uniformizando os apoios a serem disponibilizados aos alunos e também, em consequência, as contrapartidas, ou seja, os deveres que esses alunos terão quando forem apoiados através de uma bolsa. Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando foi apresentado nesta Câmara com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, aprovámos como é sabido a urgência e tínhamos aprovado certamente o conteúdo deste Projecto de Resolução, posição que mantemos, aliás no seguimento daquilo que foi a discussão no seio da comissão, apesar do Governo já ter revogado a portaria e ter apresentado, ou estar a caminho da apresentação, de um Decreto Legislativo Regional onde estão, em princípio, considerados todos os pressupostos que foram devidamente atendidos e discutidos em sede de Comissão dos Assuntos Sociais. Por isso, este Projecto de Resolução vai ter o apoio e o voto favorável do PCP. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução trazido pelo CDS/PP obviamente que tem uma razão e tem, efectivamente, uma história.

Deputado João Costa (PSD): Uma história triste.

O Orador: Essa história começa a 21 de Setembro de 2010 e em torno da discussão, que não vamos alargar novamente os argumentos, atribuídas às bolsas, com especial enfoque às bolsas de piloto-aviador. Esse debate que surgiu aqui, na Assembleia Regional, obviamente foi publicitado para o exterior e fez com que muitos cidadãos que, de um modo ou de outro, não tinham conhecimento destas mesmas bolsas atribuídas pelo Governo Regional, também com estes objectivos, se candidatassem a partir dessa altura. Estamos falando de 21, 22, 23, 24, 25 de Setembro.

Provavelmente entraram muitos mais pedidos do que aqueles que supostamente tinham entrado antes propriamente da publicitação. A título de exemplo trago-vos um caso que corresponde a isso mesmo que acabei de dizer. Houve quem soubesse disto por via do enfoque que a comunicação social deu – e bem! – ao assunto, e começou a entregar papéis, documentos que foram pedidos precisamente para ter essa concessão. O primeiro desses documentos é entregue a 21 de Janeiro de 2010, aliás 22 de Setembro de 2010, o qual tenho aqui.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas o que é que isso tem a ver com a proposta do PP?

O Orador: Os segundos e terceiros documentos, por uma questão de problemas informáticos, foram entregues a 24 de Setembro também. A 1 de Outubro de 2010 é novamente pedido, através do departamento do Governo (que não convém para aqui trazer) um novo documento, o que para o cidadão dá a ideia de que efectivamente está tudo a decorrer, a portaria está a decorrer. As bolsas serão objecto de análise, obviamente serão diferidas, outras que não corresponderem evidentemente aos critérios definidos não serão diferidas.

O estranho desta história começa precisamente com a revogação...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O estranho dessa história é o que é que ela tem a ver com o diploma que se está a discutir?

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): É uma tática filosófica!

O Orador: Tem a ver com o diploma e já lhe explico.

Entretanto, a portaria que deu azo ao facto das pessoas poderem efectivamente concorrer – e bem! – a esses apoios, a revogação, entre outros assuntos, fala na necessidade de reformulação do quadro legal regulamentar face às avaliações de impacto desenvolvidas pela Direcção Regional de Trabalho e Qualificação Profissional. Nós gostaríamos também de saber que impacto é esse.

Diz mais à frente que “a Comissão Regional de Acompanhamento das Medidas de Emprego, recentemente criada, passará a contribuir para uma melhor definição de cursos a apoiar, baseada na pertinência dos cursos para as necessidades do mercado de trabalho”. Nós alertámos precisamente para isso aqui em Setembro. Eu pergunto: que necessidades? Está feito?

Mediante esses pressupostos, entre outros, é revogada a portaria em questão a 10 de Janeiro de 2011.

O que entretanto acontece é que ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso não tem nada a ver.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não leva a lado nenhum.

O Orador: Tem tudo a ver.

Presidente: Sr. Deputado, eu admito perfeitamente que faça o considerando porque a resolução que estamos a discutir surge num determinado contexto conforme o Sr. Deputado referiu e muito bem, mas nós não deixamos de estar a discutir a resolução do CDS/PP que visa a uniformização de critérios ao nível de uma determinada portaria.

Deputado António Marinho (PSD): E que tem uma história!

Deputado João Costa (PSD): Está a falar dos critérios.

O Orador: Porquê este historial? É porque, entretanto, as cartas que as pessoas receberam dando conta de que tinham indeferido as bolsas fazem referência ao facto de a atribuição deste apoio depender da verificação dos requisitos, obviamente, nomeadamente se existe ou se preveja existir a curto prazo a procura dos profissionais nessa área em curso.

Mais à frente, diz que tendo em conta o enfoque dado nos vários debates públicos nesta casa, que tem ocorrido nesta últimas semanas, em particular no que diz respeito à pertinência em apoiar candidaturas de pilotos, considerando ainda o elevado número de candidatos no último concurso da SATA, também aqui falado, e ainda a apresentação de uma proposta - e aí está o relacionamento, uma apresentação de proposta de resolução na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo CDS/PP, esta precisamente que estamos a discutir – torna-se importante uma reanálise da matéria em causa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É uma coisa elíptica!

O Orador: Nestes pressupostos são indeferidas todas as candidaturas apresentadas após 23 de Setembro, cria-se um vazio legal e depois, entretanto, a 23 de Setembro são indeferidas. Estávamos ainda nós aqui a discutir esta questão.

E a pergunta que fica também (e que os estudantes certamente gostariam de saber), porque não o dia 23? Porque não o dia 24? Porque não o dia 25?

Portanto, nestas circunstâncias e perante essa trapalhada toda, creio que o Projecto de Resolução do CDS/PP obviamente faz todo o sentido, até porque importa compatibilizar não só esta trapalhada de documentos, mas também...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isso não altera.

O Orador: Altera, sim senhor! Quando se pede um documento a 1 de Outubro, dá-se nota às pessoas que isto está perfeitamente em vigor. Cria-se expectativas nos jovens que está em vigor.

Santa paciência, Sr. Secretário! Não vamos brincar com as pessoas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, o que toda essa trapalhada dá nota, efectivamente, fortalece a convicção do Partido Social Democrata. Nós não confiamos nesse tipo de actuação.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sem dúvida nenhuma! É uma actuação pouco transparente, com algumas trapalhadas à mistura, que beneficia uns (e eu não quero acreditar, que beneficie apenas filhos de políticos. Não quero mesmo acreditar!)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores não percebem o mal que isso faz à política! Não percebem nada!

O Orador: ...mas discrimina os outros, precisamente aqueles que entregaram os documentos a partir de 23 de Setembro e que estão a investir na sua formação e que estão a investir, no fundo, no futuro desta mesma Região.

Portanto, Sr. Presidente gostaria só de terminar.

Presidente: Termine, Sr. Deputado.

O Orador: A resolução em apreço, trazida pelo CDS/PP, no fundo o que pretende (é precisamente também o que nós pretendemos) é que se acabe de uma vez por todas de brincar com as pessoas que estão a investir no seu futuro. São jovens que precisam de ser motivados e isso para nós é efectivamente muito importante.

Em suma: mais rigor, mais estudo no reconhecimento das necessidades, mais transparência, e sobretudo mais verdade na actuação política. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social tem a palavra.

***Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria, em nome do Governo, dizer que o Governo concorda com a proposta de resolução do CDS/PP, até porque depois de toda esta questão ligada a essa proposta de resolução já chegaram a esta casa várias propostas de decreto legislativo regional, onde se está efectivamente a alterar os critérios da atribuição das bolsas de estudo que, como também sabem, são inúmeras e diversas e têm critérios diferentes. O Governo concorda com o princípio de igualdade de oportunidades e portanto, nessa medida, está aberto a que se possam aprovar outros enquadramentos legislativos para que de facto esta situação seja mais objectiva e que os critérios venham servir as pessoas que precisam desse apoio.

Na sequência disso também queria dizer ao Sr. Deputado do PSD que não precisa de se encobrir nessa questão da “globolândia” e ter pouca coragem, porque a mim, que ando há 14 anos a servir esta Região, tudo o que os senhores possam vir a dizer sobre a minha integridade e sobre a minha conduta nada me pode afectar.

Deputado João Costa (*PSD*): Não é “globolândia”. É Antena 1.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Eu não falei disso.

A Oradora: E fazer política da forma como os senhores têm vindo aqui a fazer, atacando a família das pessoas, os seus filhos, aquilo que é mais sagrado para nós, não me afecta. Porque se me querem afectar a mim, aqui estou, com esta mesma cara, todos os dias, cada vez mais convicta do trabalho, da determinação e da conduta moral que devo ter todos os dias.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): Fica tão mal, Sra. Secretária, fazer-se de vítima.

A Oradora: Se alguns dos senhores tiveram atitudes menos correctas, a minha grande felicidade será de um dia, quando tiver essa oportunidade, divulgar publicamente isso. Houve outros deputados que tiveram a coragem de me escrever e de reconhecer a minha idoneidade política e ética e por acaso até foram da vossa bancada.

Portanto, os senhores ficarão com aquilo que merecem. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Está inscrito Sr. Deputado Rui Ramos. Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de dizer que é lamentável a forma como o PSD interveio a propósito deste Projecto de Resolução. É lamentável, porque ressuscitou um caso que já tinha sido suficientemente debatido e mesmo considerando que pudesse fazer parte do historial, como foi aqui referido, não era o objecto do Projecto de Resolução. Isto alimenta a imagem negativa que a população muitas vezes faz dos políticos, que nós vimos para aqui apenas para fazer barulho, para fazer *show-off*, para mexer na vida das pessoas...

Deputado João Costa (PSD): De quem será a culpa?

A Oradora: ...e nós estamos aqui para debater diplomas que entram nesta casa. O que entrou nesta casa não foi a portaria do Governo, foi um Projecto de Resolução do CDS/PP. Portanto, é sobre esse Projecto de Resolução que nós nos devemos pronunciar, mesmo considerando que a portaria do Governo foi incluída nos considerandos que o CDS/PP apresentou para justificar o mesmo Projecto de Resolução. Portanto, é lamentável.

Deputado João Costa (PSD): O Projecto de Resolução não tem nada a ver com a portaria!

A Oradora: É lamentável também que se façam insinuações, como foram aqui ditas. Podem não se fazer acusações directas, mas fizeram-se insinuações.

É lamentável que se diga que o Governo está a brincar com os jovens da nossa Região.

Deputado Rui Ramos (PSD): Vergonha é coisa que eu tenho!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não tem é nenhuma.

A Oradora: É lamentável, que se diga isso porque nós estamos a falar de candidaturas, de pedidos de apoio, nós não estamos a falar de certezas nem de garantias que as pessoas tenham ao abrigo dessa portaria. Portanto, é realmente

lamentável que o PSD tenha usado dois segundos a falar do Projecto de Resolução e o restante do seu tempo a acusar e a insinuar contra o Governo Regional.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): A senhora só ouviu aquilo que lhe interessou!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai aprovar essa proposta, mas é preciso não esquecer de fazer o enquadramento de toda a situação. É preciso não esquecer que isso tudo surge em sequência do Plenário que nós tivemos a 21 de Setembro, em que se levantou a polémica da bolsa atribuída ao filho da Sra. Secretária. É preciso não esquecer isso, que foi tudo nesta sequência. E mais! É preciso não esquecer também que é o enquadramento. O enquadramento a que nós chegámos à conclusão de que o Governo Regional revoga uma legislação, uma regulamentação, deixando para trás, desde 23 de Setembro, até hoje.

Ora bem, algo está mal aqui.

Deputado Francisco César (PS): Algo está mal!

Deputado João Costa (PSD): E à conta disso revogaram a proposta.

O Orador: Porque os senhores ao revogarem a legislação e ao revogarem o regulamento estão a admitir que de facto há aqui algum erro presente. E mais, Srs. Deputados! Nós não estamos aqui para discutir 1001 coisa.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Deputado, o senhor já foi reeleito!

O Orador: Estamos a discutir um Projecto de Resolução que tem um enquadramento e os senhores por mais que queiram fugir a esse enquadramento, por mais que queiram esconder o rabo, por mais que queiram fugir a este assunto...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Ninguém quer fugir.

O Orador: ...têm de debater, têm de assumir que este Projecto de Resolução vem nesta sequência.

E mais, Srs. Deputados! Nós devemos crer sempre na boa vontade de todos vós, dos políticos desta Região, mas nós, como políticos e como Deputados desta casa, temos

o direito e do dever de levantar questões da nossa sociedade e que digam respeito à juventude.

Deputado Francisco César (PS): Os *blogs*, os *facebook*s, as redes sociais... Vamos a isso.

O Orador: E foi isso que o Deputado Rui Ramos fez. Levantou aqui um problema em concreto, que foi de uma pessoa que pediu uma bolsa e que tempo depois é revogada legislação, é revogado o diploma, é dito uma nega à pessoa em questão.

Portanto, mais uma vez fica aqui patente nesta casa que o Governo Regional quer fugir a todo este enquadramento. Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projecto de Resolução do CDS eu gostaria de dizer o seguinte. A apresentação feita pelo proponente, na pessoa do Deputado Paulo Rosa, foi suficientemente clara e esclarecedora e nós não temos a mínima dúvida de subscrever quer os considerandos, quer a contextualização, quer o teor deste diploma, deste Projecto de Resolução.

Entendendo bem a sua oportunidade, - dentro de uma história que todos conhecemos que está a ser explanada para a frente e para trás - , cada um de nós fez ou fará o juízo que muito bem entender, os actores políticos têm formas de ser penalizados ou não pela opinião pública, pelos eleitores e pelas eleitoras e sobre esta matéria e sobre este percurso, inegavelmente acidentado e sinuoso que começou em Setembro e que tem vindo a dar azo a várias iniciativas legislativas, quer dos partidos desta casa, quer do próprio Governo, é conhecida. Cada um fará o seu juízo de valor, o Bloco de Esquerda fê-lo nesta Câmara, a quente no momento do acontecimento, não precisa de a repetir.

Agora há uma coisa, e neste caso se me permite eu falaria directamente para a Sra. Secretária Regional do Trabalho, há uma circunstância que a mim, como Deputada nesta casa, não posso deixar de passar em branco e o Bloco de Esquerda também não, que é o seguinte. A Portaria n.º 3/2011 de 13 de Janeiro faz nos seus considerandos chamada exactamente a este Projecto de Resolução...

Deputado Rui Ramos (PSD): Exactamente!

A Oradora: ...que nós neste momento estamos a debater e diz assim “considerando o estabelecido no Projecto de Resolução n.º 31/2010, apresentado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a 22 de Setembro”.

Deputado Rui Ramos (PSD): Que é este!

A Oradora: Sra. Secretária Regional do Trabalho eu tenho sobre esta matéria que lhe dizer duas coisas. Primeiro: não há nada estabelecido. No dia 31 de Janeiro de 2011 não há nada de estabelecido, porque este Projecto de Resolução só agora é que o estamos a debater.

Deputado João Costa (PSD): Ora bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não está estabelecido!

A Oradora: Retire-o ou não retire o proponente, nós teríamos que nos pronunciar sobre ele e eventualmente votá-lo. E só depois dele ser votado, aprovado ou chumbado é que a Sra. Secretária pode referir-se a ele dizendo que está estabelecido. Quando a Sra. Secretária pega num Projecto de Resolução que ainda não veio a esta Câmara (que é esta Câmara que o rectifica) e diz que ele está estabelecido, a senhora está provavelmente, sem se ter apercebido de tal, a branquear a legitimidade deste Plenário para aprovar ou não aprovar as diferentes iniciativas que aqui são trazidas pelo Governo, pelo partido maioritário e por todos os outros partidos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: E isso, Sra. Secretária, o Bloco de Esquerda não pode aceitar. Foi um lapso? Provavelmente. Não sei o que a Sra. Secretária vai dizer. Errar é humano. Mas se foi um lapso, Sra. Secretária, ficava-lhe bem assumir que foi um lapso. Se não foi um lapso, deixe-me dizer-lhe que isso é de uma arrogância de maioria absoluta...

Deputado João Costa (PSD): E um atestado de incompetência!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...absolutamente inaceitável nesta Câmara, porque isso é o mesmo que dizer que a maioria absoluta já não precisa do Plenário para considerar...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...ou desconsiderar as iniciativas legislativas que são trazidas a esta Câmara, porque a maioria absoluta mesmo antes delas serem trazidas, já chumbou ou já as aprovou. E esta é a única coisa, Sra. Secretária...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É um abuso de maioria.

A Oradora: ...que nesta portaria eu penso que vossa excelência tem a obrigação política de explicar. Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não foi minha intenção pessoal atacar pessoalmente quem quer seja.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora!

Deputado João Costa (PSD): Factos são factos!

O Orador: Agora, nós temos responsáveis políticos com actuações políticas e cabe-nos a nós, enquanto Deputados, não entrar por questões meramente pessoais, cabe-nos sim tentar contribuir para que no futuro situações menos transparentes, com alguma opacidade, possam efectivamente não acontecer.

Portanto, tal como foi aqui muito bem referido pela Sra. Deputada Zuraída Soares, efectivamente...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não se esconde atrás de uma cortina.

Deputado José San-Bento (PS): Triplo salto mortal!

Deputado João Costa (PSD): Os senhores é que estão habituados a esconder-se atrás de alguma coisa.

O Orador: Sr. Secretário deixe-me falar.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos continue.

O Orador: Tal como foi aqui dito, a revogação da portaria faz referência a este projecto que está aqui em resolução. Por isso, Sr. Presidente, é que fiz um historial. Agora só uma nota muito breve.

A revogação dessa portaria que depois se vem a saber que na prática tem efeitos retroactivos desde 23 de Setembro...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Exactamente!

O Orador: ... é a prova provada de que isto tudo foi uma grande bronca e de que isto tudo foi uma trapalhada. Portanto, o que nós fazemos votos é que a maioria socialista comece duma vez por todas a ouvir os contributos – e é isso que vos pedimos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora são os violinos!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor parece o Salazar!

O Orador: ...ouçam os contributos dos vários partidos, ouçam as posições dos vários partidos. Não entrem logo por uma questão de “tenha vergonha”, Sra. Secretária, porque efectivamente tenho vergonha de algumas coisas, mas tenho muita honra do percurso que fiz e do que estou a fazer até agora.

Não falei no seu nome, não lhe ataquei pessoalmente, até porque falei em político...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Nem sequer tem coragem de se identificar nessas coisas dos *blogs* e dos *facebook*s!

O Orador: É mentira, a Sra. Secretária está a mentir.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Mentira coisa nenhuma!

O Orador: O meu *facebook* tem nome, tem cara. A senhora mente. Tenha vergonha de mentir. Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos serenar os ânimos e usar linguagem apropriada se fazem favor.

Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de repetir as palavras do Sr. Deputado Rui Ramos, quando diz assim que “não foi minha intenção atacar os responsáveis políticos e cabe a nós Deputados”...

Deputado Rui Ramos (PSD): Políticos. “s”, plural.

A Oradora: O que o senhor quiser! - ...“e cabe a nós Deputados contribuir para que no futuro não aconteça situações semelhantes e que a maioria socialista deve ouvir os contributos dos vários partidos”.

Eu subscrevo na íntegra as suas palavras. Agora pergunto ao Sr. Deputado Rui Ramos e ao seu Grupo Parlamentar: o que é que o vosso Grupo Parlamentar fez e qual o contributo para que no futuro não aconteçam situações semelhantes?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Nada!

Deputado João Costa (PSD): Semelhantes a quê, Sra. Deputada?

A Oradora: Qual foi o projecto que deu entrada nesta Assembleia para rever o regime de concessão de bolsas? Qual foi o contributo do PSD para este Projecto de Resolução? Qual foi a sua intervenção?

Deputado João Costa (PSD): Semelhantes a quê? O que é que está a insinuar?

A Oradora: Como Deputado e não apenas como comentador da política regional, o que é que o PSD fez? Onde é que está o vosso projecto? Qual é o vosso modelo de atribuição de bolsas?

Nós vimos. Zero! Não entrou.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Bloco de Esquerda entrou com várias iniciativas na Assembleia. O CDS/PP apresentou este Projecto de Resolução. O PSD zero e é essa a sua responsabilidade política neste Parlamento.

Deputados Rui Ramos e Pedro Gomes (PSD): E o PS?

A Oradora: O PS tem um projecto de decreto legislativo regional que deu entrada agora na Assembleia e já foi apresentado publicamente. Portanto, o Governo revogou a portaria, o PS apresentou um DLR, o Bloco de Esquerda vários projectos de resolução, o CDS um projecto de resolução, e o PSD zero. É isso que foi.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Esta matéria está a correr tanto bem para nós que nem precisamos fazer nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução do CDS.

Na altura em que o mesmo surgiu tivemos oportunidade de dizer que considerávamos bastante válido para a conjuntura e o contexto que estávamos a viver.

Portanto, nesse sentido mais não faço do que reiterar a nossa posição em relação a este assunto, que consideramos válido, que consideramos clarificador, consideramos um bom contributo para resolver e clarificar este tipo de situações e parece-nos um conjunto de valores muito importantes.

Portanto, nesse sentido o Partido Popular Monárquico apoia e votará favoravelmente este Projecto de Resolução.

Não posso deixar também de repetir a crítica que foi apresentada pela Sra. Deputada Zuraída Soares. Tem de facto todo o sentido. Considero que se devem fazer referências a iniciativas políticas que já tenham transitado no Parlamento, que já tenham sido de facto legitimadas pela votação, e não partir do princípio que devido ao posicionamento de cada partido, ou ao peso específico de cada partido, que a Câmara não tem uma legitimidade, que é uma legitimidade global. E portanto, mesmo o partido maioritário não pode falar em nome do Parlamento como um todo. Essa crítica eu reitero. Concordo em absoluto com esta chamada de atenção por parte da Sra. Deputada Zuraída Soares.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho tem a palavra.

***Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para responder à Sra. Deputada Zuraída Soares. Queria dizer Sra. Deputada que não houve erro nenhum, nem arrogância nenhuma do Governo, porque, como sabe, já não me lembro sinceramente se estava ou não porque isso foi no dia 15 de Outubro, mas nesse dia em que este assunto foi à comissão, como bem sabem, o Governo assumiu imediatamente que deveríamos efectivamente corrigir este diploma e que eu saiba só o PSD se absteve nisto e todos os outros Grupos Parlamentares votaram favoravelmente o diploma.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O PSD tem sido único.

A Oradora: Portanto, o Governo não foi arrogante, não teve qualquer intenção de arrogância. O Governo apenas respondeu positivamente a uma questão que a maioria dos Deputados desta Câmara tinham levantado e concordavam.

Portanto, não vejo nisto nenhuma situação de arrogância.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Imperdoável!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não sei porquê.

A Oradora: Foi efectivamente revogada, porque a opinião maioritária dos Grupos Parlamentares ouvidos em comissão nesse dia manifestaram-se a favor deste projecto de resolução. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): É pior a emenda que o soneto, Sra. Secretária.

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

***Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar apenas um contributo para esta discussão que me parece importante. Obviamente esta iniciativa do PP surge numa altura específica com os contornos que todos aqui presentes conhecemos. Mas parece-me também imprescindível dizer que a intervenção que há pouco fez o Deputado Cláudio Almeida acaba por embaraçar, no fundo, toda a sua bancada parlamentar...

Deputado João Costa (PSD): Acha que sim?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ...porque vai repescar aspectos que não estão nem de perto, nem de longe, relacionados com o que aqui se discute.

O que aqui está em discussão é um Projecto de Resolução do PP, que recomenda ao Governo que uniformize os critérios, que quanto a isso o senhor disse nada. Esta é uma matéria que evidentemente todos estamos de acordo, alguns porque já tiveram iniciativas nesse sentido e outros porque também o manifestaram desde logo...

Deputado João Costa (PSD): A Sra. Secretária na sua primeira intervenção a que é que se referiu?

A Oradora: ...na altura que votámos a urgência neste Parlamento. Portanto, Srs. Deputados do PSD o que não deveria valer nesta matéria efectivamente era vir tentar desviar o cerne da questão para atirar com questões laterais, que nada têm a ver com a essência do diploma que é a que devia verdadeiramente estar a ser objecto de discussão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem o facto dele ter sido revogado dois dias depois da discussão?

A Oradora: Porque em boa verdade o que custa aos Deputados do PSD, em toda esta discussão, é que relativamente à questão das bolsas ser praticamente o único partido que não teve nenhuma iniciativa. A única iniciativa que tem é a do “bota abaixo”, é mais do mesmo, é de ir para as redes sociais e afins instigar a opinião pública contra o Governo...

Deputado João Costa (PSD): Coitaditos!

A Oradora: ...ainda para mais numa matéria que tal como os senhores sabem, o Governo tinha perfeita legitimidade de atribuição. Mas isso nunca foram capazes de

dizer e também nunca procederam a alterações ao diploma. Achavam que o diploma estava mal, têm iniciativa legislativa. Alguma vez vimos o PSD nesta Câmara apresentar uma iniciativa legislativa nesse sentido? Nunca vimos.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Zero!

A Oradora: Portanto, aquilo que vêm aqui fazer é precisamente o que não deveriam, o que não deveria ser feito pelo partido que ainda tem responsabilidades de ser o maior partido da oposição. É triste!

Deputado João Costa (*PSD*): Até agora sobre a matéria, a senhora disse nada. Zero!

A Oradora: Deviam parar com essa questão das invejas partidárias, Srs. Deputados, porque em boa verdade a iniciativa não é vossa. Nós já sabemos. Os senhores não gostam que os partidos estejam de acordo com uma iniciativa que não é vossa e então tentam desviar para a questão colateral a ver se rende. Mas connosco não rende, Srs. Deputados. Correu-vos mal.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): Isso é a velha tática do espelho meu! Tem piada: a Sra. Deputada também não disse nada sobre a iniciativa!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A abertura para o diálogo mostrada pelo Partido Socialista, no que toca a essa questão das bolsas, vem precisamente no seguimento e é o resultado da sua consciência, da consciência do Partido Socialista, que tem uma consciência pesada, daquilo que aconteceu em Setembro passado. Por isso, é que o Partido Socialista agora diz que está aberto ao diálogo e quer o contributo de todos. Mas mais! É o Partido Socialista e cabe ao Partido Socialista e ao Governo Regional regulamentar e fazer regulamentos. Não cabe é ao PSD fazer regulamentos. Aliás, a regulamentação das bolsas é da competência do Governo Regional e foi o Governo Regional...

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Não é isso que está em causa.

O Orador: ...que ao longo destes tempos andou a regulamentar esse tipo de bolsas no caso dos pilotos aviadores, entre outras, à sua medida e ao seu tamanho, por isso é que deu no que deu.

Deputada Nélia Amaral (PS): O Sr. Deputado está confuso.

O Orador: Por isso é que nós tivemos o que tivemos. E foi também, Srs. Deputados, no seguimento do que o PSD levantou nesta casa...

Deputada Nélia Amaral (PS): A iniciativa sobre a regulamentação não é essa, vem mais tarde.

O Orador: ...e inclusive, é preciso não esquecer, que o PSD pediu a demissão da Sra. Secretária em Setembro pela embrulhada toda em que colocou os Açores. Está a perceber?

Deputada Cláudia Cardoso (PS): E mal! Pediu e mal!

O Orador: Por isso mesmo é que surgiu uma série de projectos de resolução neste sentido e mais uma vez é importante referir que quando a Sra. Deputada Cláudia diz que o PSD não apresenta propostas, o PSD já apresentou inúmeras propostas. Já em vários aspectos!

O Governo Regional e o Partido Socialista é que não as adoptam na altura certa e depois dá no que dá, que foi o caso das bolsas.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Olhe que não!

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou pedir a transcrição deste debate para que fique claro que efectivamente não ataquei pessoalmente ninguém. O que referi, na minha primeira intervenção, foi que não queria acreditar que um dos critérios fosse esse. Foi isso que eu disse. E foi isso que levantou essa celeuma toda.

Em resposta à Sra. Deputada Cláudia Cardoso vou-lhe dizer uma coisa, Sra. Deputada. Não me preocupa, nem estamos a fazer aqui concurso de quem faz mais projectos de resolução ou não. O que me preocupa, Sra. Deputada, é receber uma mãe a chorar, o que me preocupa é ver precisamente o miúdo que está lá fora a estudar...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Demagogia!

O Orador: ...e que não teve direito à bolsa porque parte dos documentos entraram a 22 e outros entraram a 24. Porquê essa data? Se havia um documento entrado a 22 não era um acto de boa fé contemplar precisamente este, cujo primeiro documento entrou a 22. Isto é claramente o que me preocupa.

Mas mais! Respondendo aqui à Sra. Deputada Piedade Lalanda e creio que na gravação isso estará perfeitamente patente, porque foi precisamente a senhora que disse que se estava a melhorar as coisas para que não acontecessem processos semelhantes. É a senhora que levanta a suspeita! A senhora é que faz a insinuação!

Deputada Piedade Lalanda (PS): O senhor é que disse.

Deputada Nélia Amaral (PS): Qual insinuação?

O Orador: Semelhantes a quê? Eu é que disse? Boa!

As gravações tirarão obviamente qualquer dúvida.

Finalizando, Sr. Presidente, foram os senhores e não nós e aliás, quanto a contributos acho que em sede de comissão - e elogio aqui a abertura da Sra. Secretária Regional – nós fizemos várias sugestões...

Deputado José San-Bento (PS): Uma coisa séria! Duas linhas num relatório!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, isso é um resumo o que está aí.

Presidente: Sr. Deputado faça o favor de continuar.

O Orador: Todos nós estivemos lá, todos nós falámos em necessidades que tinham a ver com questões da condição social, das notas, fizemos uma série de sugestões e dada a boa fé que foi evidenciada estamos disponíveis para melhorar, se assim for possível, esse mesmo contributo.

Finalizando, foram os senhores a fazer, promover essas bolsas de estudo e também foram os senhores que 3 meses depois, pouco tempo depois, fizeram uma portaria que revoga esta concessão. Ou seja, foram os senhores que criaram uma coisa que não é normal...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Abriram uma janela!

O Orador: ...porque o normal é a legislação posterior, aprovada nesta casa, revoga a anterior, mas os senhores revogaram uma coisa e neste momento abriram um vazio legal.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):
Mas qual vazio legal?

O Orador: Mas entretanto os senhores diziam que estava tudo bem e que não era preciso mexer nesse processo. Já nessa altura o PSD apresentou e tinha sugerido uma série de soluções para essas trapalhadas. Agora não contem connosco para branquear nem dar corpo...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, nós não contamos convosco para nada!

O Orador: ...nem dar alma à vossa maioria que tudo quer, tudo pode e tudo faz...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque neste momento existem açorianos jovens que aguardavam outra atenção da vossa parte. Ainda para mais sendo vossas excelências detentores e partidários de uma ideologia socialista que preserva o princípio da igualdade, mas eu pergunto que igualdade é que existe entre aqueles que foram e que tiveram acesso à bolsa antes de 23 de Setembro e que igualdade é que existe perante os outros que entregaram os documentos a 24?

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado apresente a sua proposta de uma vez.

O Orador: ...pensem mais um bocadinho e respondam porque é que foi o dia inteiro. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Eu pedi a palavra na altura em que o Sr. Deputado Rui Ramos empunhava as metralhadoras, depois passámos para uma fase de violinos e agora estamos já na harpa...

Presidente: O PSD terminou o seu tempo, por causa dos violinos.

O Orador: Se calhar já não faz tanto sentido a intervenção, mas de qualquer maneira vou fazê-la e de uma forma muito resumida.

Sr. Deputado Rui Ramos a crítica política é função legítima dos Deputados desta casa. Obviamente e é assim que funciona a democracia, e felizmente. O que não é legítimo é a insinuação forçada e isso foi o que o senhor fez aqui. Lançou suspeições, deixou no ar insinuações retóricas que o senhor sabe perfeitamente o que significam.

Deputado Rui Ramos (PSD): São factos.

O Orador: Pôs um manto de dúvidas sobre a actuação pessoal, ética, deontológica duma pessoa que é titular de um cargo político...

Deputado Rui Ramos (PSD): Nada disso.

O Orador: ...e depois fingiu, quando viu a reacção, que não era esse o seu discurso...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Exactamente!

Deputado Rui Ramos (PSD): Nada disso.

O Orador: ...não era esse o seu propósito e a parte das metralhadoras passou para o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Rui Ramos (PSD): Metralhadoras foi quando me disseram que escrevia mentiras e me escondia por detrás do *facebook*.

O Orador: Portanto, o que é preciso que se diga também nesta ocasião é que esse tipo de discurso político que o senhor julga que afecta o Governo, que afecta a imagem do Governo, que prejudica o Governo junto da opinião pública, está enganado. Prejudica toda a gente que está nesta casa, prejudica toda a classe política, prejudica negativamente a opinião que os açorianos têm do trabalho que nós desenvolvemos e ninguém beneficia com esse tipo de insinuações.

Portanto, se quiser ter um discurso conformador, de participação, de abertura, de debate, se quiser na comissão participar com propostas, se quiser ter iniciativas próprias, tudo isso é muito bem-vindo. Este tipo de discurso desmerece a autonomia e a democracia nos Açores. Obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Na gravação vamos ver isso.

Deputado João Costa (PSD): Quem levantou insinuações foi a Sra. Deputada Piedade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional do Trabalho deixe-me que lhe diga uma coisa: “foi pior a emenda que o soneto”, com toda a franqueza. Porque se a senhora assume que não foi um lapso, então é uma prova de arrogância total.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Vou-lhe explicar mais uma vez Sra. Secretária porquê.

Este Plenário custa dinheiro e custa bastante dinheiro. São os custos da democracia que todos nós, democratas, estamos dispostos a pagar. São os custos da democracia. Esta é a casa da democracia, é a casa representativa da autonomia dos Açores e para pagar isso não há dinheiro que chegue. Todo o dinheiro que seja necessário é bem-vindo.

Agora, se a Sra. Secretária nos diz que basta a simples votação em sede de comissão para que um diploma esteja votado ou chumbado...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não foi isso que foi dito!

Deputado Francisco César (*PS*): Foi isso que a Sra. Deputada quis ouvir.

A Oradora: Foi Sr. Secretário. Foi exactamente isto que a Sra. Secretária disse, conforme constará no Diário desta sessão. Sendo assim, Sra. Secretária, então deixe-me que lhe diga que esta casa não tem razão de ser, porque nós reunimo-nos em comissão, discutimos os diplomas, votamos os diplomas em comissão, ponto final, e ninguém se pode abster para Plenário, porque já não há Plenário. Essa desculpa Sra. Secretária, volto-lhe a dizer, foi pior do que a Sra. Secretária pura e simplesmente não tivesse respondido, coisa a que aliás o Governo já nos habituou, ainda agora durante a discussão da interpelação foram imensas as perguntas que nós fizemos e ficaram sem resposta. Era só mais uma. Agora, essa resposta vinda de uma governante, duma responsável política desta Região e dentro desta casa é absolutamente inaceitável, mais uma vez.

Muito obrigada.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Retórica! O relatório está aí para quem quiser ler.

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

***Deputada Cláudia Cardoso** (*PS*): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para mais um ou dois esclarecimentos no âmbito desta discussão.

Começando, talvez, pela Deputada Zuraida Soares, embora essa questão tenha sido directamente colocada ao Governo e não a mim, e não ao Grupo Parlamentar, mas eu penso que também era importante deixar aqui um esclarecimento.

Aquilo que está dito no texto, nos considerandos da revogação da portaria, Sra. Deputada – se bem leio – é que esta iniciativa foi apresentada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não que foi aprovada. Portanto, estamos aqui com uma discussão lateral que obviamente não faz sentido. Ela foi efectivamente apresentada pelo proponente na Assembleia e em comissão.

Deputada Zuraida Soares (BE): O estabelecido no projecto.

A Oradora: Não vejo em nenhum sítio - e é apenas uma frase – em que tenha sido aprovada. Desculpe. “Considerando o estabelecido no projecto”, o estabelecido no projecto apresentado, mas não necessariamente aprovado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é aprovado! Estabelecido é aprovado?

A Oradora: Desculpe, Sra. Deputada, mas não me pareça que haja aqui nenhuma incongruência da parte do Governo, porque obviamente ele foi apresentado na Assembleia, todos sabemos que o foi e foi também em sede de comissão.

Depois outro aspecto que me parece importante no âmbito dos argumentos que o PSD aqui expendeu. Tem a ver com a questão da própria portaria.

A portaria designava como critério que uma das condições previstas era a empregabilidade. Se esta condição deixa de se pôr é evidente que deixa de fazer sentido que se continue a manter em vigor um critério que naquele momento, para aquele curso em especial não existe empregabilidade. Portanto, Sr. Deputado parece-me também que foi isto que faltou dizer na sua intervenção e que faz toda a diferença no cômputo geral das questões.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores disseram que era o contrário.

A Oradora: Depois há uma pergunta que eu tenho que fazer ao PSD, que preciso de esclarecimentos. Qual foi a iniciativa que o Partido Social Democrata apresentou nesta Assembleia relacionada com bolsas de estudo ou de formação? Eu desconheço, mas pode ser distração minha.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não existe!

A Oradora: Finalmente Sr. Deputado Rui Ramos, fala nas alterações que faz em sede de Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado Rui Ramos (PS): Sugestões.

A Oradora: E eu não me estou a recordar exactamente de nenhuma proposta de alteração, particularmente nos diplomas das bolsas. Portanto, Sr. Deputado, a única coisa de que me estou a lembrar é de uma permanente abstenção, com reserva para Plenário que tem sido a prática do PSD em sede de Comissão de Assuntos Sociais. Se é disso que está a falar, eu gostava que me esclarecesse.

Presidente: Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se nos entendemos em relação a esta questão, porque esta questão...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora é que vai ficar tudo esclarecido.

Deputado Francisco César (PS): Vamos ver se já chegou.

Deputado João Costa (PSD): Há quem ainda não tenha chegado.

O Orador: É verdade! Porque a Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão na questão que levantou. Os senhores deveriam ter humildade democrática de considerar de que não é correcto fazer referência a uma iniciativa que ainda não foi aprovada por este Plenário. Mas isto é tão evidente que de facto não vem mal ao mundo em relação ao procedimento, porque estamos a falar não no conteúdo, mas em relação ao procedimento. O procedimento não está correcto e todos nós que temos experiência parlamentar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É a sua opinião.

O Orador: ...e qualquer pessoa com o mínimo de senso comum e de lógica, evidentemente reconhece que não é um procedimento correcto.

Portanto, a partir do momento em que não se aceita de facto aquilo que é evidente, aquilo que foi estabelecido por alto, que ainda não foi aprovado...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Claro que não foi.

O Orador: ...nem tinha sido discutido nem aprovado neste Plenário, não é correcto. Portanto, estamos aqui de facto a cair num erro de um procedimento que não foi correcto por parte do Governo Regional e a única coisa era fazer-se esta chamada de atenção, porque faz todo o sentido, tendo em conta quais são as nossas competências e a dignidade do Parlamento e o incidente ficaria por aqui, reconhecer de facto que não era um procedimento que se deva fazer. Aliás, eu não me lembro do Governo

Regional o ter feito em qualquer outra situação anterior. Se não o fez é porque não o considera correcto. Também espero que não o venha a fazer de futuro, porque não é correcto. Isto é do senso comum.

Portanto, estamos perante uma posição que ainda é pior do que o erro inicial que é estar a defender aquilo que não é possível defender, porque vai contra o senso comum e vai contra a prática parlamentar legítima. Isto parece-me evidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação da Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Queria pedir um intervalo regimental de 10 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado. Regressamos às 16 horas e 35 minutos.

(Eram 16 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 16 horas e 47 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, prosseguindo na nossa agenda com o **Projecto de Resolução n.º 30/2010 – “Regulamentação da atribuição de bolsas de estudo complementares, previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/A”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos globais são os mesmos do diploma anterior, passando agora o BE como proponente a ter direito a 25 minutos.

Tem a palavra o BE para apresentar o diploma.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós partimos do princípio que este nosso Projecto de Resolução é cristalino como água nos seus objectivos e quase que nos apetecia dizer que competirá mais ao

Governo justificar porque é que desde Maio de 2008 ainda não fez a regulamentação que agora o Bloco de Esquerda, através deste Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que faça, do que propriamente ser o Bloco de Esquerda a justificar esta recomendação.

Na realidade o nosso Projecto de Resolução recomenda ao Governo Regional que regule as bolsas de estudo complementares destinadas a alunos que frequentem cursos superiores, cujos perfis de saída correspondam a profissões em que o mercado de trabalho laboral seja carente nos Açores, previstas nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo primeiro e dos artigos terceiro e sétimo do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008, que tem por título “Sistema complementar de apoio à frequência de estudos pós secundários e superiores”.

Esta nossa recomendação tem por base o interesse da educação e da juventude para a Região, bem como a prosperidade do mercado de trabalho dos Açores. E como muito bem reconheceu a Sra. Secretária Regional do Trabalho em sede de comissão (embora sejamos suspeitos porque ser juiz em causa própria é sempre mais fácil) trata-se dumha iniciativa oportuna uma vez que o Decreto Legislativo Regional em causa data de Junho de 2008 e ainda não foi regulamentado. Estamos de acordo, Sra. Secretária. É exactamente por isso que tomamos a iniciativa deste Projecto de Resolução.

Estranho é (e já agora avanço nesta apresentação se o Sr. Presidente me permite, porque estamos a poupar tempo) que sem nada que o pudesse fazer prever após esta anuência e reconhecimento da oportunidade desta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda feita pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, sem nenhum tipo de argumentação pelo menos que conste deste parecer, o Partido Socialista, o partido maioritário, reprove esta iniciativa legislativa cuja regulamentação é bom lembrar, recai (entre outras coisas) exactamente em alguns dos considerandos e das preocupações do Projecto de Resolução do CDS, que agora mesmo, por unanimidade, acabámos de aprovar, nomeadamente a publicação anual da listagem dos cursos susceptíveis de concessão de bolsa, assim como a definição do número de bolsas a atribuir em cada ano. Para nós é no mínimo estranho, para pouparmos nos adjectivos, que o mesmo tipo de aceitação da justeza e da oportunidade do Projecto de Resolução que todos reconhecemos e acabámos de

aprovar, o do Bloco de Esquerda, pelo contrário, reconhecida a sua oportunidade seja chumbado pela maioria parlamentar. São os mistérios que a teia do império tece, provavelmente, ou outras teias que nós teremos oportunidade de ouvir, conhecer e reconhecer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda realmente recebeu votos favoráveis do Partido Socialista em reunião de comissão em Janeiro deste ano, por um principal motivo. O Bloco de Esquerda por um lado recomendou em Setembro de 2010 que fosse regulamentada a atribuição de bolsas de estudo previstas no DLR n.º 17/2008/A, de 15 de Junho, mas em Janeiro do corrente ano deu entrada um projecto de DLR sobre o mesmo diploma, propondo uma nova redacção para um dos artigos que propunha a sua regulamentação, ou seja, a sua revisão. O seu Projecto de Resolução de alguma maneira já recebe alguma resposta do próprio Bloco de Esquerda num outro diploma que ainda não deu entrada para debate neste Plenário, mas que já está em comissão.

Portanto, é esse o principal motivo e é realmente estranho que o Bloco de Esquerda faça propostas ao seu próprio projecto.

Não é de estranhar a posição do Partido Socialista quanto à coerência em relação à necessidade de rever o sistema de atribuição de bolsas. Ela está mais do que patente no projecto de decreto legislativo, que como referi há pouco deu entrada, ou se não deu entrada, já foi apresentado publicamente, em que se pretende redefinir o regime de atribuição de bolsas na Região Autónoma dos Açores, onde está com certeza também patente a regulamentação que o Bloco de Esquerda propõe no seu Projecto de Resolução.

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta da posição da Representação Parlamentar do PCP relativamente à proposta do Bloco de Esquerda que a Câmara está a apreciar. O voto do PCP vai ser favorável. Aliás esta questão da falta de regulamentação deste tipo de bolsas é perfeitamente incompreensível e ao longo desta legislatura também já tínhamos tido oportunidade de questionar o Governo sobre esta questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho tem a palavra.

***Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente o que me parece e que é importante que fique explicitado é que em determinado contexto aquilo que eu disse em comissão mantenho e não retiro nenhuma dessas palavras. Pareceu-me importante esta resolução, pareceu-me também que era legítima a preocupação do Bloco de Esquerda, todavia, inesperadamente, o contexto alterou-se significativamente, porque parece-me que a entrada do projecto de Decreto Legislativo Regional que vem propor a alteração ao 17/2008/A prevê exactamente a mesma coisa de que a resolução proposta pelo Bloco de Esquerda. Portanto, fica sem efeito atendendo ao facto de que o mesmo Bloco de Esquerda passado algum tempo vem querer alterar o diploma anterior por um diploma de igual valor legislativo. Nessa medida o Governo até percebe porque é que a bancada do Partido Socialista tem esta atitude e portanto não há outra interpretação quanto a isto. O Governo está de acordo de que este diploma, que este projecto de resolução, perde todo o seu significado atendendo a que o mesmo partido umas semanas depois propõe à Assembleia Legislativa Regional alterar o 17/2008/A, e portanto parece-me que...

Deputado João Costa (*PSD*): Isso não estraga a redacção do despacho que revoga a Portaria.

A Oradora: Sr. Deputado ouça com atenção, veja bem porque eu não reajo a esse tipo de coisas. Já perceberam que não. Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não reage, mas já reagiu.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

***Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto muito do que eu tinha para dizer já foi aqui dito, sinteticamente. Provavelmente vou alongar-me um pouco mais para não ser mal interpretado e tentar ser claro. Obviamente vou fazer um histórico resumido tanto quanto possível desta questão das bolsas.

Em 2008 a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou por unanimidade uma proposta do Governo que resultou no Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/A. Esse Decreto Legislativo Regional carece de uma portaria regulamentar que nunca foi publicada em dois anos. Isso é um facto indesmentível e o que o Bloco de Esquerda pretende neste momento - e bem, neste aspecto - é suprir esta lacuna, que foi aliás reconhecida pela Sr. Secretária em sede de comissão.

Então o que é que faz o Bloco de Esquerda? Apresenta este Projecto de Resolução visando que seja publicada a tal portaria em falta. Até aqui tudo bem. Fá-lo em 17 de Setembro de 2010 e após prorrogação de prazo este diploma é fechado na Comissão Permanente de Assuntos Sociais no dia 18 de Janeiro de 2011.

Entretanto, no dia 12 de Janeiro de 2011, ou seja, seis dias antes deste Projecto de Resolução fechado na comissão, o Bloco de Esquerda faz entrar um Projecto de Decreto Legislativo Regional que altera o 17/2008/A. Ainda antes do limite temporal para a comissão se pronunciar sobre a outra iniciativa que é este Projecto de Resolução que está hoje em debate.

O que é que acontece neste momento? A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em sessão Plenária, reúne para discutir e votar este Projecto de Resolução para criar uma portaria que falta. Tudo bem.

O que é que acontecerá a seguir? A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores voltará a reunir, eventualmente no espaço de um mês ou de dois meses, para discutir o Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado também pelo Bloco de Esquerda, que faz alterar também o diploma de origem e que terá que ser obviamente regulamentado através de portaria. Portanto, nós não percebemos muito bem o que é que o Bloco de Esquerda pretende exactamente.

Quanto à resolução em análise, concretamente, a Portaria que o Decreto Legislativo Regional 17/2008/A, do qual ele carece - e o BE esteve bem no nosso entender - o BE revelou de facto iniciativa e sentido de cooperação e espírito construtivo com esta iniciativa e disso não temos a mínima dúvida. Aliás, são esses os valores com que

também tentamos pautar a nossa acção política e sabemos reconhecê-los nos outros quando é o caso.

Mas obviamente que as duas iniciativas do Bloco Esquerda – esta que é hoje discutida e a outra que está pendente – conflituam no nosso entender e terá que ser o Bloco de Esquerda, com boa vontade política que certamente não faltará à Sra. Deputada Zuraida Soares, a esclarecer esta Câmara e a esclarecer os açorianos em geral sobre o que é que o Bloco de Esquerda pretende exactamente com estas duas iniciativas em paralelo, qual é o modelo que advoga para as bolsas de estudo. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD irá votar a favor deste Projecto de Resolução. Aliás, vai de encontro àquilo que se ambiciona e que se quer que é a regulamentação das bolsas de estudo da Região. No entanto, nós não deixamos de achar alguma estranheza de ter sido apresentado o Projecto de Resolução e posteriormente ter sido apresentado um Projecto de Decreto Legislativo Regional.

No entanto, estamos neste momento a debater o Projecto de Resolução e por isso nós vamos votá-lo favoravelmente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico irá votar favoravelmente este Projecto de Resolução, porque concordamos com os considerandos. De facto, vivemos uma situação económica e social difícil e é necessário dar condições às famílias no sentido de permitir que os seus filhos, os jovens açorianos, tenham possibilidade de frequentar e de concluir os estudos universitários.

Também consideramos que é de facto fundamental que a regulamentação da legislação que é criada seja mais célere e que depois a legislação que é aprovada neste Parlamento seja também eficazmente colocada a funcionar, do ponto de vista prático, para aqueles a quem se destina, para aqueles para quem se orientam.

Portanto, nesse sentido, consideramos que esta iniciativa do Bloco de Esquerda faz todo o sentido, é justa e dadas as circunstâncias, é cada vez mais premente. Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Haver se eu sou capaz de explicar aquilo que está em causa e que pelos vistos justifica o chumbo da bancada maioritária e alguma confusão legítima da parte de alguns Srs. Deputados.

No nosso Projecto de Resolução apresentado em Setembro de 2010 nós propomos a regulamentação do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008 prevista nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo primeiro e dos artigos terceiro e sétimo do referido Decreto. Pegando no Decreto e sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento da tal regulamentação que o Decreto, ele próprio, exige, ela consta do artigo sétimo logo a partir do número 3 que diz “a determinação das profissões ilegíveis é feita por Portaria conjunta dos Membros do Governo Regional competentes em matéria de emprego e da área funcional em que a profissão se insere” (coisa que ainda estamos todos à espera) e a Portaria que estamos a referir-nos deve estabelecer a designação genérica, o perfil profissional e o nível de formação profissional dos profissionais a abranger, o número máximo de bolsas a conceder em cada ano e número de anos durante as quais a candidatura será aberta e o prazo de candidatura. Ponto final.

No nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional aquilo que nós propomos de alteração no artigo sétimo é ao ponto um, que não está em causa no que diz respeito à regulamentação; o ponto dois, que também não está em causa relativamente à regulamentação; o ponto quatro, já cai na regulamentação, mas o que nós fazemos é aditar um novo critério, um outro critério de que este Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008 carece, que são os critérios subjacentes à avaliação da situação sócio económica do agregado familiar dos candidatos a abranger.

Nós não vemos onde é que está a contradição. O que nós fazemos com o Projecto de Decreto Legislativo Regional é convidar o Governo a acrescentar aos critérios, aos itens que ele próprio já aceitou através deste Decreto Legislativo Regional, aprovado nesta casa em Maio de 2008, aos quais não voltou a ligar porque nenhuma

recomendação foi feita. Entretanto passaram-se dois anos e muitas coisas também aconteceram nesta Região e no país e o aditamento desta avaliação da situação sócio económica parece-nos da mais elementar evidência e justiça à luz do contexto actual vivido nesta Região. Qual é a contradição? Por um lado nós pedimos ao Governo que regulamente, cumprindo assim uma obrigação sua, que aliás a tem desde Maio de 2008, e na outra iniciativa, já deste ano, dizemos ao Governo que junte aos critérios que já lá estão um novo, que é a avaliação da situação sócio económica. Não quisemos com isso nem interferir na liberdade de regulamentar do Governo Regional, quisemos pelo contrário dar um contributo a que essa regulamentação pudesse cobrir o maior número possível de variáveis sobretudo aquelas que mais penalizam, nomeadamente a condição sócio económica dos jovens que pretendem as bolsas. Se isto é uma contradição, Srs. Deputados, provavelmente o erro é nosso, mas nós não o vemos em lado nenhum. Havendo vontade de por um lado de regulamentar e por outro lado de conceder, o novo critério faz sentido nesse Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, a Sra. Deputada citou e bem a proposta do DLR que deu entrada e que ainda não foi aprovada neste Plenário e referiu o número três, mas também referiu o número quatro, alínea a), onde se propõe que os critérios de avaliação da situação sócio económica do agregado familiar dos candidatos a abranger. Eu relembro que esta alínea prende-se também com a referida Portaria a que se refere o número anterior, o tal número três. Só que eu recorro as palavras que a senhora há pouco utilizou neste Plenário, quando disse que nós não podemos antecipar aquilo que ainda não está aprovado em Plenário. O seu DLR do Bloco de Esquerda ainda não foi aprovado em Plenário. A senhora já está a pressupor que o Governo iria incorporar o conteúdo do DLR que não ainda não aprovámos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Extraordinário!

A Oradora: Quase citando as mesmas palavras, o estabelecido no seu projecto de DLR ainda não foi aprovado nesta casa. Logo, há aqui uma contradição entre aquilo

que o Bloco de Esquerda propõe no Projecto de Resolução e aquilo que o Bloco de Esquerda já começou a pensar no que seria o conteúdo da Portaria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então para que existe esta casa?

A Oradora: O Partido Socialista ainda tem a acrescentar que entretanto o seu Projecto de DLR propõe a revogação do 17/2008 e sendo assim não faz sentido nenhum aprovar o Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares devolvo-lhe a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta tem piada, realmente! Tem imensa piada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah tem, tem!

A Oradora: Porque ainda agora não houve escândalo nenhum – bem pelo contrário – uma aprovação antecipada em sede de comissão duma proposta legislativa do CDS. Mas agora cai o “carmo e a trindade”, porque eventualmente o Bloco de Esquerda está a supor. Ainda agora não estávamos a supor nada, está escrito na Portaria assinada pela Sra. Secretária Regional, não é um supor, é uma Portaria, é um documento oficial. Portanto, o Bloco de Esquerda não está a pensar coisa nenhuma, longe de nós pensar que a maioria parlamentar vai aprovar uma proposta legislativa do Bloco de Esquerda. Não pensámos, não senhor! Até nos ficaria mal pensar uma coisa dessas e na realidade continuamos a não entender onde é que está a contradição.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Está no documento.

A Oradora: Mas, meus senhores, a maioria vence, como é evidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Vence, não: venceu!

Presidente: Não tenho mais inscrições. Vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos **Petição n.º 3/2010 – “Contra a instalação na Rua de Lisboa do edifício pretendido edificar pelo Grupo Pestana, contra a localização da central de camionagem de Ponta Delgada e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade”**, apresentada por Silvério Manuel de Sousa, na qualidade de primeiro subscritor.

Dou a palavra ao relator da Comissão de Política Geral para apresentar o respectivo relatório.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer à Petição n.º 3/2010 “Contra a instalação na rua de Lisboa do edifício pretendido edificar pelo Grupo Pestana, contra a localização da central de camionagem de Ponta Delgada e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade”

I

INTRODUÇÃO

No dia 14 de Abril de 2010, o cidadão Silvério Manuel de Sousa, apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição subscrita por 358 cidadãos, “Contra a instalação na rua de Lisboa do edifício pretendido edificar pelo Grupo Pestana, contra a localização da central de camionagem de Ponta Delgada e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade”.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer até ao dia 28 de Junho de 2010, cujo prazo foi prorrogado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sucessivamente até ao dia 14 de Junho e 16 de Outubro de 2010.

II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos do artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se que estão cumpridos os requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida, embora o objecto desta não se encontrar muito claro.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir o primeiro subscritor da petição, tendo em vista clarificar o sentido da mesma, bem como a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e solicitar toda a informação útil sobre o processo existente naquela Autarquia.

A solicitação da Comissão de Política Geral, a Câmara Municipal de Ponta Delgada enviou as peças desenhadas, bem como os documentos que instruíram o pedido de licenciamento dirigido pelo promotor à Câmara Municipal de Ponta Delgada, os quais fazem parte integrante do presente Relatório e estão depositados nos competentes Serviços da Assembleia Legislativa, atendendo á sua dimensão.

1. Audição dos Peticionários

A audição dos representantes dos peticionários teve lugar no dia 12 de Outubro, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, tendo comparecido o Senhor Silvério Manuel de Sousa.

O Presidente da Comissão começou por explicar que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, clarificando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar a petição formulada pelos cidadãos subscritores, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

O primeiro subscritor disse que esta petição foi despoletada por questões de cidadania

e nada tem a ver com objectivos partidários. Ela visa, no entender dos seus subscritores, manifestar a opinião de muitos cidadãos - quer residam na área circundante, quer os que circulam por aquela zona - contra a edificação de um “edifício descomunal e contra a situação de favorecimento da construção da Central de Camionagem no mesmo sítio, porque aquele espaço é classificado pelo PDM como de média densidade e o projecto ultrapassa os índices indicados”.

Considerou que aquele edifício se tornaria numa barreira arquitectónica e que a conjugação da sua volumetria com a concentração dos autocarros, iria provocar danos na saúde das crianças das creches que ali se situam, bem como nos cidadãos.

O Deputado Pedro Medina, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, que participou na reunião, considerou que se a petição a favor da construção da central de camionagem, também em apreciação nesta Comissão, era pouco clara e pouco fundamentada, a presente é perigosa porque se forem cumpridos os princípios legais para a construção do edifício ele seria construído, contribuindo para mais betão na cidade, sem espaços de lazer para a população como tem acontecido. Deu o exemplo do sucedido na Calheta do Pêro de Teive, cuja edificação veio prejudicar o ambiente. Perigosa ainda, porque criar-se-ia um precedente, e qualquer privado poderia adquirir um terreno e promover um projecto imobiliário que seria autorizado pela Câmara Municipal, agravando ainda mais a densidade de ocupação dos solos.

Acrescentou que a zona precisa de ser dinamizada, mas levantam-se algumas questões no âmbito ambiental, da saúde pública e da fluidez de trânsito, apontado o antigo Matadouro de Santa Clara como o sítio ideal para se construir a central de camionagem da cidade. Para o actual espaço do Clube União Sportiva defende a abertura de um corredor viário para desafogar o trânsito na cidade, entendendo que a central de camionagem é uma questão acessória neste processo.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, considerou que a localização de uma central de camionagem, logo a seguir aos aterros sanitários, era uma questão sempre polémica quando instalada na malha urbana histórica e que era

óbvio que surgissem cidadãos preocupados com a condução deste processo.

O Deputado José San-Bento criticou, ainda, a forma geral como a Câmara de Ponta Delgada conduziu todo o processo ao longo do tempo, quer do ponto de vista da relação com o promotor, quer especialmente com os munícipes de Ponta Delgada.

De seguida perguntou se os peticionários tinham conhecimento de algum estudo técnico sobre a localização, bem como sobre o tráfego rodoviário e o impacto ambiental de tal medida, a fim de garantir transparência na condução deste processo.

O Deputado Cláudio Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD, interveio para dizer que reconhece a necessidade da construção de uma central de camionagem com benefício para a zona oeste da cidade, a qual até pode ser edificada noutra local, desde que aquele equipamento contribua para a dinamização comercial da área e possa obstar à desertificação da zona poente, contribuindo para a qualidade de vida dos munícipes.

Em resposta, o peticionário entende que a construção daquele edifício não é compatível com o ambiente construído circundante, como seja o Coliseu Micaelense, Convento da Esperança, Igreja de S. José e demais património histórico daquela zona, dado o aumento do volume de tráfego, agravaria a preservação daqueles imóveis.

Por outro lado, não se conhece o estudo de impacto ambiental, bem como o estudo de circulação viária, pelo que considera que a Câmara Municipal não está a agir em defesa do Património mas sim a afastar as pessoas do Centro Histórico da cidade.

A construção daquele imóvel provocaria um grande congestionamento de tráfego naquele sítio e ficariam a perder não só os seus moradores, bem como todos os comerciantes daquela zona.

Audição da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Na audição que teve lugar no dia 12 de Outubro, na Delegação da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que se fez acompanhar do Senhor Vice-Presidente, José Manuel Bolieiro e do Senhor Vereador José Medeiros, começou por dizer que a estratégia de mobilidade adoptada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada para a cidade, desde 2002 assenta nas seguintes prioridades:

1. Criação duma rede de mini-bus na malha urbana da Cidade para ligar os parques periféricos e os bairros das zonas de expansão ao centro da cidade;
2. Construção de parques gratuitos na periferia da Cidade para estacionamento de longa duração;
3. Construção de estacionamento pago no Centro da Cidade para estacionamento de elevada rotação;
4. Construção duma Central de Camionagem no Centro de Ponta Delgada por não haver transporte intermodal e por ser tecnicamente inviável o transbordo de autocarros grandes para miniautocarros.

A construção da Central de Camionagem não sendo um equipamento indispensável à política de mobilidade e de transportes públicos, é contudo importante para os utentes, pelo conforto que traz a todos quantos têm que esperar pelas carreiras interurbanas ao longo da Avenida Marginal de Ponta Delgada.

Com vista a concretizar esta estratégia, no primeiro mandato foi implementada a rede de mini autocarros, que tem sido e continuará a ser sucessivamente aperfeiçoada, desenvolveu-se o estudo prévio da rede urbana de parques de estacionamento integrados e iniciou-se a construção do parque subterrâneo de S. João.

No segundo mandato, concluiu-se o Parque de S. João e criaram-se novas zonas de estacionamento de superfície, desenvolveu-se o estudo técnico de estacionamento subterrâneo da cidade e avançou-se para a execução do Parque Avenida.

No mandato actual, pretende-se avançar para a construção da Central de Camionagem de Ponta Delgada, considerando a conclusão de outras intervenções prioritárias e os

estudos técnicos que foram entretanto desenvolvidos para o efeito.

Os estudos técnicos realizados apontam para a vantagem de construção da Central de Camionagem na zona poente da cidade por uma questão de distribuição de tráfego mas também para conferir equilíbrio urbanístico e maior centralidade económica à zona poente da Cidade por contraponto à zona nascente onde foram edificados recentemente novos equipamentos. Por isso chegaram a ser equacionadas as possibilidades de construção subterrânea na Praça Gonçalo Velho ou no Campo de S. Francisco, apesar dos custos acrescidos que essas hipóteses implicariam.

Surgiu então a oportunidade de instalar a referida Central num empreendimento privado a desenvolver pelo prestigiado grupo nacional “Pestana” na zona poente da cidade, capaz de valorizar significativamente os terrenos degradados do antigo Estádio Margarida Cabral (Ringue União Sportiva) e assim reabilitar finalmente o núcleo histórico da Rua de Lisboa, Avenida Roberto Ivens e artérias limítrofes.

Este projecto prevê um complexo devidamente enquadrado de apartamentos, comércio de conveniência e serviços e ainda disponibiliza ao Centro Histórico da cidade mais cerca de 200 lugares de estacionamento, desde logo com vantagem para a população residente mas também para os utentes do Coliseu Micaelense.

O piso térreo do referido empreendimento poderá ser adquirido pela Câmara Municipal, mediante avaliação de peritos oficiais, para instalação da Central de Camionagem, constituindo uma excelente oportunidade para Ponta Delgada pelas vantagens evidentes que apresenta.

Desde logo, o investimento municipal será assim substancialmente inferior ao que seria necessário para a construção subterrânea da Central.

Além disso, o projecto previsto e a localização proposta oferecem garantias de conforto e funcionalidade para um equipamento público ao serviço das pessoas, com a facilidade de acesso imediato ao Centro Histórico da cidade e, assim, ao comércio, aos serviços e às escolas.

A solução encontrada não congestionará o trânsito automóvel na Rua de Lisboa de acordo com as soluções propostas pela empresa “Tis” que tem desenvolvido vários estudos de tráfego em Ponta Delgada e proposto soluções muito eficazes. De entre elas sublinha-se a solução de tráfego e de acesso ao Parque Atlântico que, ao contrário das vozes críticas do costume, se revelou absolutamente adequada.

O acesso dos autocarros à Central decorrerá exclusivamente pela Avenida Roberto Ivens, com facilidade de origem e destino para as diferentes zonas da ilha, as entradas e saídas da Central serão facilitadas por um sistema próprio de semaforização e não se irá retirar o estacionamento à superfície na Rua de Lisboa.

Na opinião da Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a construção da Central de Camionagem na Rua de Lisboa apresenta as seguintes vantagens:

1. Melhorar as condições de conforto dos utilizadores dos transportes públicos colectivos;
2. Contribuir para a reabilitação e revitalização do Centro Histórico de Ponta Delgada;
3. Fomentar a circulação de pessoas numa dos principais eixos comerciais da Cidade, Largo 2 de Março, Rua Marquês da Praia e Rua Machado dos Santos;
4. Criar uma nova centralidade na zona poente da Cidade que se encontra social e economicamente descompensada e despovoada depois da deslocalização do Hospital e da saída de serviços públicos localizados no Campo de S. Francisco .

O projecto tem o parecer favorável de diferentes entidades com excepção da Direcção Regional da Cultura, apesar de estar de acordo com o Plano Director Municipal de Ponta Delgada e respeitar os requisitos em termos de salvaguarda patrimonial da envolvente ao Coliseu Micaelense.

Caso as imposições daquela Direcção inviabilizem a rentabilidade do empreendimento e não seja possível instalar a Central de Camionagem naquele local quem perde são os cidadãos que utilizam transporte públicos que farão o seu próprio juízo sobre todo este processo.

Para acompanhamento e garantia de total transparência deste processo a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a constituição duma “Comissão de Acompanhamento” já aprovada que inclui membros da Câmara, membros de todas as forças políticas representadas na Assembleia e Técnicos especializados.

A crise financeira que domina a actualidade económica e financeira do nosso País e a consequência das medidas de austeridade anunciadas para as Autarquias locais determinarão as prioridades de investimento em Ponta Delgada, sendo certo que a construção da Central de Camionagem não é uma emergência para a vida da cidade.

Recorde-se que o Governo da Republica deve 2 milhões de euros à autarquia de Ponta Delgada desde 2009, infligiu cortes nas autarquias de 100 milhões de euros em 2010, cabendo 600 mil a Ponta Delgada e aguardam-se medidas ainda mais restritivas para 2011.

Perante esta situação os investimentos e as prioridades terão necessariamente de ser reequacionados, dando a Câmara Municipal prioridade aos investimentos comparticipados pelos apoios da União Europeia PROCONVERGÊNCIA.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, tomou a palavra para dizer que a Senhora Presidente com a sua longa exposição pretendeu fazer o enquadramento do processo mais do ponto de vista político do que técnico, considerando que este processo tem intranquilizado os cidadãos, dado que a construção da central de camionagem já teve 3 localizações.

Perguntou de seguida se a Câmara Municipal estaria disponível para apresentar com clareza e objectividade os estudos técnicos que fundamentam a opção pela actual localização, bem como os contornos e encargos da estrutura financeira que esta solução acarreta.

Por outro lado, considerou que existe um excesso de planeamento urbanístico,

adiantando que não poderia acreditar que um promotor imobiliário, na fase de elaboração do projecto de arquitectura, contemplando 2 pisos e um reservado à central de camionagem, não tenha obtido um pré-acordo de natureza financeira com a autarquia, lamentando que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tenha pretendido fazer crer o contrário.

O Deputado Pedro Medina, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, interveio para dizer que a posição do seu Partido tem sido moderada e há quem pretenda ver nisso uma colagem à Câmara Municipal, acrescentando que tem sido uma actuação independente, relativamente ao poder e à oposição. Referiu que a posição do CDS relaciona-se com as questões do impacto ambiental, da saúde pública e da fluidez de tráfego e que o interesse colectivo se deve sobrepor aos interesses particulares, não estando satisfeito com a argumentação da autarquia.

Questionou de seguida se aquela opção de localização criaria ou não uma nova centralidade para a cidade e que mais este empreendimento só virá prejudicar as áreas de lazer, comparando-o com o que se passou na Calheta de Pêro de Teive, que nada trouxe de bom para o bem-estar dos cidadãos e que a envergadura daquele edifício provocará constrangimentos. Ficou satisfeito por ouvir a Senhora Presidente informar que este não é um processo prioritário e que estava dependente dos contornos do Orçamento do Estado. Indicou o antigo Matadouro de Santa Clara como a opção mais sensata para a localização da central de camionagem.

A Deputada Piedade Lalanda Gonçalves, do Grupo Parlamentar do PS, na sua intervenção adiantou que, tendo surgido a possibilidade de construção da central de camionagem em resultado de uma parceria público-privada, adoptada pela autarquia, não consegue perceber que o respectivo projecto não esteja concluído e devidamente quantificados os seus custos, porquanto o promotor já adiantou que a área de ocupação para aquele equipamento seria de 3 000m². Por isso, considerou uma contradição a Câmara Municipal, por um lado, adiantar que não tem quantificado o custo, mas por outro lado admitir ter feito abordagens com o investidor privado.

Quis ainda saber a razão pela qual o Município não ter desencadeado a elaboração de

um Plano de Pormenor para a zona oeste da cidade, o que evitaria a necessidade de recorrer à Direcção Regional da Cultura, cujo parecer vinculativo foi negativo.

O Deputado Cláudio Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD, depois de ter manifestado o seu apreço e felicitado a autarquia pelo notório trabalho desenvolvido em Ponta Delgada, disse que entendia bem a enorme complexidade que é ser autarca com poder executivo. Associou-se, por isso, à intervenção da Senhora Presidente da Câmara no que se refere às dificuldades na gestão deste processo e que se estivéssemos à espera de consensos não teria havido o progresso que se conhece em Ponta Delgada.

Das intervenções dos Deputados tinha ficado com a ideia que não havia estudos fundamentados, o que não corresponde à verdade, porquanto ficara a saber nesta audição que a autarquia possui estudos técnicos que fundamentam a opção pela construção da central de camionagem, na zona poente da cidade, criando uma nova centralidade.

A Presidente da Câmara Municipal informou que é normal que a autarquia converse com os promotores de grandes investimentos no Concelho, para que se proceda a ajustamentos de modo informal, enfatizando o facto que este empreendimento não ser uma prioridade para o Município, face ao contexto económico que vive o país e ao facto do Governo da Republica dever 2 milhões de euros à autarquia de Ponta Delgada desde 2009.

Perante esta situação os investimentos e as prioridades terão necessariamente de ser reequacionados, dando a Câmara Municipal prioridade aos investimentos comparticipados pelos apoios da União Europeia no programa PROCONVERGÊNCIA.

IV CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral efectuou as audições entendidas como necessárias, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório.

A Comissão de Política Geral concluiu, por unanimidade o seguinte:

- 1. A matéria objecto da presente petição é da competência municipal, nos termos do disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias, assim como as respectivas competências.**
- 2. Os cidadãos peticionários expressam uma legítima preocupação de cidadania quanto aos eventuais impactos arquitectónicos, ambientais, para a fluidez de trânsito e para a saúde pública decorrentes da construção duma central de camionagem na Rua de Lisboa, na zona poente da cidade de Ponta Delgada, tal como publicamente divulgado.**
- 3. Os cidadãos peticionários desconhecem quaisquer estudos relativos à projectada construção.**
- 4. A Câmara Municipal de Ponta Delgada entende que tal construção melhora as condições de conforto dos utilizadores dos transportes públicos colectivos, contribui para a reabilitação e revitalização do Centro Histórico de Ponta Delgada, fomenta a circulação de pessoas numa dos principais eixos comerciais da Cidade e cria uma nova centralidade.**
- 5. A Câmara Municipal de Ponta Delgada, face aos constrangimentos económicos vividos no actual momento, que impõe pesadas restrições às autarquias locais, entende que o projectado investimento não é prioritário para o concelho de Ponta Delgada, face a estes condicionalismos.**
- 6. Remeter o presente Relatório aos Subscritores da Petição.**

Em consequência, a Petição “Contra a instalação na rua de Lisboa do edifício pretendido edificar pelo Grupo Pestana, contra a localização da central de camionagem de Ponta Delgada e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade” está em condições de ser agendada para debate

em Plenário, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do nº 1 do artigo 192º do Regimento.

Ponta Delgada, 12 de Outubro de 2010

O Relator

António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Pedro Gomes

Presidente: Estão abertas inscrições. Fala um Deputado de cada Grupo ou Representação Parlamentar, por uma só vez, até ao limite de 10 minutos - 192º do Regimento.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria saudar a iniciativa deste grupo de cidadãos e depois tecer algumas considerações que eventualmente servirão também para me dispensar de intervir no ponto seguinte.

A questão da central de camionagem para Ponta Delgada remonta ao princípio da década de 2000. Aliás, foi objecto de profunda discussão por altura das autárquicas em 2001 e ao que me lembro todas as forças políticas concorrentes à autarquia de Ponta Delgada consideraram a importância da existência duma central de camionagem na cidade. As diferenças situavam-se ao nível da sua localização e tanto quanto me recordo apenas e só a Dra. Berta Cabral, que entretanto estava a concorrer à autarquia, indicava como localização dentro da cidade, nomeadamente dentro da zona histórica. Todas as outras forças políticas efectivamente traziam nos seus programas eleitorais a necessidade da construção de uma central de camionagem, ligada a uma rede de transportes urbanos que servisse e que retirasse os autocarros de grande dimensão do centro da cidade.

A autarca do PSD insistiu sempre em continuar a manter dentro da cidade os autocarros e depois fez aquela escolha que todos conhecemos e que me parece que é perfeitamente desadequada, não só pelos incómodos que traria, mas sobretudo até

pelo perigo que encerra fazer a construção de uma central de camionagem numa localização daquele tipo.

É portanto uma teimosia da Dra. Berta Cabral, que ao invés de se preocupar com o bem-estar e com a qualidade de vida das pessoas, e sobretudo até com a dinamização do Centro Histórico da cidade de Ponta Delgada, sobretudo fazendo a requalificação do Centro Histórico para que mais pessoas ali possam viver, uma vez que o centro da cidade está a ficar desertificado, a Dra. Berta Cabral insiste em trazer carros e camionetas para dentro da cidade. É lamentável que a visão autárquica seja esta e ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é a alternativa?

O Orador: A alternativa é uma central de camionagem na periferia da cidade, a poente...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E como é que as pessoas chegam lá?

O Orador: Com uma rede de transportes que vossas excelências sabem que...

Deputado João Costa (PSD): Quem ganhou as eleições?

O Orador: O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a localização ou é, ou será, a nascente, ou a poente, ou a norte e nunca dentro da cidade. É um erro tentar trazer tudo para dentro da cidade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Desistiram da Penha Longa há 3 ou 4 anos.

O Orador: Portanto, é uma visão redutora e simplista que a autarquia e a sua presidente de Ponta Delgada têm sobre o desenvolvimento daquela cidade.

Por exemplo, eu posso-lhes lembrar que a orla costeira de Ponta Delgada que deveria ser de facto objecto de grande preocupação por parte da autarquia, providenciando espaços, caminhos verdes, ciclo vias, um conjunto de equipamentos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o que lá está.

O Orador: Estão onde, Sr. Deputado? Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Portanto, com isso a Dra. Berta Cabral não se preocupa. A Dra. Berta Cabral preocupa-se é com o cimento e com o betão dentro da cidade. Isso sim!

Deputado João Costa (PSD): O melhor é não dizer com que é que o senhor se preocupa.

O Orador: O que me parece que não é o melhor caminho para termos uma cidade com qualidade de vida.

Deputado João Costa (PSD): Tipo Almada ou Setúbal, não é?

O Orador: Não é uma cidade igual a qualquer outra cheia de betão. É uma cidade que dê qualidade de vida aos seus cidadãos e isso a Dra. Berta Cabral não quer fazer. Essa é uma visão profundamente errada. Aliás, outras cidades da Europa já há muito tempo que abandonaram o modelo de desenvolvimento urbano e a Dra. Berta Cabral continua atrás de um modelo que está a cair em desuso. Aliás, o PSD está a cair em desuso. Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados! A Sra. Deputada Zuraída Soares está no uso da palavra.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostava de fazer uma saudação em triplicado a propósito desta petição. Queria saudar primeiro, em nome do Bloco de Esquerda, os proponentes evidentemente pelo exercício de cidadania a que se propuseram e pela vontade de participação na construção da sua cidade.

Saudar também o teor da petição e as razões aduzidas para se manifestarem contra o projecto de construção de uma central de camionagem bem no coração da cidade de Ponta Delgada.

Finalmente, saudar o facto de tudo ter ficado na mesma, ou seja, a Rua de Lisboa ficou a salvo da gula de alguns.

Finalmente não uma saudação, mas um comentário menos agradável para o facto da senhora presidente da cidade de Ponta Delgada ter dito e ter reafirmado, no momento em que o debate desta construção era mais quente, estava mais na ordem do dia, que ou a central de camionagem era naquele local ou então não havia central para ninguém. É um facto. Nem foi naquele local, nem há central para ninguém.

Quem perde no caso concreto são os munícipes de Ponta Delgada e portanto a senhora presidente faria bem em rever o seu acto de chantagem pouco edificante do ponto de vista político e cívico, porque a central de camionetas é de facto uma

necessidade naquela cidade e tem tanto local a que recorrer, que se fizer um esforço, de certeza que não terá de colocar esta central mesmo no centro da cidade, como muito bem explicaram os peticionários da petição que agora estamos a analisar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos exactamente às 18 horas. Até já.

(Eram 17 horas e 28 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo agradecia que reocupassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 07 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Estávamos na discussão, no debate acerca da petição contra a central de camionagem de Ponta Delgada, sita à Rua de Lisboa.

Já intervieram os Srs. Deputados Aníbal Pires e Zuraida Soares. Neste momento não tenho inscrições. Portanto, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só uma intervenção rápida, mas gostaria de facto de ressaltar alguns pontos.

Em primeiro lugar saudar a iniciativa deste grupo de cidadãos pelo facto de terem este acto de cidadania activa e que está devidamente consagrado no nosso Estatuto Político Administrativo.

Queria também corrigir a questão da petição, porque falou-se muito na central de camionagem, mas gostaria de lembrar que esta petição tem como objectivo a manifestação desse grupo de cidadãos contra a edificação na Rua de Lisboa, do edifício pretendido edificar por um grupo privado contra a localização da central de camionagem e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade.

Queria também dizer que não existe de facto nenhuma sustentação, seja a nível técnico, seja a nível sócio económico, para que a localização, nomeadamente da central de camionagem, seja efectuada naquele local. Tentamos sempre acompanhar este processo, nunca foram prestados esclarecimentos em relação ao mesmo, seja através da própria Assembleia Municipal, seja através da constituição duma comissão de acompanhamento que foi deliberada em Assembleia Municipal (e da qual também faço parte) e até hoje não sabemos os desenvolvimentos deste processo. Nenhum esclarecimento foi prestado.

A única situação, que foi mencionada pela senhora presidente de Câmara em audição na Comissão de Política Geral, foi que exactamente este projecto tem o parecer favorável de diferentes entidades, com excepção da Direcção Regional da Cultura. É o único parecer que foi transmitido e não pela via correcta, ou seja, pela via desta mesma comissão de acompanhamento.

Portanto, da nossa parte estamos muito serenos em relação a todo este processo, sempre estivemos desde o princípio. Fizemos referência também na última campanha autárquica que esta construção ou esta central de camionagem deveria ficar mais afastada do Centro Histórico, nomeadamente propusemos a zona do matadouro de Santa Clara, pois também não podíamos concordar com a própria localização, até porque as questões de impacto ambiental, as questões da circulação viária não estavam também salvaguardadas. Ficámos sempre a aguardar que esses pareceres chegassem e até hoje também não temos conhecimento da situação.

Queria, para terminar, dizer que quando se fala em revitalização e dinamização do Centro Histórico temos de ver a cidade como um todo e nós, infelizmente, em Ponta Delgada, temos muitos maus exemplos dessa revitalização e dinamização.

Deixava só como exemplo a zona da Calheta de Pêro de Teive, uma zona que poderia ser um *ex-libris* da cidade, tornou-se numa zona morta, uma zona sem dinâmica e onde destruiu-se toda a zona de comércio e a nível de restauração.

Dou só dois exemplos muito práticos: um cidadão que se desloque àquela zona para usufruir dum serviço de restauração, vai lá paga o prato do dia e depois a seguir leva com uma coima de 30 euros; um outro cidadão dirige-se à mesma zona, vai comprar meia dúzia de pregos e depara-se com uma coima de 30 euros.

Portanto, assim não é possível revitalizar nenhum Centro Histórico, assim não é possível dinamizar o próprio comércio e o desenvolvimento harmonioso da cidade. Muito obrigado.

Presidente: Continuam abertas as abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Se não houver mais inscrições damos por encerrado este debate e passamos para a petição seguinte.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

***Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É irrelevante a ordem pela qual eu falo. Tudo o que direi será indesmentível do ponto de vista da apreciação política feita à senhora presidente de Câmara.

Queria começar todavia por desejar um bom ano a todos os colegas, em especial ao Sr. Presidente da Assembleia e também um bom ano ao Governo Regional...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado.

O Orador: ...desejando que continue com uma forma firme, determinada e talentosa a enfrentar as dificuldades e a superar a nossa circunstância que não é das mais fáceis. O célebre general Macbeth, uma personagem inventada pelo genial dramaturgo inglês William Shakespeare...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto está elevado!

O Orador: ...achava que a história era uma charada cheia de sensacionalismos e de exageros e que no fundo não servia para nada.

Em 2011, há adeptas das teses de Macbeth, das teses de que afinal de contas a história não interessa para nada.

Ora o que acontece é que a história interessa muito e quando nós analisamos um processo político, a história tem a sua relevância...

Deputado João Costa (PSD): Está a referir-se ao debate anterior?

O Orador: ...sobretudo quando ignorar a história significa ocultar factos de forma a evitar, assumir os seus próprios erros e as suas enormes e inúmeras incoerências.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Sr. Vereador Artur Lima tenha calma.

O processo de construção duma central de camionagem na cidade de Ponta Delgada resume-se a uma frase muito simples e muito directa: “aquilo que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista saúda todos os peticionários deste texto que chegou ao Plenário e reconhece também toda a legitimidade desses peticionários, dessas centenas de pessoas naquilo que exprimem, como preocupações, como questões que não estão esclarecidas, porque de facto eles têm razão.

A Câmara Municipal, e particularmente a sua presidente, geriram mal esse processo e acabaram na prática por pedir um cheque em branco às pessoas e às comunidades, particularmente às comunidades que vivem naquela zona da freguesia de São José.

Ora em política, em democracia isso não é justo, isso não deve ser feito, essa abordagem é antiga, tem a ver com políticos do passado, com tempos do passado e isso tem de ser denunciado.

A construção da central de camionagem já teve quatro localizações distintas. Esta que é referida é a quarta e já esteve para arrancar cinco vezes. Portanto, é uma verdadeira novela de peripécias, de contradições, de ziguezagues e de falta de rigor...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...que dizem muito sobre uma certa gestão autárquica, particularmente a gestão da Dra. Berta Cabral.

Deputado João Costa (PSD): Não é isso que o povo pensa. Há um ano o povo não disse isso.

O Orador: É preciso que se diga de uma forma muito clara, que em todo este processo que teve diversos momentos, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, quer mesmo em termos de esclarecimentos públicos, nunca houve da parte da Câmara Municipal, nomeadamente da sua responsável número um, a capacidade de apresentar estudos técnicos que definissem claramente a localização deste equipamento.

Nem sequer houve uma segunda componente. Não houve também nunca a capacidade de esclarecer o contorno financeiro duma parceria público privada que acabou por ser a forma que a Câmara optou para poder construir essa infra-estrutura.

Portanto, naturalmente que neste quadro as pessoas sentem uma grande inquietação, uma enorme preocupação e tentam por todas as formas fazer valer os seus argumentos, exprimir as suas reivindicações.

É preciso que se diga, que a Câmara Municipal de Ponta Delgada é já famosa pela falta de rigor na gestão das suas obras.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Deputado Berto Messias quando falar da Praça Velha pode usar esse seu discurso.

O Orador: São investimentos anunciados de 8 milhões que afinal vão custar 15. São investimentos de 15 milhões que afinal vão custar 29. E da última vez que foi feita uma parceria público privada, por exemplo para a construção do parque de máquinas da Câmara de Ponta Delgada, aquilo que estava previsto acabou por ser objecto de uma derrapagem de 108%. Resultado desta falta de rigor: aquilo que era suposto ser uma renda mensal de 12 mil euros, afinal passou para 25 mil euros. Esta é uma imagem de marca da gestão municipal em Ponta Delgada.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Depois é bom que se diga que a Câmara tem também, infelizmente, um registo negativo - e nós dizemos isso com uma enorme pena e com lamento político - porque aquilo que por exemplo foi feito no Largo de São João é um verdadeiro atentado à história da nossa cidade, é um verdadeiro *bunker*...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A gente sabe quem é que estaciona lá os carros.

O Orador: ...que foi criado no parque de estacionamento de São João.

Ora estas questões estão visíveis aos olhos de todos e naturalmente que esses factos suscitam grande preocupação, uma enorme apreensão e muitas vezes mesmo desconfiança da parte das pessoas e que infelizmente da parte da presidente da Câmara pelo seu estilo, pelo seu temperamento...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Parece que estamos na Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

O Orador: ...pela sua concepção do passado em relação àquilo que são as exigências actuais duma democracia e da necessidade dos poderes autárquicos estarem sujeitos a um escrutínio popular e permanentemente a prestar contas, obviamente que levantam interrogações e dúvidas muito grandes.

Deputado Paulo Estevão (PPM): O que é que isso tem a ver com a petição?

O Orador: E é preciso que se diga que a senhora presidente de Câmara acha que a salvaguarda do património arquitectónico é um constrangimento ao desenvolvimento; considera também que o cumprimento de normas ambientais...

Deputado João Costa (PSD): Isso é na Fajã do Calhau, isso dos impactos ambientais.

O Orador: ...são um entrave burocrático e também evidencia que o planeamento urbanístico é quase uma ciência esotérica.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Ora, com posturas destas é óbvio que as pessoas não estão satisfeitas, é óbvio que as pessoas, antes pelo contrário, ficam muito preocupadas.

É bom que se diga que esta petição representa também aquilo que é o reconhecimento da parte de centenas de pessoas. De facto, os transportes públicos são uma aposta necessária para Ponta Delgada...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É só para Ponta Delgada?

O Orador: ...e na prossecução deste objectivo a construção de uma central de camionagem é um elemento central dessa estratégia. Portanto, esta petição tem também esta leitura que é uma leitura de alerta, uma leitura de optimismo e uma leitura de exigência para aquilo que deve ser feito pela Câmara Municipal.

Infelizmente, nesse quadro, como já referi, com muitos ziguezagues, com muitas contradições, com imensas incoerências, aquilo que se exigia a uma política era que tivesse um sentido moderno, actual da democracia e que não tivesse uma visão ultrapassada, uma visão antiga sobre o desenvolvimento. Aquilo que se exigia, obviamente, era que a autarquia estivesse sempre com uma grande disponibilidade para discutir, para debater e para poder reanalisar esse processo.

Deputado António Ventura (PSD): Bom argumento para a Câmara de Angra.

Deputado João Costa (PSD): Tome nota!

O Orador: A autarquia necessitava de ter outra clareza de opções, uma abertura para esclarecer os munícipes e sobretudo uma transparência processual que infelizmente não se verificou.

Perante estas evidências, perante essa necessidade objectiva de prestar contas, de esclarecer as pessoas, de tranquilizar as comunidades, a Câmara, infelizmente, refugiou-se na sua maioria, não procurou consensos políticos...

Deputado João Costa (PSD): Há quem se refugie em minorias.

O Orador: ...não procurou ultrapassar uma enorme contestação democrática, com o recurso a alguns elementos de natureza tecnocrática que pudessem fazer ultrapassar essas reservas políticas e legítimas que centenas de pessoas manifestaram.

Lamentamos essa postura da Câmara Municipal e também é bom que se diga que esta iniciativa da Câmara de Ponta Delgada serviu também, a páginas tantas, para evidenciar duas coisas interessantes. Uma delas é que a construção da central de camionagem (que já todos perceberam que não vai ser construída naquele local) iria servir para resolver todos os problemas, todas as críticas que a oposição acusa a Câmara; ia servir para dinamizar o comércio tradicional; ia servir para reabilitar o Centro Histórico; ia servir para repovoar o centro da cidade. Era uma verdadeira panaceia para todos os males de Ponta Delgada.

Esta obra serviu também para a senhora presidente de Câmara de Ponta Delgada criar um logro e um embuste que também tem de ser denunciado. Perante a perda de 4% das suas receitas por via de constrangimentos daquilo que resultou da socialização do esforço para ultrapassar a crise do país, que o Governo da República também fez contribuir da parte das autarquias, aquilo que foi feito por parte da senhora presidente de Câmara perante a perda de 4% das suas receitas anuais, foi justificar o adiamento de dezenas obras, de dezenas e dezenas de milhões de investimento. Ora isso diz tudo sobre a falta de rigor e sobre a falta de capacidade em sustentar um desenvolvimento estável, planeado e devidamente orientado para longo prazo.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente da Assembleia.

Por último resta-nos concluir que para a história o que fica é que já não será Berta Cabral e já não será o PSD que vão construir esta importante obra em Ponta Delgada.

Deputado Mark Marques (PSD): Berta Cabral, não! Nessa altura ela será Presidente do Governo. Será José Bolieiro!

O Orador: Será o executivo do Partido Socialista que vai pôr a Câmara em ordem, que vai pagar as dezenas e dezenas de milhões que estão em dívida...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ...e que vai também construir essa central de camionagem e apostar decisivamente nos transportes públicos na cidade de Ponta Delgada, no concelho de Ponta Delgada e na ilha de São Miguel. Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

***Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a pouco alegre intervenção do Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (*PS*): Cruel!

O Orador: ... que sobre a matéria da Petição não disse nada.

Deputado José San-Bento (*PS*): Mentira!

O Orador: Deslumbrou-se com a sua própria voz a procurar nesta câmara a fazer um julgamento sumário da actuação da líder do PSD enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada,...

Deputado Francisco César (*PS*): Fica-lhe tão bem defender a sua líder. Vê-se o gosto que tem nisso!

O Orador: ... aliás, porque esta matéria é a matéria que ocupa a intervenção política, o espírito e as palavras do Sr. Deputado José San-Bento.

O Sr. Deputado José San-Bento e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ficam incomodados pela actuação de Berta Cabral enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, porque este é o poder político no coração do poder socialista nos Açores que faz frente ao poder do Governo Regional e isso incomoda o Partido Socialista.

V. Exa., Sr. Deputado José San-Bento, não resistiu à tentação de ser nesta câmara não um deputado regional como é, não um deputado representante do povo açoriano, mas quis ser, quis vestir a farda e assumir o papel de um deputado municipal discutindo as questões municipais. Não lhe fica bem, Sr. Deputado e sei que V. Exa. tem mais valor do que isso.

O Sr. Deputado fez aqui uma intervenção de desalento político, de incapacidade política, porque V. Exa. ora foi candidato, ora foi mentor de candidaturas do Partido Socialista em Ponta Delgada que nunca lograram vencer, que foram derrotadas nas urnas, que foram derrotadas pelo povo que escolheu um projecto alternativo liderado pela Dra. Berta Cabral. É isso que o incomoda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não pode o Sr. Deputado José San-Bento nem a bancada do Partido Socialista vir aqui neste momento, neste Parlamento Regional, procurar fazer um julgamento da actuação política da líder do Partido Social Democrata enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, porque foi isso que V. Exa. procurou fazer.

O que V. Exa. devia ter vindo aqui dizer era se queria discutir a Petição sobre a central de camionagem de Ponta Delgada, dos peticionários que acham que aquela construção não é adequada à localização que vai provocar conflitos no trânsito, que provoca conflitos no edificado no concelho de Ponta Delgada, na cidade de Ponta Delgada, na zona poente da cidade de Ponta Delgada. Não foi isso que V. Exa. veio fazer.

V. Exa. quis discutir o endividamento municipal, as empresas públicas municipais, a actuação do PSD no município de Ponta Delgada, num exercício de provedoria do desalento político que o Partido Social Democrata tem que assinalar e tem que rejeitar categoricamente neste Parlamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado está a fazer de advogado da Dra. Berta Cabral!

O Orador: Eu não estou a fazer de advogado da Dra. Berta Cabral, Sr. Deputado José San-Bento, porque em Ponta Delgada o melhor advogado da Dra. Berta Cabral são os ponta-delgadenses que nela votaram ao longo deste tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Quero ver se vai usar os mesmos argumentos quando for para a Região!

O Orador: É isso que lhe dói Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Usando a mesma linha de argumentação que o Partido Socialista não se coibiu de usar ao longo dos debates do dia de hoje, gostaríamos de ter ouvido também, sobre a central de camionagem de Ponta Delgada, qual era a solução que o Partido Socialista tinha para propor, porque o que é verdade é que o Partido Socialista, hábil a criticar, rápido a criticar as soluções apresentadas em Ponta Delgada quanto a esta matéria, não foi até hoje capaz de dizer qual é a sua solução para a construção de uma Central de Camionagem.

O Partido Socialista sabe fazer contas, sabe contar até 4, que são as alternativas que o PSD propôs em Ponta Delgada, concertadamente, para a central de camionagem.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não propôs nada!

O Orador: Eu conto, e esta bancada do Partido Social Democrata conta zero, que são as alternativas que o Partido Socialista apresentou em Ponta Delgada para a construção desta central de camionagem...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nem quando V. Exa. foi candidato a presidente de Câmara...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nem quando o seu camarada de partido, ex-deputado ao Parlamento Europeu foi candidato a presidente de Câmara.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é tudo mentira!

O Orador: O que é verdade é que até agora o Partido Socialista também em Ponta Delgada faz a política da crítica fácil e sobretudo do ataque político à líder do Partido Social Democrata só porque é líder do Partido Social Democrata e não porque é Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Isso é falso!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficou claro o que é que o Partido Socialista pretendia com as palavras do Sr. Deputado José San-Bento; ficou claro que sobre a matéria da Petição, o Partido Socialista, para além da crítica fácil, nada tem a dizer ou muito pouco tem a dizer; ficou claro que o Partido Socialista tentou fazer neste Parlamento um julgamento da actuação de uma presidente de câmara, da líder do Partido Social Democrata e candidata a Presidente do Governo Regional, porque essa é também matéria que vos preocupa, e não quis discutir a matéria da própria Petição.

Sr. Deputado José San-Bento deixe-me terminar dizendo-lhe o seguinte:

Numa coisa tem V. Exa. razão e eu estou de acordo consigo. V. Exa. disse que não seria a Dra. Berta Cabral a construir a central de camionagem de Ponta Delgada. Tem toda a razão. Sabe porquê? Porque a Dra. Berta Cabral, em 2012 vai ser Presidente do Governo Regional dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: É saudável esta alegria no trabalho, Sras. e Srs. Deputados, mas temos que prosseguir.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou dar-lhe a palavra com a esperança, depois da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, que me retire desta desconfortável posição de “Presidente de Assembleia Municipal”. Faça favor.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É precisamente esta a minha função neste debate. Eu também considero que o autêntico comício autárquico que o Sr. Deputado San-Bento aqui fez é completamente descontextualizado tendo em conta a casa onde estamos.

O Sr. Deputado San-Bento não teve a capacidade política para conseguir ganhar as eleições, a verdade é essa. Falou muito em história e se olharmos para a história, Sr. Deputado San-Bento, o que nós encontramos é que uma das maiores derrotas eleitorais de sempre que o Partido Socialista sofreu no concelho de Ponta Delgada foi exactamente a sua. Devido à sua história no Concelho de Ponta Delgada, que é uma

nota de rodapé de um derrotado, o senhor não pode reivindicar a condição de prognosticar o futuro, nem tem essa capacidade de prognosticar o futuro, porque o Sr. Deputado o que tem no seu rol do passado é uma grave derrota autárquica.

É lamentável que venha aqui fazer um número de Zandinga dizendo que no futuro é que vai ser, no futuro é que vamos ter outra vitória eleitoral e diz assim: “é a história que legitima esta minha posição”.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: O que a história legitima é que o senhor é um derrotado politicamente e veio aqui fazer um discurso sobre a central de camionagem que é pura e simplesmente a confissão da sua incapacidade para fazer uma oposição credível, porque não tem conseguido obter resultados, porque senão, esses seus discursos, esses seus apelos, essa sua vontade de vencer a Presidente da Câmara já teria resultado. Não o conseguiu na Assembleia Municipal, também, e deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, não é neste Parlamento que o vai conseguir.

Muito obrigado.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): É lamentável, Sr. Deputado!

Presidente: Terminou o debate desta Petição. Passamos à **Petição** seguinte: **a favor da Central de Camionagem.**

Peço ao Sr. Relator o favor de apresentar o relatório.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer à Petição nº 7/2010 “A favor da Central de Camionagem em Ponta Delgada”.

Ponta Delgada, 12 de Outubro de 2010

I

Introdução

No dia 30 de Abril de 2010, o cidadão Luís Paulo Elias Pereira apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição subscrita por 530 cidadãos, uma petição “**A favor da Central de Camionagem em Ponta Delgada**”.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer até ao dia 30 de Junho de 2010, cujo prazo foi prorrogado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sucessivamente até ao dia 30 de Julho e 15 de Outubro de 2010.

II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos do artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

Apreciação da Petição

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos

estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se que estão cumpridos os requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida, embora o objecto desta não se encontrar muito claro.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir o primeiro subscritor da petição, tendo em vista clarificar o sentido da mesma, bem como a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e solicitar toda a informação útil sobre o processo existente naquela Autarquia.

A solicitação da Comissão de Política Geral, a Câmara Municipal de Ponta Delgada enviou as peças desenhadas, bem como os documentos que instruíram o pedido de licenciamento dirigido pelo promotor à Câmara Municipal de Ponta Delgada, os quais fazem parte integrante do presente Relatório e estão depositados nos competentes Serviços da Assembleia Legislativa, atendendo á sua dimensão.

1. Audição dos Peticionários

A audição dos representantes dos peticionários teve lugar no dia 12 de Outubro, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, tendo comparecido o Senhor Dr. Luís Paulo Elias Pereira, como primeiro subscritor.

O Presidente da Comissão começou por explicar que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, clarificando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar a petição formulada pelos cidadãos subscritores, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

O peticionário informou os membros da Comissão que a necessidade de construção de uma Central de Camionagem virá ao encontro dos utentes do transporte público em Ponta Delgada, facilitando maior mobilidade e conforto aos que não têm outros meios de transporte, explicando que o enquadramento desta iniciativa tem a ver apenas com o movimento de cidadania gerado à volta desta questão.

Por outro lado, trata-se de um investimento privado, que permitirá que no rés-do-chão do edifício seja instalado a Central de Camionagem e que a zona poente da cidade ficará mais dinâmica em termos comerciais. Este equipamento colectivo é do interesse público, resultando numa racionalidade económica e financeira, tão necessária nestes tempos de crise.

Relativamente à sua localização, os peticionários entendem que o local escolhido facilitará a mobilidade pedonal das pessoas que se dirigem para o centro de Ponta Delgada, incentivando por isso a Autarquia a viabilizar e a construir a Central de Camionagem, a fim de evitar que os utentes estejam sujeitos às intempéries na Avenida Marginal, o que permitirá que aquela zona da cidade seja atractiva.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, depois de saudar a iniciativa, interveio para dizer que a petição não tem uma formulação de uma clara intenção de acordo com o enquadramento regular de uma petição, cuja ambiguidade coloca algumas dúvidas quanto a alguma acção a desenvolver posteriormente.

De seguida colocou algumas perguntas no sentido de apurar do conhecimento dos peticionários quanto aos estudos técnicos que suportaram a localização escolhida pela Câmara Municipal, bem como quanto aos contornos financeiros que se relacionam com os encargos para o erário público.

Por outro lado, frisou que não era fácil em determinadas polémicas que os eleitos substituem aquilo que apelidou de conflitualidade democrático, sem que se apresentem os fundamentos técnicos que presidem a uma opção.

O Deputado Pedro Medida, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, que participou na reunião da Comissão, congratulou-se com o movimento dos cidadãos em torno da construção de edifício na zona escolhida e focalizou a sua intervenção na salvaguarda das questões relativas aos eventuais impactos desta localização, designadamente os ambientais e a fluidez de trânsito, que prejudicará a saúde dos cidadãos.

Por seu lado, o Deputado Cláudio Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD, realçou a

legitimidade da petição e disse que compete à Câmara Municipal a organização da cidade e não ao Governo ou à Assembleia Legislativa, realçando a reconhecida carência de Ponta Delgada em possuir uma Central de Camionagem, dado o tráfego intenso e a necessidade de se facilitar o transporte dos utentes sem viatura própria. Colocou a questão se os peticionários pretendiam que aquele equipamento fosse localizado no espaço indicado ou se a sua construção pudesse ser na zona de Santa Clara com o apoio dos mini-bus, acautelando os interesses da zona oeste da cidade. O peticionário, em resposta, informou que não tinha nenhuma informação privilegiada da Câmara Municipal quanto a estudos técnicos e que não cabia aos cidadãos recorrerem de motu proprio a uma fundamentação para apoiar as suas petições. Mais informou que a escolha daquele espaço exige os ajustamentos rodoviários necessários.

Audição da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Na audição que teve lugar no dia 12 de Outubro, na Delegação da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que se fez acompanhar do Senhor Vice-Presidente, José Manuel Bolieiro e do Senhor Vereador José Medeiros, começou por dizer que a estratégia de mobilidade adoptada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada para a cidade, desde 2002 assenta nas seguintes prioridades:

1. Criação duma rede de mini-bus na malha urbana da Cidade para ligar os parques periféricos e os bairros das zonas de expansão ao centro da cidade;
2. Construção de parques gratuitos na periferia da Cidade para estacionamento de longa duração;
3. Construção de estacionamento pago no Centro da Cidade para estacionamento de elevada rotação;
4. Construção duma Central de Camionagem no Centro de Ponta Delgada por não haver transporte intermodal e por ser tecnicamente inviável o transbordo de autocarros grandes para miniautocarros.

A construção da Central de Camionagem não sendo um equipamento indispensável à política de mobilidade e de transportes públicos, é contudo importante para os

utentes, pelo conforto que traz a todos quantos têm que esperar pelas carreiras interurbanas ao longo da Avenida Marginal de Ponta Delgada.

Com vista a concretizar esta estratégia, no primeiro mandato foi implementada a rede de mini autocarros, que tem sido e continuará a ser sucessivamente aperfeiçoada, desenvolveu-se o estudo prévio da rede urbana de parques de estacionamento integrados e iniciou-se a construção do parque subterrâneo de S. João.

No segundo mandato, concluiu-se o Parque de S. João e criaram-se novas zonas de estacionamento de superfície, desenvolveu-se o estudo técnico de estacionamento subterrâneo da cidade e avançou-se para a execução do Parque Avenida.

No mandato actual, pretende-se avançar para a construção da Central de Camionagem de Ponta Delgada, considerando a conclusão de outras intervenções prioritárias e os estudos técnicos que foram entretanto desenvolvidos para o efeito.

Os estudos técnicos realizados apontam para a vantagem de construção da Central de Camionagem na zona poente da cidade por uma questão de distribuição de tráfego mas também para conferir equilíbrio urbanístico e maior centralidade económica à zona poente da Cidade por contraponto à zona nascente onde foram edificados recentemente novos equipamentos. Por isso chegaram a ser equacionadas as possibilidades de construção subterrânea na Praça Gonçalo Velho ou no Campo de S. Francisco, apesar dos custos acrescidos que essas hipóteses implicariam.

Surgiu então a oportunidade de instalar a referida Central num empreendimento privado a desenvolver pelo prestigiado grupo nacional “Pestana” na zona poente da cidade, capaz de valorizar significativamente os terrenos degradados do antigo Estádio Margarida Cabral (Ringue União Sportiva) e assim reabilitar finalmente o núcleo histórico da Rua de Lisboa, Avenida Roberto Ivens e artérias limítrofes.

Este projecto prevê um complexo devidamente enquadrado de apartamentos, comércio de conveniência e serviços e ainda disponibiliza ao Centro Histórico da cidade mais cerca de 200 lugares de estacionamento, desde logo com vantagem para a população residente mas também para os utentes do Coliseu Micaelense.

O piso térreo do referido empreendimento poderá ser adquirido pela Câmara Municipal, mediante avaliação de peritos oficiais, para instalação da Central de Camionagem, constituindo uma excelente oportunidade para Ponta Delgada pelas vantagens evidentes que apresenta.

Desde logo, o investimento municipal será assim substancialmente inferior ao que seria necessário para a construção subterrânea da Central.

Além disso, o projecto previsto e a localização proposta oferecem garantias de conforto e funcionalidade para um equipamento público ao serviço das pessoas, com a facilidade de acesso imediato ao Centro Histórico da cidade e, assim, ao comércio, aos serviços e às escolas.

A solução encontrada não congestionará o trânsito automóvel na Rua de Lisboa de acordo com as soluções propostas pela empresa “Tis” que tem desenvolvido vários estudos de tráfego em Ponta Delgada e proposto soluções muito eficazes. De entre elas sublinha-se a solução de tráfego e de acesso ao Parque Atlântico que, ao contrário das vozes críticas do costume, se revelou absolutamente adequada.

O acesso dos autocarros à Central decorrerá exclusivamente pela Avenida Roberto Ivens, com facilidade de origem e destino para as diferentes zonas da ilha, as entradas e saídas da Central serão facilitadas por um sistema próprio de semaforização e não se irá retirar o estacionamento à superfície na Rua de Lisboa.

Na opinião da Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a construção da Central de Camionagem na Rua de Lisboa apresenta as seguintes vantagens:

1. Melhorar as condições de conforto dos utilizadores dos transportes públicos colectivos;
2. Contribuir para a reabilitação e revitalização do Centro Histórico de Ponta Delgada;
3. Fomentar a circulação de pessoas numa dos principais eixos comerciais da Cidade, Largo 2 de Março, Rua Marquês da Praia e Rua Machado dos Santos;
4. Criar uma nova centralidade na zona poente da Cidade que se encontra social e economicamente descompensada e despovoada depois da deslocalização do Hospital e da saída de serviços públicos localizados no Campo de S. Francisco.

O projecto tem o parecer favorável de diferentes entidades com excepção da Direcção Regional da Cultura, apesar de estar de acordo com o Plano Director Municipal de Ponta Delgada e respeitar os requisitos em termos de salvaguarda patrimonial da envolvente ao Coliseu Micaelense.

Caso as imposições daquela Direcção inviabilizem a rentabilidade do empreendimento e não seja possível instalar a Central de Camionagem naquele local

quem perde são os cidadãos que utilizam transportes públicos que farão o seu próprio juízo sobre todo este processo.

Para acompanhamento e garantia de total transparência deste processo a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a constituição de uma “Comissão de Acompanhamento” já aprovada que inclui membros da Câmara, membros de todas as forças políticas representadas na Assembleia e Técnicos especializados.

A crise financeira que domina a actualidade económica e financeira do nosso País e a consequência das medidas de austeridade anunciadas para as Autarquias locais determinarão as prioridades de investimento em Ponta Delgada, sendo certo que a construção da Central de Camionagem não é uma emergência para a vida da cidade.

Recorde-se que o Governo da República deve 2 milhões de euros à autarquia de Ponta Delgada desde 2009, infligiu cortes nas autarquias de 100 milhões de euros em 2010, cabendo 600 mil à Ponta Delgada e aguardam-se medidas ainda mais restritivas para 2011.

Perante esta situação os investimentos e as prioridades terão necessariamente de ser reequacionados, dando a Câmara Municipal prioridade aos investimentos comparticipados pelos apoios da União Europeia PROCONVERGÊNCIA.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, tomou a palavra para dizer que a Senhora Presidente com a sua longa exposição pretendeu fazer o enquadramento do processo mais do ponto de vista político do que técnico, considerando que este processo tem intranquilizado os cidadãos, dado que a construção da Central de Camionagem já teve 3 localizações.

Perguntou de seguida se a Câmara Municipal estaria disponível para apresentar com clareza e objectividade os estudos técnicos que fundamentam a opção pela actual localização, bem como os contornos e encargos da estrutura financeira que esta solução acarreta.

Por outro lado, considerou que existe um excesso de planeamento urbanístico, adiantando que não poderia acreditar que um promotor imobiliário, na fase de elaboração do projecto de arquitectura, contemplando 2 pisos e um reservado à Central de Camionagem, não tenha obtido um pré-acordo de natureza financeira com a autarquia, lamentando que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tenha pretendido fazer crer o contrário.

O Deputado Pedro Medina, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, interveio para dizer que a posição do seu Partido tem sido moderada e há quem pretenda ver nisso uma colagem à Câmara Municipal, acrescentando que tem sido uma actuação independente, relativamente ao poder e à oposição. Referiu que a posição do CDS relaciona-se com as questões do impacto ambiental, da saúde pública e da fluidez de tráfego e que o interesse colectivo se deve sobrepor aos interesses particulares, não estando satisfeito com a argumentação da autarquia.

Questionou de seguida se aquela opção de localização criaria ou não uma nova centralidade para a cidade e que mais este empreendimento só virá prejudicar as áreas de lazer, comparando-o com o que se passou na Calheta de Pêro de Teive, que nada trouxe de bom para o bem-estar dos cidadãos e que a envergadura daquele edifício provocará constrangimentos. Ficou satisfeito por ouvir a Senhora Presidente informar que este não é um processo prioritário e que estava dependente dos contornos do Orçamento do Estado. Indicou o antigo Matadouro de Santa Clara como a opção mais sensata para a localização da Central de Camionagem.

A Deputada Piedade Lalanda Gonçalves, do Grupo Parlamentar do PS, na sua intervenção adiantou que, tendo surgido a possibilidade de construção da Central de Camionagem em resultado de uma parceria público-privada, adoptada pela autarquia, não consegue perceber que o respectivo projecto não esteja concluído e devidamente quantificados os seus custos, porquanto o promotor já adiantou que a área de ocupação para aquele equipamento seria de 3 000m². Por isso, considerou uma contradição a Câmara Municipal, por um lado, adiantar que não tem quantificado o custo, mas por outro lado admitir ter feito abordagens com o investidor privado.

Quis ainda saber a razão pela qual o Município não ter desencadeado a elaboração de um Plano de Pormenor para a zona oeste da cidade, o que evitaria a necessidade de recorrer à Direcção Regional da Cultura, cujo parecer vinculativo foi negativo.

O Deputado Cláudio Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD, depois de ter manifestado o seu apreço e felicitado a autarquia pelo notório trabalho desenvolvido em Ponta Delgada, disse que entendia bem a enorme complexidade que é ser autarca com poder executivo. Associou-se, por isso, à intervenção da Senhora Presidente da Câmara no que se refere às dificuldades na gestão deste processo e que se estivéssemos à espera de consensos não teria havido o progresso que se conhece em Ponta Delgada.

Das intervenções dos Deputados tinha ficado com a ideia que não havia estudos fundamentados, o que não corresponde à verdade, porquanto ficara a saber nesta audição que a autarquia possui estudos técnicos que fundamentam a opção pela construção da Central de Camionagem, na zona poente da cidade, criando uma nova centralidade.

A Presidente da Câmara Municipal informou que é normal que a autarquia converse com os promotores de grandes investimentos no Concelho, para que se proceda a ajustamentos de modo informal, enfatizando o facto que este empreendimento não ser uma prioridade para o Município, face ao contexto económico que vive o país e ao facto do Governo da Republica dever 2 milhões de euros à autarquia de Ponta Delgada desde 2009.

Perante esta situação os investimentos e as prioridades terão necessariamente de ser reequacionados, dando a Câmara Municipal prioridade aos investimentos comparticipados pelos apoios da União Europeia no programa PROCONVERGÊNCIA.

IV

Conclusões

A Comissão de Política Geral efectuou as audições entendidas como necessárias, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório.

A Comissão de Política Geral concluiu, por unanimidade, o seguinte:

- 1. A matéria objecto da presente petição é da competência municipal, nos termos do disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias, assim como as respectivas competências.**
- 2. Os cidadãos peticionários entendem que a construção duma Central de Camionagem virá ao encontro dos utentes do transporte público em Ponta Delgada, facilitando maior mobilidade e conforto aos que não têm outros meios de transporte, evitando todos os inconvenientes actuais decorrentes da paragem dos autocarros na Avenida Infante D. Henrique.**

3. Os cidadãos peticionários sublinham o facto de estar em causa um investimento essencialmente privado que contribuiria para dinamizar economicamente a zona poente da cidade de Ponta Delgada.

4. Os cidadãos peticionários desconhecem quaisquer estudos relativos à projectada construção.

5. A Câmara Municipal de Ponta Delgada entende que tal construção melhora as condições de conforto dos utilizadores dos transportes públicos colectivos, contribui para a reabilitação e revitalização do Centro Histórico de Ponta Delgada, fomenta a circulação de pessoas numa dos principais eixos comerciais da Cidade e cria uma nova centralidade.

6. A Câmara Municipal de Ponta Delgada, face aos constrangimentos económicos vividos no actual momento, que impõe pesadas restrições às autarquias locais, entende que o projectado investimento não é prioritário para o concelho de Ponta Delgada, face a estes condicionalismos.

7. Remeter o presente Relatório aos Subscritores da Petição.

Em consequência, a **Petição nº 7/2010 “A favor da Central de Camionagem em Ponta Delgada”** está em condições de ser agendada para debate em Plenário, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do nº 1 do artigo 192º do Regimento.

Ponta Delgada, 12 de Outubro de 2010

O Relator: António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Pedro Gomes

Presidente: Obrigado, Sr. Relator.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas em coerência, fazer a mesma felicitação que fiz na outra Petição contra a construção desta central de camionagem. Portanto, felicitar a iniciativa cidadã, a

intervenção e a participação desta centena de cidadãos lutando e defendendo aquilo que lhe parece melhor para a sua cidade e esta felicitação não é acompanhada da concordância com o teor da Petição o que em nada desmerece o valor da iniciativa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao texto desta Petição, realmente o Sr. Deputado Pedro Gomes criticou o Deputado José San-Bento, mas também não se referiu à Petição e não está aqui em causa qualquer programa eleitoral nesta Assembleia. Está realmente em causa uma Petição que, como a Deputada Zuraida disse, é um direito que assiste aos cidadãos.

Eu gostava de destacar aspectos desta Petição que defende a central de camionagem no Projecto que foi apresentado. O texto da Petição refere que a construção aproveita o investimento privado, refere que a construção é no total respeito pela volumetria, que a localização é preferencial, que este investimento privado enriqueceria o impulso social em parte da cidade considerada pelos peticionários desequilibrada e que por isso, na opinião dos peticionários, não podem prevalecer interesses egoístas que rejeitem o progresso, a vizinhança de empreendedores. Conclui dizendo que estão ao lado dos que necessitam de equipamentos colectivos.

Em relação ao primeiro ponto, ou seja, quando os peticionários referem no seu texto que se trata de um projecto que aproveita um investimento privado e que mais à frente diz que dá destino ao rés-do-chão do edifício do investimento privado, eles confirmam com essas palavras a ausência de qualquer estudo de localização que justifique a opção da autarquia. Este foi o domínio de questionamento dos partidos em oposição ao Partido Social Democrata na autarquia, por várias vezes, e que inclusive levou à realização de uma assembleia extraordinária.

Este facto é tanto mais gravoso que no trabalho que foi feito sobre esta problemática da central de camionagem existem vários documentos que são orientadores do que poderá ser a política urbana em Ponta Delgada.

Há um documento que é o Plano Estratégico para Ponta Delgada que data de Maio de 2004 e que considera um ponto fraco o aumento de tráfego automóvel no Centro Histórico para valores incomportáveis.

Refere também que não existe um centro coordenador que articule os vários tipos de mobilidade urbana, inter-urbana e outros tipos de mobilidade.

Há ainda um relatório de propostas que foi apresentado em Fevereiro de 2008 sobre mobilidade sustentável em Ponta Delgada, que foi elaborado pelo Centro de Informação Geográfica e Planeamento Territorial da Universidade dos Açores e por técnicos da própria Câmara Municipal de Ponta Delgada, que no seu ponto A, 2.2.5, propõe um estudo de localização para a construção de central de camionagem que deve ser e cito “um centro de convergência dos transportes colectivos urbanos, suburbanos e inter-urbanos e assegure a ligação entre as várias formas de transporte”.

Há ainda um documento que foi assumido pelo país, por Portugal e que a Região e os seus municípios só faziam bem em seguir como orientação, que é o “Livro Verde – Para uma Nova Cultura de Mobilidade Urbana”, de 2007, que convoca os países para que repensem a mobilidade urbana e acautelem a defesa do ambiente. Quero também aqui recordar que o município de Ponta Delgada tem reclamado por diversas vezes o rótulo de município verde, de município saudável, de município amigo do ambiente. Portanto, não bastam estes rótulos para que realmente o que se decide seja de acordo com a defesa do ambiente.

Em relação ao segundo ponto, quando os peticionários falam do respeito pela volumetria e cêrcea da edificação permitida pela lei e pelo PDM, é preciso dizer que a zona a intervencionar pelo projecto que estava em causa na Petição é uma zona classificada como uma zona mista, que tem uma densidade média de construção e uma faixa de 12 metros que entra no Centro Histórico de Ponta Delgada e que não é apenas a reabilitação do Ringue da União Desportiva que vai para uma área onde esteve instalado anteriormente uma unidade industrial e daí que é possível ao projectista pensar o edifício com uma majoração de 25% na sua volumetria.

Este projecto foi objecto de um parecer da DRAC, da Direcção Regional da Cultura. Por que é que foi à Direcção Regional da Cultura? Também é importante que se diga, porque há bocadinho o Sr. Deputado Pedro Gomes exaltou os poderes que a Dra. Berta Cabral tem ao nível do poder local e que com esse poder local se opõe ao poder regional. Pois, sabe o Deputado Pedro Gomes que o município devia, ao abrigo dos seus poderes, ter elaborado um plano de pormenor...

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Presidente voltou à Assembleia Municipal!

A Oradora: ... para a zona em que está incluído este projecto de construção a seguir à Resolução 50/2005, do Governo, que classificou o Coliseu Micaelense e porque o município não fez esse plano de pormenor, que era sua competência, hoje em dia os projectos que possam estar na cêrcea desse edifício classificado têm que ser objecto de parecer do Governo Regional.

Também quero chamar aqui a atenção, e cito as palavras da Presidente da Câmara que constam do relatório, que referiu que as imposições da Direcção Regional poderiam inviabilizar a rentabilidade do empreendimento e a não instalação da central de camionagem prejudicaria os cidadãos.

É de estranhar que a Sra. Presidente refira que o parecer da Direcção Regional poderia inviabilizar a rentabilidade do empreendimento, quando fez questão em nenhuma situação, inclusive na audição que teve na Comissão de Política Geral, de referir-se aos números, ao custo, daquela central de camionagem. Disse que não estava em condições de dizer quanto é que ia custar aquela central de camionagem, no entanto refere que se o edifício não for aprovado na forma como está projectado vai ficar inviabilizado em termos de rentabilidade. Portanto, há aqui qualquer coisa por detrás que nós desconhecemos.

Em relação ao 3º ponto da Petição, que refere que se trata de uma localização preferencial, estranho muito que os peticionários digam que esta localização é preferencial, quando o próprio primeiro subscritor da Petição referiu, e está também no relatório, que desconhece os estudos que sustentam essa localização. Como é que uma localização é preferencial se ele não sabe porquê, eu gostava de questionar.

Para além disso gostava também de aqui chamar a atenção que os documentos que a Sra. Presidente, ou a Câmara Municipal, entregou à Assembleia Legislativa não é mais do que o projecto de arquitectura que deu entrada na Câmara Municipal pelo Grupo Pestana, ou seja, não é qualquer estudo de localização daquele empreendimento, portanto toda a argumentação que foi apresentada nunca demonstrou que existia realmente um estudo que justificasse e até, como já disse anteriormente, foi o aproveitar de uma oportunidade – a Sra. Presidente o afirmou na reunião da Comissão - foi o dar destino a um rés-do-chão de um edifício que estava a ser pensado.

Também queria chamar a atenção que sobre essa questão da localização o próprio Deputado Cláudio Lopes, Secretário da Mesa, fez referência: “mas porquê ali? Não poderá outra localização que até tenha em linha de conta os mini-bus?”. Realmente fez uma pergunta pertinente, porque aquela localização não permite qualquer interface entre a rede de mini-bus, que a Sra. Presidente faz questão de afirmar que é muito importante para o concelho, e a rede de transportes colectivos inter-urbanos.

Deputado João Costa (PSD): A Sra. Deputada só se refere a quem não pode falar!

A Oradora: Em relação ao quarto ponto da Petição que diz respeito ao facto daquela zona da cidade poder ser reabilitada com este empreendimento, o meu colega José San-Bento já chamou a atenção e inclusive um dos argumentos que foi levantado é que seria um importante contributo para o combate ao desemprego no Concelho de Ponta Delgada. Realmente quando se quer fazer valer uma decisão errada inventam-se argumentos, não se sabe de onde.

Outra coisa que é também importante e nunca se pôs em causa é que a reacção das pessoas que se manifestaram contra esta localização teve a ver com valores como a defesa do ambiente, a defesa da qualidade de vida, porque estamos a falar de uma central de camionagem, para ser inserida no rés-do-chão de um edifício de habitação e de serviços. Não estamos a falar de uma central de camionagem a céu aberto, mas numa central de camionagem num tipo de estrutura que já deu problemas em outras zonas do país, e para isso foi chamada a atenção à Sra. Presidente.

Queria também chamar a atenção de que o parecer da Direcção Regional da Cultura nada tem a ver com a central da camionagem, tem a ver com a volumetria do edifício. Pode lá estar dentro uma central de camionagem, um centro comercial, gabinetes de escritório. Essa não é a função da Direcção Regional da Cultura. A única coisa que está aqui em causa é o facto de ser um edifício que está localizado numa zona em que há edifícios classificados, o próprio Coliseu Micaelense e não longe dali o Convento da Esperança e a Igreja de São José. É isso que está em causa e é sobre isso que a Direcção Regional da Cultura tem que se manifestar.

Finalmente e para terminar o último ponto da Petição diz que os peticionários estão ao lado dos cidadãos que carecem de equipamentos colectivos. Se é assim tão importante, realmente a Sra. Presidente da Câmara, na audição na Comissão, terminou dizendo que isto é uma decisão política (sem qualquer fundamento técnico,

não interessa) e que agora já não é uma prioridade, ou seja, se é assim tão necessário para os munícipes de Ponta Delgada já não é uma prioridade, porque não envolve fundos comunitários, como tal a Câmara Municipal desistiu.

É bom também lembrar aqui que se o empresário tiver desistido porque a autarquia desistiu de construir a central de camionagem, o ónus, como a Sra. Presidente fez questão de dizer, não está nos Deputados eleitos pelo Partido Socialista, não está no Partido Socialista, mas sim na própria Presidente da Câmara que com isso fez talvez com que o empresário desistisse de construir ali o equipamento.

Deputado João Costa (PSD): Está a referir-se aos Estaleiros de Peniche?

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser breve, obedecendo ou pelo menos anuindo ao repto do Sr. Presidente para que rapidamente deixe as suas funções de Presidente de Assembleia Municipal e retome as funções de Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Gostaria de levantar duas ou três questões.

Em primeiro lugar, felicitar os peticionários mais uma vez pelo seu acto de cidadania. Em segundo lugar, referir que em torno da central de camionagem, o terminal rodoviário, como se queira chamar, há um pressuposto base, ou melhor, dois pressupostos base.

O primeiro é que não são os decisores políticos que dirão para onde é que quem demanda a cidade de Ponta Delgada deve ir, ou seja, a população de São Miguel que chega a Ponta Delgada não deverá ser orientada para onde não quer ir.

O que é que eu quero dizer com isso?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pelos vistos não quer dizer nada!

O Orador: As alternativas que foram apontadas pelo Partido Socialista em campanha eleitoral foram as de construir a central e o terminal rodoviário junto ao Hospital de Ponta Delgada. Foi também apontada a possibilidade de se construir o terminal rodoviário no matadouro de Ponta Delgada até como sugestão proposta pelo CDS/PP, também em campanha eleitoral.

Acontece que a política é a arte do que é possível e não é possível ou pelo menos não é razoável que se consiga, com a quantidade de autocarros de 64 lugares, que são mais de 60 autocarros que chegam entre as 7 e as 10 da manhã a Ponta Delgada, fazer o transbordo para aquilo que nós com carinho chamamos em Ponta Delgada as “Bertinhas”, para poder encaminhar todas as pessoas que chegam ao Hospital de Ponta Delgada ou ao antigo matadouro de Ponta Delgada para o Centro Histórico, porque é para aí que as pessoas querem ir. As pessoas não querem ir, nem querem ficar junto ao Hospital de Ponta Delgada, nem querem ficar junto ao matadouro de Ponta Delgada.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Onde é que o senhor leu isso?

O Orador: Depois acresce o facto de que se nós queremos revitalizar o comércio tradicional, aliás reivindicação tão cara ao Partido Socialista e que grandes investimentos já tem a autarquia no sentido de dotar de bom estacionamento e de boa acessibilidade o comércio tradicional de Ponta Delgada, não é possível que pudéssemos deslocalizar, ou pelo menos pensar numa localização que não fosse junto ao Centro Histórico, porque depois criar-se-ia um outro problema.

Deputada Nélia Amaral (PS): Onde é que estão esses dados?

O Orador: O problema seria o seguinte: a zona mais desenvolvida da cidade de Ponta Delgada ou a zona em expansão na cidade de Ponta Delgada, pese embora os dois monos que lá existem, nomeadamente o tal casino e o centro comercial ao ar livre, é a zona nascente de Ponta Delgada.

A zona poente de Ponta Delgada precisa e precisará de um investimento que seja estruturante para a cidade, até para poder equilibrar a própria cidade. Podemos todos inventar localizações,...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não vá por aí!

O Orador: ... podemos todos dizer que julgamos que quem demanda à cidade de Ponta Delgada quer ir é para o sítio A, B ou C, mas a verdade é uma: as pessoas que demandam à cidade de Ponta Delgada que actualmente ficam na Avenida Marginal, querem junto ao Centro Histórico...

Deputada Piedade Lalanda (PS): Onde é que isso está dito?

O Orador: ... e não querem ser despejadas fora da malha urbana mais densa onde existe o comércio, onde existe os serviços, onde existe os sítios...

Deputada Piedade Lalanda (PS): Mostre o documento onde isso está escrito!

O Orador: ...os locais onde as pessoas pretendem tratar da sua vida.

Eu não vou responder como o senhor respondeu uma vez, que era o sentimento empírico. Eu não lhe vou responder desta maneira, porque existem estudos.

Aliás, eu gostaria de referir que este projecto é o projecto mais escrutinado e mais debatido que alguma vez, quer as autarquias, quer os privados, tentaram fazer ou pensaram fazer na cidade de Ponta Delgada. Custa admitir, eu sei que custa admitir, que se fizeram sessões de esclarecimento na Junta de Freguesia de São José. Eu sei que custa admitir que foi feita uma Assembleia Municipal extraordinária para debater em concreto este projecto; eu sei que custa admitir que a própria Câmara Municipal de Ponta Delgada forneceu para aí umas 300 páginas de documentação para ilustrar, basear, sustentar aquela localização...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): 300? Isso é o 1º volume!

O Orador: ...ou uma localização próxima, agora tenhamos alguma razoabilidade, nós não podemos destruir parte da cidade de Ponta Delgada para construir um terminal rodoviário. Então, por exclusão de partes, ou se construiria na zona do hospital, mas não interessa porque as pessoas não querem lá ficar, ou se construiria junto ao matadouro, mas também não interessa porque as pessoas não querem para lá ir. Então destrói-se um quarteirão de Ponta Delgada e constrói-se a central ou o terminal rodoviário, o que não faz qualquer sentido.

Referiu a Sra. Deputada Piedade Lalanda que aquela localização não tem qualquer interface com a rede de mini-bus. Eu gostaria de lembrar que a interface actual da rede de mini-bus está localizada onde está, ou seja, junto ao Tribunal de Ponta Delgada, porque é aí que as pessoas são desembarcadas quando chegam a Ponta Delgada, é precisamente aí. O interface que poder-se-ia concretizar com a rede de mini-bus, que está neste momento junto ao Tribunal de Ponta Delgada, pode perfeitamente, e aliás faria todo o sentido, passar o terminal rodoviário.

O terminal rodoviário foi um cavalo de batalha do Partido Socialista com um único propósito, que era combater e atacar a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, simultaneamente Presidente do PSD.

Termino dizendo o seguinte: as promessas que foram feitas nos dois mandatos anteriores da Sra. Presidente de Câmara, Dra. Berta Cabral, e as promessas que foram

feitas e vão ser concretizadas nesta legislatura, neste actual mandato autárquico, diria mesmo que acreditamos que vão ser concretizadas essas promessas por uma razão, é que as anteriores foram concretizadas. Passo a enumerar apenas algumas: ...

Deputada Piedade Lalanda (PS): Não interessa. Não está na petição!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

- a abertura da cidade de Ponta Delgada ao mar. Foi concretizada para nascente, foi concretizada para poente. Lá está, a abertura da cidade de Ponta Delgada ao mar, foi concretizada para poente e para nascente;

Deputada Nélia Amaral (PS): Isso consta da petição!

O Orador: - o estacionamento de Ponta Delgada.

Deputada Nélia Amaral (PS): Mais um!

O Orador: Quando a promessa dos parques subterrâneos na Avenida Marginal foram feitos toda a gente disse que eram promessas que não passariam do papel. Lá estão, debaixo do chão, com excelente utilização.

- O parque urbano de Ponta Delgada...

Deputada Nélia Amaral (PS): Mais um aspecto da petição!

O Orador: ... aliás, baseado naquilo que é outro instrumento estratégico. O parque urbano de Ponta Delgada foi concretizado, uma mancha verde que as gerações vindouras dirão quem foi o político e o decisor que teve a visão de em muitos hectares limitar a construção e o betão criando um verdadeiro pulmão da cidade de Ponta Delgada.

A recuperação do coliseu...

Deputada Nélia Amaral (PS): Todos esses exemplos são reivindicações da petição!

O Orador: ... que tantos anos foi aspirada pelos habitantes de Ponta Delgada e que também já lá está.

Eu diria, para finalizar, quando o Partido Socialista cavalgou esta ideia deste investimento do parque do terminal rodoviário e cavalgando também algumas ideias ou alguns descontentamentos, teve apenas e só um objectivo: vamos ver se

atrapalhamos a vida da Dra. Berta Cabral. O que é certo e o que é provado até muito recentemente é que os vossos intentos, para vossa infelicidade e para nossa felicidade, não foram concretizados.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 24/2010 – Cria a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego nos Açores.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional para apresentar o diploma.

***Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que está agora em apreciação nesta câmara prevê a criação da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego nos Açores e extingue a Comissão Consultiva Regional para o Direito das Mulheres.

Esta iniciativa pretende, no fundo, dar corpo a uma situação que já existe no todo nacional e que são exactamente as competências explanadas na Comissão Consultiva para a Igualdade no Trabalho e no Emprego nos Açores.

Por um lado, como sabem, o Código do Trabalho obriga à emissão de parecer por entidade competente em matéria de igualdade de oportunidades, que se pretende isenta e imparcial em algumas situações específicas, sendo por esse motivo criada esta comissão.

Como sabem, no diploma que estamos a apreciar prevê-se a extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica. Esta medida inscreve-se numa medida mais alargada do Governo e no fundo no sentido de uniformizar toda a actividade das inspecções. A Inspeção das Actividades Económicas era a única no todo regional que tinha uma Comissão de Coimas e, portanto, não se justifica porque essa competência pode ser do Inspector Regional.

Aquando da reformulação do diploma que criou a Secretaria do Trabalho e da Solidariedade Social houve a tentativa de expurgar de todos os serviços públicos

aquilo que nos parecia que não tinha efeito. Entendemos que seria esta uma medida e, portanto, extinguiamo-la neste diploma.

Relativamente à criação da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, algumas das competências que a anterior comissão tinha, foram para a orgânica da Secretaria, nomeadamente para a Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades. Ao fazermos esta pequena reforma estamos aqui a tentar uniformizar os procedimentos quer de todas as inspecções que já existem e que, portanto, não têm esse instrumento e de certa forma dar competência a uma comissão que vai ter um papel mais determinante na nossa sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Era para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Está concedido. Recomeçamos às 19 horas e 35 minutos.

Até já.

Eram 19 horas e 05 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 36 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de meia hora, porque precisamos efectivamente, para trabalhos parlamentares extra-plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Assim sendo, recomeçamos os nossos trabalhos amanhã às 10 horas com o PTAP.

Boa noite e até amanhã.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

LISTAGEM DA CORRESPONDÊNCIA

1 – Propostas de Lei:

Assunto: "Procede à quinta alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto" (N.º 47/IX)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 01– 04.

2 – Projectos de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011 - MFAP - (Reg. DL 559/2010 (N.º 158/IX)

Proveniência: Conselho de Ministros

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 01– 17.

3 – Projectos de Revisão Constitucional:

Assunto: N.º 1, apresentado pelo PSD

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 2, apresentado pelo PCP

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 3, apresentado pelo PEV

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 4, apresentado pelo BE

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 5, apresentado pelo CDS/PP

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 6, apresentado pelo PSD - Madeira

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 7, apresentado pelo PSD - Açores

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 8, apresentado pelo Deputado José de Matos Correia, do PSD

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 9, apresentado pelo PS

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31;

Assunto: N.º 10, apresentado pelo Deputado José Manuel Rodrigues do CDS/PP

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: CAPAT

Data limite do parecer: 2011 – 01– 31.

4 - Projectos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/A \(Sistema complementar de apoio à frequência de estudos pós-secundários e superiores\) N.º 1/2011](#)

Autor: BE

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 02– 14.

5– Projectos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias com vista à criação de um núcleo museológico aeronáutico na ilha de Santa Maria \(n.º 1/2011\)](#)

Autor: PCP

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – FEVEREIRO – 14;

Assunto: [Recomenda abertura dos concursos Interno e Externo do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, em cumprimento do DLR n.º 27/2003/A, de 9 de Junho \(n.º 2/2011\)](#)

Autor: PCP

Data limite do parecer: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

PETIÇÕES:

Assunto: [Pela realização de concursos interno e externo de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário em 2011, na RAA \(n.º 1/2011\)](#)

Autora: Sofia Heleno Santos Roque Ribeiro

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011.03.04.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a dar conhecimento das verificações internas de contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- VIC n.º 15/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.01) – “Freguesias do Concelho de Vila Franca do Campo”;
- VIC n.º 16/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.02) – “Freguesias do Concelho da Madalena;
- VIC n.º 17/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.03) – “Freguesias do Concelho de S. Roque do Pico”;
- VIC n.º 18/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.04) – “Freguesias do Concelho de Lajes do Pico”;
- VIC n.º 19/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.05) – “Tesouraria da Administração Regional de Angra do Heroísmo”;
- VIC n.º 20/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.06) – “Tesouraria da Administração Regional da Horta”;
- VIC n.º 21/2010-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.24) – “Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2010.12.23

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a dar conhecimento das verificações internas de contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- VIC n.º 1/202011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.14) – “Escola Secundária das Laranjeiras”;
- VIC n.º 2/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.15) – “Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Voto de recomendação e moção, relativos à fusão das administrações portuárias, aprovado por unanimidade

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2010.12.23

Referência: 20.04/1/IX;

Assunto: Ofício a solicitar autorização para que o Senhor Deputado Regional, Artur Manuel Leal de Lima seja ouvido em audiência de julgamento na qualidade de testemunha n.º Processo: 1330/10.09 TFLSB

Proveniência: Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, 1.º Juízo, 1ª Secção

Data de Entrada: 2011.1.04

Referência: 110/110/VIII;

Assunto: Ofício a solicitar a cessação da suspensão de mandato de José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho a partir de 1 de Fevereiro de 2011, nos termos da a) a do n.º 1 do artigo 6.º do DLR n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, do deputado eleito nas listas do BE/Açores pelo círculo Eleitoral de Compensação. Mais informa que o Deputado em causa integrará todas as comissões em que participava – permanente e eventuais o deputado substituto Mário Moniz

Proveniência: A Presidente do Grupo Parlamentar do BE, Zuraída Soares

Data de Entrada: 2011.1.07

Referência: 66.09/1/IX;

Assunto: Requerimento para efeitos de agendamento de perguntas orais ao Governo, nos termos do artigo 182.º, n.º 3. do Regimento da ALRAA.

Proveniência: A Presidente do Grupo Parlamentar do BE, Zuraída Soares

Data de Entrada: 2011.1.17

Referência: 66.15/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar o 6.º volume dos “Pareceres, Reflexões e Relatórios de Actividades 2008-2009 do CNADS”, que reflecte as actividades do Conselho durante este período

Proveniência: O Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2011.1.21

Referência: 30.01.11/1/IX.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Extracção de inertes no Pico do Alferes](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2010.12.22

Referência: 54.06.03 – N.º 393/IX;

Assunto: [Matadouro da ilha de São Jorge - construção da sala de desmancha e unidade de incineração - out-doors com propaganda enganosa. Afinal para quando...?](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.02

Referência: 54.03.05 – N.º 394/IX;

Assunto: [Estudo sobre os transportes marítimos na Região Autónoma dos Açores e ante-projecto de navio destinado ao transporte de passageiros e viaturas](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2011.01.02

Referência: 54.06.00 – N.º 395/IX;

Assunto: [Bolsas Universitárias](#)

Autor: Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.05

Referência: 54.03.00 – N.º 396/IX;

Assunto: [Autoridade da Concorrência: Produtores em posição de fragilidade](#)

Autor: António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.12

Referência: 54.03.00 – N.º 397/IX;

Assunto: [Leptospirose nos Açores](#)

Autores: António Ventura, Luís Garcia, Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.13

Referência: 54.03.00 – N.º 398/IX;

Assunto: [Campo de golfe do Faial](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.13

Referência: 54.03.07 – N.º 399/IX;

Assunto: [Contas da Associação Portas do Mar](#)

Autores: Jorge Macedo, António Marinho, Pedro Gomes e António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.17

Referência: 54.03.02 – N.º 400/IX;

Assunto: [Protecção da Orla Marítima – Calheta de São Jorge](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.18

Referência: 54.03.05 – N.º 401/IX;

Assunto: [Verbas desajustadas para o sector da habitação na ilha de São Jorge](#)

Autor: Luís Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.01.19

Referência: 54.01.05 – N.º 402/IX;

Assunto: [Atentado à cantaria do Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.01.08 – N.º 403/IX.

8 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Horticultura](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.05

Referência: 54.03.00 – N.º 252/IX;

Assunto: [Avaria prolongada no colposcópio no Hospital da Horta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.05

Referência: 54.03.07 – N.º 372/IX;

Assunto: [Evacuação de Doentes em Situação de Emergência](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.05

Referência: 54.01.00 – N.º 369/IX;

Assunto: [Fajã do Calhau](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.18

Referência: 54.06.02 – N.º 361/IX;

Assunto: [Pagamento das despesas correspondentes às deslocações, estadias e alimentação dos professores que frequentam o programa de educação para o empreendedorismo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.18

Referência: 54.06.00 – N.º 339/IX;

Assunto: [Estudos da Reforma da PAC incluem os Açores?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.00 – N.º 355/IX;

Assunto: [Garantia referente à empreitada de construção do sistema de terminal do aeroporto da ilha do Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.06.06 – N.º 358/IX;

Assunto: [Pousada da Juventude da ilha das Flores...para quando?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.01.08 – N.º 365/IX;

Assunto: [Mudança de categoria dos trabalhadores na Base das Lajes](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.02.03 – N.º 371/IX;

Assunto: [Contratos para o preço do leite](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.00 – N.º 380/IX;

Assunto: [Obras portuárias na Graciosa](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.04 – N.º 346/IX;

Assunto: [Observatório dos preços dos alimentos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.00 – N.º 351/IX;

Assunto: [Transportes escolares na ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.01.08 – N.º 366/IX;

Assunto: [Horários de Inverno da SATA para a ilha da Graciosa](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.04 – N.º 350/IX;

Assunto: [Voo da SATA, das quartas-feiras, para a ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.01 – N.º 357/IX;

Assunto: [Cancelamento do voo da SATA para Santa Maria](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.04.01 – N.º 338/IX;

Assunto: [SATA penaliza a ilha de São Jorge em ligações a Lisboa \(Lisboa – São Jorge\)](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.05 – N.º 386/IX;

Assunto: [Viabilidade financeira da Escola Profissional da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.06.05 – N.º 377/IX;

Assunto: [Matadouro da ilha de São Jorge – construção da sala de desmancha e unidade de incineração – outdoors com propaganda enganosa. Afinal para quando...?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.05 – N.º 394/IX;

Assunto: [Escola Profissional da ilha de São Jorge – Governo deve acudir](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.03.05 – N.º 363/IX;

Assunto: [Instalações da Associação para Apoio à Criança com Necessidades Educativas Especiais do Concelho de Velas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.20

Referência: 54.01.05 – N.º 383/IX;

Assunto: [Regime jurídico da venda de bebidas alcoólicas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.21

Referência: 54.06.00 – N.º 385/IX;

Assunto: [Trilhos Pedestres “Ao abandono e sem dono” na Ilha de S. Jorge](#)”

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.03.05 – N.º 282/IX;

Assunto: [Melhorar a Operacionalidade do Porto do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.03.09 – N.º 305/IX;

Assunto: [Novo acesso à Ribeira Grande](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.01.02 – N.º 356/IX;

Assunto: [Trabalhadores que estão ou podem estar expostos a poeiras de amianto ou de materiais que contenham amianto](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.06.00 – N.º 359/IX;

Assunto: [Remoção e descarte de produtos que contenham amianto](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.06.00 – N.º 360/IX;

Assunto: [Obra da Fajã do Calhau, entre Água Retorta e Faial da Terra](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.01.02 – N.º 364/IX;

Assunto: [Impacto dos Programas de Valorização Profissional \(PVP\)](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.01.00 – N.º 382/IX;

Assunto: [Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil da APADIF comprometido?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.03.07 – N.º 389/IX.

9 - RELATÓRIOS E PARECERES

Assunto: [Projecto de Decreto-Lei – “Estabelece o regime geral de taxas da Administração do Estado, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril” - MFAP - \(Reg. DL 399/2010\)](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2010 – 12– 22;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 01– 24;

Assunto: [Petição n.º 7/2010 “A favor da central de camionagem em Ponta Delgada”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 01– 24;

Assunto: [Petição nº 3/2010 “Contra a instalação na rua de Lisboa do edifício pretendido edificar pelo Grupo Pestana, contra a localização da central de camionagem de Ponta Delgada e contra o favorecimento de tal edificação pela Câmara Municipal desta cidade”.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 01– 24;

Assunto: [Projecto de Lei – “Regime do fornecimento, pelos agentes económicos, de sacos de plásticos destinados a serem utilizados para carregar e transportar as mercadorias adquiridas pelos consumidores finais no comércio a retalho, com vista a reduzir a utilização maciça daquele tipo de sacos e a encorajar a sua reutilização”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 01– 03;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime da dispensa de Medicamentos em Unidose”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: [Projecto de Resolução – “Levantamento das Necessidades Permanentes dos Recursos Docentes no Sistema Educativo Regional”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: [Projecto de Resolução – “Regulamentação da atribuição de Bolsas de Estudo Complementares, previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/A, de 18 de Junho”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: [Projecto de Resolução nº 33/2010 - Campanha Vitivinícola 2009/2010](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 01– 06;

Assunto: [Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Estabelece as Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2011”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 01– 18.

10 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81.

Pela redactora: *Ana Sofia Pereira da Silva Machado*

